

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	22
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	23
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
Notas Explicativas	51
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	147

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	149
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	151

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

152

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	327.642
Preferenciais	0
Total	327.642
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.973
Preferenciais	0
Total	2.973

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	26/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Ordinária		0,17017
Reunião do Conselho de Administração	28/10/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Ordinária		0,49722

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	5.181.096	4.956.117	4.527.629
1.01	Ativo Circulante	927.559	479.146	427.206
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	131.147	120.176	181.594
1.01.02	Aplicações Financeiras	771.526	330.923	234.034
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	771.526	330.923	234.034
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	751.582	330.923	234.034
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	19.944	0	0
1.01.03	Contas a Receber	3.016	15.490	4.283
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.016	15.490	4.283
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	3.016	15.490	4.283
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.056	12.012	7.016
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20.056	12.012	7.016
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	20.056	12.012	7.016
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.814	545	279
1.01.08.03	Outros	1.814	545	279
1.01.08.03.01	Outros ativos	1.814	545	279
1.02	Ativo Não Circulante	4.253.537	4.476.971	4.100.423
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	48.247	15.980	100
1.02.01.06	Tributos Diferidos	43.813	15.980	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.609	0	0
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições a recuperar	30.204	15.980	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.434	0	100
1.02.01.09.03	Outros ativos	4.434	0	100
1.02.02	Investimentos	4.205.290	4.456.050	4.095.382
1.02.02.01	Participações Societárias	4.205.290	4.456.050	4.095.382
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.205.290	4.456.050	4.095.382
1.02.04	Intangível	0	4.941	4.941
1.02.04.01	Intangíveis	0	4.941	4.941

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.04.01.02	Outros ativos intangíveis	0	4.941	4.941

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	5.181.096	4.956.117	4.527.629
2.01	Passivo Circulante	150.092	159.401	88.475
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.451	4.483	790
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.451	4.483	790
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	6.451	4.483	790
2.01.05	Outras Obrigações	143.641	154.918	87.685
2.01.05.02	Outros	143.641	154.918	87.685
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	142.028	153.026	52.547
2.01.05.02.04	Outros passivos	1.613	1.892	35.138
2.02	Passivo Não Circulante	331.051	354.980	373.100
2.02.03	Tributos Diferidos	331.051	354.980	370.605
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	331.051	354.980	370.605
2.02.04	Provisões	0	0	2.495
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	2.495
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	0	2.495
2.03	Patrimônio Líquido	4.699.953	4.441.736	4.066.054
2.03.01	Capital Social Realizado	1.870.000	1.870.000	1.870.000
2.03.02	Reservas de Capital	899.630	959.412	959.412
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	47.412	47.412	47.412
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-59.782	0	0
2.03.02.07	Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência	912.000	912.000	912.000
2.03.04	Reservas de Lucros	1.930.323	1.612.324	1.236.642
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	138.037	87.099	0
2.03.04.10	Reservas	1.792.286	1.525.225	1.236.642

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	476.052	546.511	302.062
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-80.613	-77.297	-45.180
3.04.02.01	Despesas administrativas	-64.931	-62.847	-34.223
3.04.02.02	Despesas com tributos	-15.682	-14.450	-10.957
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	556.665	623.808	347.242
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	554.802	623.808	347.242
3.04.06.02	Ganhos na alienação de investimentos	1.863	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	476.052	546.511	302.062
3.06	Resultado Financeiro	52.270	36.672	10.069
3.06.01	Receitas Financeiras	53.688	36.822	10.274
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.418	-150	-205
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	528.322	583.183	312.131
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	51.762	39.908	5.994
3.08.01	Corrente	38.153	39.908	12.286
3.08.02	Diferido	13.609	0	-6.292
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	580.084	623.091	318.125
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	580.084	623.091	318.125
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,77623	1,90174	1,25288
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,77623	1,90174	1,25288

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	580.084	623.091	318.125
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.640	-1.430	389
4.02.01	Ajustes de títulos e valores mobiliários	-3.558	-540	2.692
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	6.292	-1.843	-2.863
4.02.03	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	820
4.02.04	Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes (40%)	-1.094	953	-260
4.03	Resultado Abrangente do Período	581.724	621.661	318.514

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-445.623	-88.455	251.479
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	84.576	59.105	-29.117
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	580.084	623.091	318.125
6.01.01.02	Amortizações	59.294	59.822	0
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	-554.802	-623.808	-347.242
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-530.199	-147.560	280.596
6.01.02.01	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-420.659	-96.889	-80.778
6.01.02.02	Ativos financeiros disponíveis para venda	-19.944	0	0
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar	-22.268	-20.976	1.997
6.01.02.04	Dividendos e JCP a receber	12.474	-11.207	12
6.01.02.05	Outros ativos	-5.703	-166	-104
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recolher	-36.282	-11.613	57
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-37.538	-15.625	370.605
6.01.02.08	Provisões	0	-2.495	-7.194
6.01.02.09	Outros passivos	-279	11.411	-3.999
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	752.509	137.140	12.867
6.02.01	Ágio na aquisição de investimentos	4.940	0	64.867
6.02.02	Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	420.984	155.100	0
6.02.03	Aquisição/alienação de investimentos	326.585	-17.960	-52.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-295.915	-110.103	-103.705
6.03.01	Ações em tesouraria	-59.782	0	0
6.03.02	Distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos	-236.133	-110.103	-103.705
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.971	-61.418	160.641
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	120.176	181.594	20.953
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	131.147	120.176	181.594

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.870.000	959.412	1.609.437	0	2.887	4.441.736
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.870.000	959.412	1.609.437	0	2.887	4.441.736
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-59.782	50.938	-314.324	0	-323.168
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-59.782	0	0	0	-59.782
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-176.287	0	-176.287
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	138.037	-138.037	0	0
5.04.09	Pagamento dividendos adicionais propostos ano anterior	0	0	-87.099	0	0	-87.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-339	580.084	1.640	581.385
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	580.084	0	580.084
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-339	0	1.640	1.301
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.135	-2.135
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.775	3.775
5.05.02.06	Baixa de ágio Integração (líquido de imposto)	0	0	-339	0	0	-339
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	265.760	-265.760	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	29.000	-29.000	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	236.760	-236.760	0	0
5.07	Saldos Finais	1.870.000	899.630	1.925.796	0	4.527	4.699.953

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.870.000	959.412	1.232.325	0	4.317	4.066.054
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.870.000	959.412	1.232.325	0	4.317	4.066.054
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	87.099	-313.260	0	-226.161
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-226.161	0	-226.161
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	87.099	-87.099	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	623.091	-1.430	621.661
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	623.091	0	623.091
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.430	-1.430
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-324	-324
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.106	-1.106
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	290.013	-309.831	0	-19.818
5.06.04	Reserva legal	0	0	31.155	-31.155	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	278.678	-278.676	0	2
5.06.06	Benefícios a empregados	0	0	-19.820	0	0	-19.820
5.07	Saldos Finais	1.870.000	959.412	1.609.437	0	2.887	4.441.736

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	920.000	23.950	1.048.015	0	3.928	1.995.893
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	920.000	23.950	1.048.015	0	3.928	1.995.893
5.04	Transações de Capital com os Sócios	950.000	935.462	-23.462	-110.415	0	1.751.585
5.04.01	Aumentos de Capital	950.000	0	0	0	0	950.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-110.415	0	-110.415
5.04.08	Ações em tesouraria - cancelamento	0	23.462	-23.462	0	0	0
5.04.09	Aquisição Itaú Auto e Residência - combinação de negócios	0	912.000	0	0	0	912.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	318.125	389	318.514
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	318.125	0	318.125
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	389	389
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.615	1.615
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.718	-1.718
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	0	492	492
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	207.772	-207.710	0	62
5.06.04	Reserva legal	0	0	15.906	-15.906	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	191.804	-191.804	0	0
5.06.07	Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de terrenos	0	0	62	0	0	62
5.07	Saldos Finais	1.870.000	959.412	1.232.325	0	4.317	4.066.054

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.095	-2.178	-18.744
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.914	-1.077	-1.028
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.863	0	0
7.02.04	Outros	-1.044	-1.101	-17.716
7.02.04.01	Serviços de terceiros, comissões líquidas	-1.044	-1.101	-17.716
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.095	-2.178	-18.744
7.04	Retenções	-59.294	-59.822	-14.985
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59.294	-59.822	-14.985
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-60.389	-62.000	-33.729
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	608.490	660.630	357.512
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	554.802	623.808	347.238
7.06.02	Receitas Financeiras	53.688	36.822	10.274
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	548.101	598.630	323.783
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	548.101	598.630	323.783
7.08.01	Pessoal	2.500	704	412
7.08.01.01	Remuneração Direta	895	704	412
7.08.01.02	Benefícios	1.605	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-35.886	-25.314	5.065
7.08.02.01	Federais	-35.886	-25.314	5.065
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.403	149	185
7.08.03.01	Juros	1.403	149	185
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	580.084	623.091	318.121
7.08.04.02	Dividendos	314.324	264.099	115.850
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	265.760	358.992	202.271

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	16.794.820	15.092.599	12.804.708
1.01	Ativo Circulante	12.570.359	11.027.281	9.030.801
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.524.262	1.487.217	1.456.709
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.720.914	5.864.383	4.716.898
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.720.914	5.864.383	4.716.898
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	6.700.970	5.864.383	4.124.736
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	19.944	0	592.162
1.01.03	Contas a Receber	3.420.612	2.963.691	2.486.987
1.01.03.01	Clientes	3.402.564	2.938.184	2.472.479
1.01.03.01.01	Prêmios a receber de segurados	2.019.019	1.926.151	1.651.520
1.01.03.01.02	Operações de crédito	328.212	245.589	246.361
1.01.03.01.03	Títulos e créditos a receber	1.055.333	766.444	574.598
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.048	25.507	14.508
1.01.03.02.01	Ativos de resseguro	18.048	25.507	14.508
1.01.06	Tributos a Recuperar	394.896	355.983	42.028
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	394.896	355.983	42.028
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	394.896	355.983	42.028
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	509.675	356.007	328.179
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	128.883	92.762	87.821
1.01.08.03	Outros	380.792	263.245	240.358
1.02	Ativo Não Circulante	4.224.461	4.065.318	3.773.907
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.296.500	1.403.128	1.212.368
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.865	326.777	335.736
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	1.516	18.176	1.096
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	10.349	308.601	334.640
1.02.01.03	Contas a Receber	162.442	121.147	114.084
1.02.01.03.01	Clientes	162.442	121.147	114.084
1.02.01.06	Tributos Diferidos	755.077	628.237	455.440

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	651.249	543.392	439.472
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições a recuperar	103.828	84.845	15.968
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	367.116	326.967	307.108
1.02.01.09.03	Outros ativos	367.116	326.967	307.108
1.02.02	Investimentos	8.881	9.010	9.194
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	8.881	9.010	9.194
1.02.03	Imobilizado	886.375	661.991	621.732
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	886.375	661.991	621.732
1.02.04	Intangível	2.032.705	1.991.189	1.930.613
1.02.04.01	Intangíveis	2.032.705	1.991.189	1.930.613
1.02.04.01.02	Custos de aquisição de contratos diferidos	758.795	696.818	607.326
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	1.273.910	1.294.371	1.323.287

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	16.794.820	15.092.599	12.804.708
2.01	Passivo Circulante	10.184.055	8.925.611	7.229.920
2.01.03	Obrigações Fiscais	550.235	522.208	179.457
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	550.235	522.208	179.457
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	550.235	522.208	179.457
2.01.05	Outras Obrigações	9.633.820	8.403.403	7.050.463
2.01.05.02	Outros	9.633.820	8.403.403	7.050.463
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	142.028	153.026	52.547
2.01.05.02.04	Passivos de contratos de seguros	7.014.138	6.393.994	5.473.436
2.01.05.02.05	Débitos de operações de seguro e resseguro	449.087	375.901	356.732
2.01.05.02.06	Passivos financeiros	1.602.110	1.063.637	890.739
2.01.05.02.07	Outros passivos	426.457	416.845	277.009
2.02	Passivo Não Circulante	1.907.450	1.724.291	1.508.024
2.02.02	Outras Obrigações	75.648	66.967	22.805
2.02.02.02	Outros	75.648	66.967	22.805
2.02.02.02.03	Passivos de contratos de seguros	18.036	15.072	14.991
2.02.02.02.04	Outros passivos	57.612	51.895	7.814
2.02.03	Tributos Diferidos	422.601	446.705	449.357
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	422.601	446.705	449.357
2.02.04	Provisões	1.409.201	1.210.619	1.035.862
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.409.201	1.210.619	1.035.862
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.369.070	1.179.661	1.008.012
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.185	4.778	7.550
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	35.946	26.180	20.300
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.703.315	4.442.697	4.066.764
2.03.01	Capital Social Realizado	1.870.000	1.870.000	1.870.000
2.03.02	Reservas de Capital	959.412	959.412	959.412
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	47.412	47.412	47.412

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.03.02.07	Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência	912.000	912.000	912.000
2.03.04	Reservas de Lucros	1.870.541	1.612.324	1.236.642
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	138.037	87.099	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-59.782	0	0
2.03.04.10	Reservas	1.792.286	1.525.225	1.236.642
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.362	961	710

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-74.108	196.128	-117.412
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.191.655	-1.819.218	-1.329.193
3.04.02.01	Despesas administrativas	-1.900.447	-1.581.379	-1.141.122
3.04.02.02	Despesas com tributos	-291.208	-237.839	-188.071
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.884.365	8.909.917	6.514.164
3.04.04.01	Prêmios de seguros auferidos	8.562.637	7.879.788	5.779.445
3.04.04.02	Contribuições de plano de previdência privada	157.068	138.320	125.090
3.04.04.03	Prêmios de resseguro cedido	-49.681	-76.538	-36.918
3.04.04.04	Receitas de operações de crédito	211.169	168.671	139.706
3.04.04.05	Receitas de prestações de serviços	345.871	273.972	209.075
3.04.04.06	Outras receitas operacionais	649.406	520.214	293.817
3.04.04.07	Receitas com imóveis de renda	7.895	5.490	3.949
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.766.818	-6.894.571	-5.302.383
3.04.05.01	Variação das provisões técnicas - seguros	-334.003	-473.199	-378.681
3.04.05.02	Variação das provisões técnicas - previdência	-179.961	-137.375	-120.805
3.04.05.03	Sinistros retidos - bruto	-5.451.292	-4.664.929	-3.395.132
3.04.05.04	Benefícios de planos de previdência complementar	-7.432	-6.503	-7.019
3.04.05.05	Recuperação de resseguradores	32.411	29.372	24.376
3.04.05.06	Recuperação de salvados e ressarcimentos	548.168	466.085	286.357
3.04.05.07	Amortização de custos de aquisição diferidos	-1.693.369	-1.497.885	-1.142.304
3.04.05.08	Custos de aquisição - outros	-62.928	-48.915	-46.589
3.04.05.09	Custos dos serviços prestados	-47.147	-34.759	-36.094
3.04.05.10	Outras despesas operacionais	-571.265	-526.463	-486.492
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-74.108	196.128	-117.412
3.06	Resultado Financeiro	870.331	709.723	533.845
3.06.01	Receitas Financeiras	1.159.990	994.707	723.276
3.06.02	Despesas Financeiras	-289.659	-284.984	-189.431
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	796.223	905.851	416.433

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-216.056	-282.488	-98.147
3.08.01	Corrente	-323.913	-386.408	-214.590
3.08.02	Diferido	107.857	103.920	116.443
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	580.167	623.363	318.286
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	580.167	623.363	318.286
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	580.084	623.091	318.125
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	83	272	161
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,77648	1,90257	1,25228
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,77648	1,90257	1,25228

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	580.167	623.363	318.286
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.640	-1.430	389
4.02.01	Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	-3.558	-540	2.692
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	6.292	-1.843	-2.863
4.02.03	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	820
4.02.04	Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes (40%)	-1.094	953	-260
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	581.807	621.933	318.675
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	581.724	621.661	318.514
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	83	272	161

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	703.746	314.426	461.087
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	746.818	766.201	423.680
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	580.167	623.363	318.286
6.01.01.02	Ajustes exercícios anteriores	0	-19.820	0
6.01.01.03	Depreciações	73.030	83.928	92.817
6.01.01.04	Amortizações	77.171	72.819	11.872
6.01.01.05	Resultado na venda de imobilizado	16.450	5.911	705
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-47.031	-450.324	36.867
6.01.02.01	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-819.927	-1.756.727	-1.100.615
6.01.02.02	Ativos financeiros disponíveis para venda	278.308	618.201	-48.383
6.01.02.03	Prêmios a receber de segurados	-92.868	-274.631	-648.927
6.01.02.04	Operações de crédito	-123.918	-6.291	-28.915
6.01.02.05	Títulos e créditos a receber	-288.889	-191.846	-270.707
6.01.02.06	Ativos de resseguro	7.459	-10.999	-8.701
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-107.857	-103.920	-116.443
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recuperar	-57.896	-382.832	-11.325
6.01.02.09	Ativos não financeiros mantidos para venda	-36.121	-4.941	-47.107
6.01.02.11	Outros ativos	-157.696	-42.746	-69.131
6.01.02.12	Custos de aquisição de contratos diferidos	-61.977	-89.492	-578.269
6.01.02.13	Passivos de contratos de seguros	623.108	920.639	1.902.226
6.01.02.14	Débitos de operações de seguros e resseguros	73.186	19.169	106.595
6.01.02.15	Passivos financeiros	538.473	172.898	307.549
6.01.02.16	Impostos e contribuições a recolher	-10.223	327.445	62.400
6.01.02.17	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-24.104	-2.652	377.012
6.01.02.18	Provisões	198.582	174.757	142.944
6.01.02.19	Outros passivos	15.329	183.644	66.664
6.01.03	Outros	3.959	-1.451	540
6.01.03.01	Ajustes de instrumentos financeiros	1.641	-1.430	389

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01.03.02	Participação dos acionistas não controladores	2.318	-21	151
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-370.786	-173.815	837.713
6.02.01	Alienação de imobilizado	-2.252	6.707	12.678
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-306.032	-136.612	-107.036
6.02.04	Aplicação em intangível	-62.502	-43.910	-17.929
6.02.05	Aquisição de controlada - Itaú Auto e Residência	0	0	950.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-295.915	-110.103	-103.738
6.03.01	Ações em tesouraria	-59.782	0	0
6.03.02	Distribuição de juros sobre capital próprio	-236.133	-110.103	-103.738
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	37.045	30.508	1.195.062
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.487.217	1.456.709	261.647
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.524.262	1.487.217	1.456.709

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.870.000	959.412	1.609.437	0	2.887	4.441.736	961	4.442.697
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.870.000	959.412	1.609.437	0	2.887	4.441.736	961	4.442.697
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-59.782	50.938	-314.324	0	-323.168	2.318	-320.850
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-59.782	0	0	0	-59.782	0	-59.782
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-176.287	0	-176.287	0	-176.287
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	138.037	-138.037	0	0	0	0
5.04.09	Pagamento dividendos adicionais propostos ano anterior	0	0	-87.099	0	0	-87.099	0	-87.099
5.04.10	Aporte de capital - Porto Telecomunicações	0	0	0	0	0	0	2.318	2.318
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-339	580.084	1.640	581.385	83	581.468
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	580.084	0	580.084	83	580.167
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-339	0	1.640	1.301	0	1.301
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.135	-2.135	0	-2.135
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.775	3.775	0	3.775
5.05.02.06	Baixa de ágio - Integração (líquido de imposto)	0	0	-339	0	0	-339	0	-339
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	265.760	-265.760	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	29.000	-29.000	0	0	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	236.760	-236.760	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.870.000	899.630	1.925.796	0	4.527	4.699.953	3.362	4.703.315

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.870.000	959.412	1.232.325	0	4.317	4.066.054	710	4.066.764
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.870.000	959.412	1.232.325	0	4.317	4.066.054	710	4.066.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	87.099	-313.260	0	-226.161	-21	-226.182
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-226.161	0	-226.161	-21	-226.182
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	87.099	-87.099	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	623.091	-1.430	621.661	272	621.933
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	623.091	0	623.091	272	623.363
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.430	-1.430	0	-1.430
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-324	-324	0	-324
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.106	-1.106	0	-1.106
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	290.013	-309.831	0	-19.818	0	-19.818
5.06.04	Reserva legal	0	0	31.155	-31.155	0	0	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	278.678	-278.676	0	2	0	2
5.06.06	Benefício a empregados	0	0	-19.820	0	0	-19.820	0	-19.820
5.07	Saldos Finais	1.870.000	959.412	1.609.437	0	2.887	4.441.736	961	4.442.697

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	920.000	23.950	1.048.015	0	3.928	1.995.893	559	1.996.452
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	920.000	23.950	1.048.015	0	3.928	1.995.893	559	1.996.452
5.04	Transações de Capital com os Sócios	950.000	935.462	-23.462	-110.415	0	1.751.585	-10	1.751.575
5.04.01	Aumentos de Capital	950.000	0	0	0	0	950.000	0	950.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-110.415	0	-110.415	-10	-110.425
5.04.08	Ações em tesouraria - cancelamento	0	23.462	-23.462	0	0	0	0	0
5.04.09	Aquisição Itaú Auto e Residência - combinação de negócios	0	912.000	0	0	0	912.000	0	912.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	318.125	389	318.514	161	318.675
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	318.125	0	318.125	161	318.286
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	389	389	0	389
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.615	1.615	0	1.615
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.718	-1.718	0	-1.718
5.05.02.06	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	492	492	0	492
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	207.772	-207.710	0	62	0	62
5.06.04	Reserva legal	0	0	15.906	-15.906	0	0	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	191.804	-191.804	0	0	0	0
5.06.07	Imposto de renda e contribuição social s/ reavaliação de terrenos	0	0	62	0	0	62	0	62
5.07	Saldos Finais	1.870.000	959.412	1.232.325	0	4.317	4.066.054	710	4.066.764

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	4.133.738	3.829.928	2.683.801
7.01.02	Outras Receitas	4.185.529	3.891.842	2.771.933
7.01.02.01	Receitas com operação de seguros	8.562.637	7.879.788	5.779.445
7.01.02.02	Receitas com operações de previdência privada	157.068	138.320	125.090
7.01.02.03	Prestação de serviços	345.871	273.972	197.004
7.01.02.04	Outras	552.533	417.478	290.412
7.01.02.05	Despesas de intermediação financeira	-40.471	-31.167	-29.114
7.01.02.06	Variação das provisões técnicas - seguro	-334.003	-473.199	-499.486
7.01.02.07	Variação das provisões técnicas - previdência	-179.961	-137.375	0
7.01.02.08	Sinistros retidos	-4.870.713	-4.169.472	-3.091.418
7.01.02.09	Despesas com benefícios	-7.432	-6.503	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-51.791	-61.914	-88.132
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.689.160	-2.365.955	-1.848.789
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-47.147	-34.754	-11.745
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-573.018	-574.887	-544.459
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.892	-4.418	-9.020
7.02.04	Outros	-2.063.103	-1.751.896	-1.283.565
7.02.04.01	Material, energia e outros	0	0	-1.317.339
7.02.04.02	Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	0	0	33.774
7.02.04.03	Serviços de terceiros, comissões líquidas	-2.122.089	-1.827.121	0
7.02.04.04	Variação dos custos de aquisição diferidos	58.986	75.225	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.444.578	1.463.973	835.012
7.04	Retenções	-150.201	-156.747	-104.689
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-150.201	-156.747	-104.689
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.294.377	1.307.226	730.323
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	961.105	784.826	599.698
7.06.02	Receitas Financeiras	1.139.854	970.456	701.909
7.06.03	Outros	-178.749	-185.630	-102.211

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.255.482	2.092.052	1.330.021
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.255.482	2.092.052	1.330.021
7.08.01	Pessoal	905.646	728.387	557.864
7.08.01.01	Remuneração Direta	513.586	418.911	331.875
7.08.01.02	Benefícios	351.579	276.782	200.414
7.08.01.03	F.G.T.S.	40.481	32.694	25.575
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	636.427	630.824	358.210
7.08.02.01	Federais	615.916	614.131	346.676
7.08.02.02	Estaduais	145	696	169
7.08.02.03	Municipais	20.366	15.997	11.365
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	133.242	109.478	95.661
7.08.03.01	Juros	108.656	91.045	82.463
7.08.03.02	Aluguéis	24.586	18.433	13.198
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	580.167	623.363	318.286
7.08.04.02	Dividendos	314.324	264.099	115.850
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	265.760	358.992	202.275
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	83	272	161

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, com o parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Mensagem da administração

O ano de 2011 foi um ano de construções e desafios. O ambiente de crescimento econômico no Brasil, a despeito da crise nos países desenvolvidos, continuou a impulsionar o mercado segurador que cresceu aproximadamente 16% em relação a 2010. A entrada da indústria de seguros no Brasil representa oportunidades de desenvolvimento, principalmente, por meio da expansão da classe média emergente.

Nesse contexto, o ano de 2011 continuou a distinguir a Porto Seguro na qualidade de atendimento, prestação de serviços e soluções de conveniência para mais de seis milhões de famílias e empresas clientes. Atuamos com as três marcas de seguro de automóvel: Porto Seguro, Itaú Auto e Azul Seguros, procurando atender aos diferentes públicos e distintas necessidades dos nossos corretores de seguros e segurados.

Concluimos o ano de 2011 com aproximadamente 4,1 milhões de veículos segurados e um total de mais de 11,6 milhões de itens cobertos pelos produtos da Companhia, o que representa um crescimento de 32% em relação ao ano anterior. Os prêmios auferidos totalizaram R\$ 8.426 milhões com um aumento de R\$ 661 milhões ou 8,5% sobre o montante de R\$ 7.765 milhões em 2010, desconsiderando os planos VGBL.

Além disso, assumimos a gestão dos serviços de socorro automóvel e de carro reserva por sinistro da Itaú Seguros. Agora as três companhias são geridas por uma única plataforma. A integração da assistência do seguro de automóvel resultou em um crescimento de 28% no volume de assistências de socorro e de carro reserva administrados pelo Porto Socorro.

Os resultados também distinguiram a Porto Seguro em termos de crescimento das receitas totais que, incluindo as receitas financeiras líquidas, totalizaram R\$ 10.155 milhões, um crescimento de R\$ 979 milhões ou 10,7% em relação aos R\$ 9.176 milhões obtidos no ano anterior.

Os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram, em 2011, R\$ 5.747 milhões, aumento de R\$ 312 milhões ou 5,8% sobre os R\$ 5.434 milhões em 2010. Já os prêmios auferidos no segmento de seguro saúde totalizaram R\$ 852 milhões em 2011 com aumento de R\$ 137 milhões ou 19,2% sobre os R\$ 715 milhões em 2010. As vidas seguradas em 2011 somaram 567 mil, um aumento de 27%, em relação as 447 mil em 2010. O lucro líquido totalizou, em 2011, R\$ 580 milhões, registrando uma redução de 6,9% sobre R\$ 623 milhões obtidos em 2010. Esta redução deve-se, principalmente, ao aumento das despesas com sinistros retidos e o aumento de despesas administrativas necessárias para sustentar nossa estratégia de atendimento diferenciado.

O ano de 2011 também foi um ano de investimentos. Reposicionamos a marca Itaú Auto e Residência, agora com benefícios especiais para os correntistas do Banco Itaú. Continuamos a investir no

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

aprimoramento do nosso parque tecnológico e no nosso relacionamento operacional e comercial com os corretores de seguros.

Adicionalmente, incrementamos os resultados e a estrutura operacional de outros negócios, tais como cartão de crédito, financiamento, consórcio, alarmes monitorados, entre outros. As receitas de tais negócios cresceram aproximadamente 27% em relação a 2010.

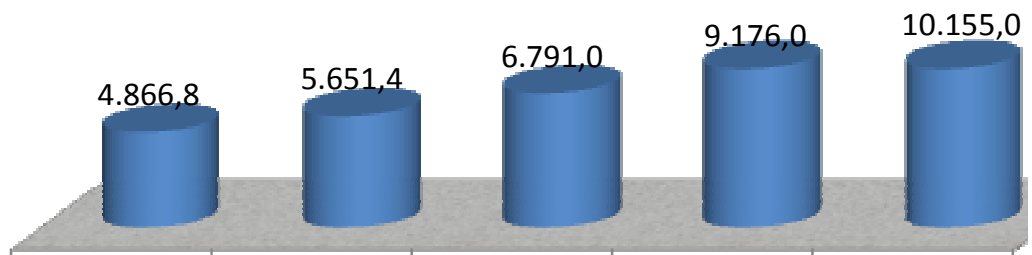
Aproveitamos também para enfatizar a criação da Porto Seguro Telecomunicações S.A, empresa que atua na prestação de serviços de telefonia. Otimiza a gestão interna de custos com telefonia celular, além de aproveitar a possibilidade de convergência com os produtos da seguradora, para agregar mobilidade a seus clientes e corretores de seguros.

Já no âmbito de campanhas e ações, destacamos a campanha Porto Vias, serviço que oferece informações em tempo real sobre o trânsito, seja pelo computador, aplicativos para smartphone ou desktop. O usuário, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, identifica o melhor caminho para chegar ao destino escolhido. Destaque também para o movimento Trânsito+gentil, do Porto Seguro Auto que incentiva os motoristas a evitarem atitudes agressivas e valorizar uma postura mais tolerante no trânsito, bem como programa de qualidade de vida para os funcionários, treinamento para os prestadores de serviços e benefícios a segurados como descontos culturais e gastronômicos.

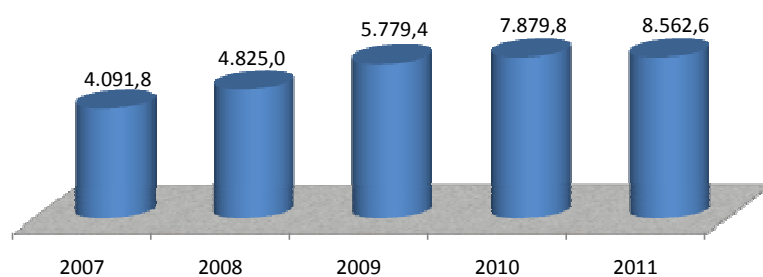
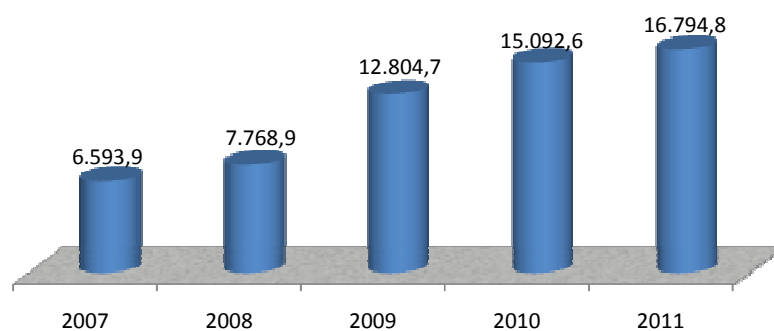
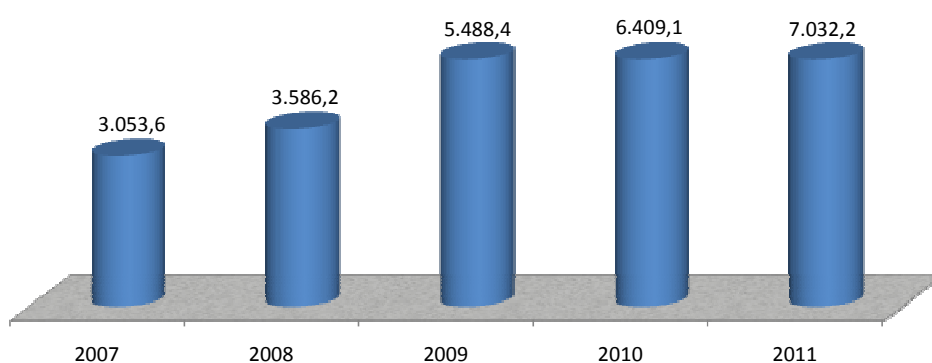
Nossos agradecimentos a todos os funcionários, prestadores e corretores de seguros que trabalharam com dedicação e comprometimento para fechar o ano de 2011.

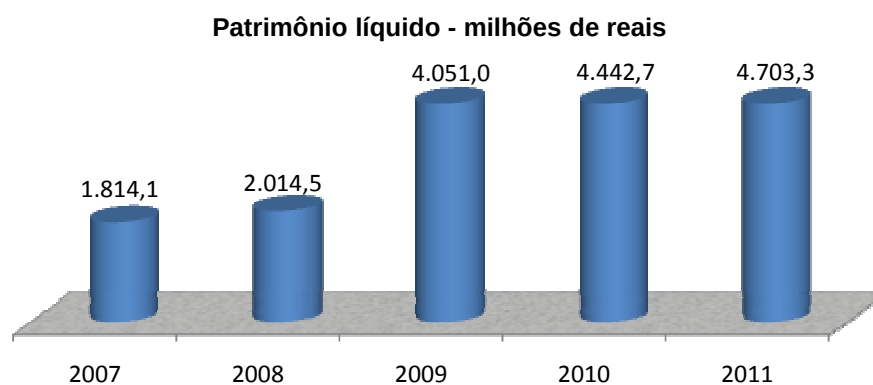
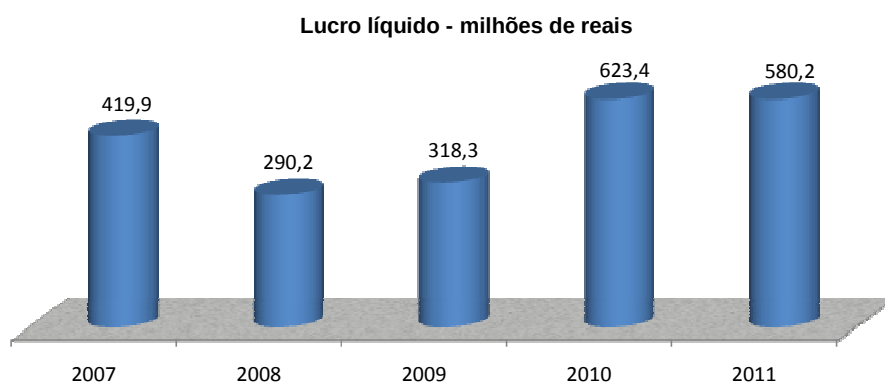
Desempenho econômico-financeiro

Receitas totais (*) - milhões de reais



(*) Refere-se ao total das receitas, desconsiderando os prêmios de resseguros cedidos e outras receitas operacionais, acrescidos do resultado financeiro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Prêmios de seguros auferidos - milhões de reais****Ativos totais - milhões de reais****Passivos de contratos de seguros - milhões de reais**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nos títulos a seguir, as expressões "em 2011" e "em 2010" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011 e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010, respectivamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Receita total**

A receita total da Companhia, incluindo as receitas financeiras líquidas e receitas com imóveis de renda, totalizou em 2011 R\$ 10.155,0 milhões, com crescimento de R\$ 979,0 milhões ou 10,7% em relação aos R\$ 9.176,0 milhões de 2010.

	Receitas totais – milhões de reais		
	2011	2010	Evolução - % 2010 - 2011
Prêmios de seguros auferidos (*)	8.557,3	7.853,6	9,0
Receitas financeiras líquidas	870,3	709,7	22,6
Operações de créditos – Portoseg	211,2	168,7	25,2
Contribuições de planos de previdência	157,1	138,3	13,6
Receita de prestação de serviços – Consórcio	156,5	133,7	17,1
Receita de prestação de serviços – Monitoramento	66,2	57,7	14,7
Outras receitas – Portopar	32,6	32,8	(0,6)
Receita de prestação de serviços – Atendimento	43,0	24,2	77,7
Receita de prestação de serviços – Serviços	29,0	9,1	218,7
Receita de prestação de serviços – Crediporto	9,9	8,0	23,8
Receitas com imóveis	7,9	5,5	43,6
Receita de prestação de serviços – Integração	-	4,2	-
Receita de prestação de serviços – Portoserv	2,3	2,7	(14,8)
Receita de prestação de serviços – Serviços Médicos	6,4	1,6	300,0
RVNE	5,3	26,2	(79,8)
Receita total	10.155,0	9.176,0	10,7

(*) Prêmios líquidos da RVNE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Prêmios de seguros auferidos**

Os prêmios auferidos pela Companhia totalizaram em 2011 R\$ 8.426,5 milhões, com um aumento de R\$ 661,0 milhões ou 8,5% sobre o montante de R\$ 7.765,5 milhões em 2010, desconsiderando os planos VGBL.

Prêmios por segmento	Prêmios de seguros auferidos – milhões de reais		
	2011	2010	Evolução - % 2010 – 2011
Porto Seguro Auto	3.267,7	3.055,0	7,0
Itaú Auto e Residência Auto	1.459,4	1.435,4	1,7
Azul Seguros Auto	1.020,3	944,3	8,0
Total Auto	5.747,4	5.434,7	5,8
Porto Seguro Patrimonial	367,1	340,0	8,0
Itaú Auto e Residência Patrimonial	314,6	266,7	18,0
Azul Seguros Patrimonial	3,6	4,2	(14,3)
Total Patrimonial	685,3	610,9	12,2
DPVAT	300,3	268,8	11,7
Saúde	852,1	715,1	19,2
Pessoas	351,5	320,1	9,8
Riscos financeiros	248,9	196,2	26,9
Transportes	118,8	92,6	28,3
Responsabilidade	17,3	11,2	54,5
Rural/Animal	25,6	47,7	(46,3)
Outros	0,9	1,2	(25,0)
Porto Seguro Uruguay	78,4	67,0	17,0
Total de prêmios de seguros auferidos sem o VGBL	8.426,5	7.765,5	8,5
Prêmios de VGBL	136,1	114,3	19,1
Total de prêmios auferidos	8.562,6	7.879,8	8,7

- Segmento de Seguro Automóvel – Porto Seguro: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2011 R\$ 3.267,7 milhões, aumento de R\$ 212,7 milhões ou 7,0% sobre os R\$ 3.055,0 milhões em 2010, que decorre do aumento de 10,9% da frota segurada para 2.088,6 mil veículos em 2011 em relação aos 1.883,5 mil em 2010, parcialmente compensado pela redução de 3,5% do prêmio anual médio.
- Segmento de Seguro Automóvel – Itaú Auto e Residência: os prêmios de seguros auferidos no segmento de seguro automóvel e residência totalizaram em 2011 R\$ 1.459,4 milhões, aumento de R\$ 24,0 milhões ou 1,7% sobre os R\$ 1.435,4 milhões em 2010, que decorre do aumento de 2,1% do prêmio anual médio, parcialmente compensado pela redução de 0,4% da frota segurada para 1.063,9 mil veículos em 2011 em relação aos 1.068,5 mil em 2010.
- Segmento de Seguro Automóvel – Azul Seguros: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2011 R\$ 1.020,3 milhões, aumento de R\$ 76,0 milhões ou 8,0% sobre os R\$ 944,3 milhões em 2010, que decorre do aumento de 16,7% da frota segurada para 960,5 mil veículos em 2011 em relação aos 822,9 mil em 2010, parcialmente compensado pela redução de 7,4% do prêmio anual médio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Segmento de Seguro Saúde: os prêmios auferidos no segmento de seguro saúde totalizaram R\$ 852,1 milhões em 2011, aumento de R\$ 137,0 milhões ou 19,2% sobre os R\$ 715,1 milhões em 2010, que decorre do aumento de 27,0% das vidas seguradas para 567,4 mil em 2011 em relação as 446,8 mil em 2010, parcialmente compensando pela redução de 1,9% do prêmio anual médio.

Contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL

As receitas com contribuições de planos de previdência totalizaram R\$ 293,2 milhões em 2011, aumento de R\$ 40,6 milhões ou 16,1% em relação aos R\$ 252,6 milhões em 2010. A quantidade de participantes de previdência (exceto Vida Prêmio) aumentou 7,6%, passando para 149,0 mil em 2011, em relação aos 138,5 mil em 2010.

Receitas de prestação de serviços – monitoramento

As receitas de prestação de serviços de monitoramento eletrônico totalizaram R\$ 66,2 milhões em 2011, um aumento de R\$ 8,5 milhões, ou 14,7% em relação aos R\$ 57,7 milhões em 2010. A quantidade de clientes aumentou 14,6%, passando para 28,3 mil em 2011 em relação aos 24,7 mil em 2010. A receita anual média de prestação de serviços (jan/11 a dez/11) reduziu 10,5% passando para R\$ 2.343,7 em 2011, em relação aos R\$ 2.617,2 de 2010.

Receitas de prestação de serviços – consórcios

As receitas de administração de consórcios totalizaram R\$ 156,5 milhões em 2011, com aumento de R\$ 22,8 milhões ou 17,1% em relação aos R\$ 133,7 milhões em 2010. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 41,9%, passando para 89,1 mil em 2011, em relação aos 62,8 mil em 2010.

Operações de crédito

As receitas com operações de crédito totalizaram R\$ 211,2 milhões em 2011, com aumento de R\$ 42,5 milhões ou 25,2% em relação aos R\$ 168,7 milhões em 2010. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 35,9%, passando para R\$ 1.616,3 milhões em 2011 em relação aos R\$ 1.189,3 milhões em 2010.

Receitas de prestação de serviços - Portopar

As receitas da Portopar com administração financeira totalizaram R\$ 32,6 milhões em 2011 redução de R\$ 0,2 milhão, ou 0,6%, em relação aos R\$ 32,8 milhões de 2010, que decorre da redução (i) da receita com gestão de recursos de R\$ 9,0 milhões ou 23,8%, (ii) da receita de serviços referentes a administração de carteiras de R\$ 0,3 milhão ou 7,7%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Despesa com sinistros e benefícios creditados, líquidas**

As despesas com sinistros e benefícios creditados, líquidas totalizaram em 2011 R\$ 4.878,1 milhões, um aumento de R\$ 702,1 milhões, ou 16,8% sobre o montante de R\$ 4.176,0 milhões em 2010.

<u>Carteira</u>	Milhões de reais			Sinistralidade %	
	2011	2010	Var. %	2011	2010
Porto Seguro Auto	1.758,3	1.523,7	15,4	54,7	52,3
Itaú Auto e Residência Auto	933,5	916,8	1,8	65,5	65,7
Azul Seguros Auto	779,7	557,4	39,9	77,7	68,6
Total Auto	3.471,5	2.997,9	15,8	61,5	58,5
Porto Seguro Patrimonial	150,1	127,0	18,2	44,1	42,8
Itaú Auto e Residência Patrimonial	84,8	74,1	14,4	29,4	27,3
Azul Seguros Patrimonial	2,4	1,6	50,0	49,4	41,6
Total Patrimonial	237,3	202,7	17,1	37,4	35,5
DPVAT	267,6	235,6	13,6	89,2	87,1
Saúde	663,2	511,9	29,6	77,8	70,5
Pessoas	98,7	98,9	(0,2)	30,3	33,6
Transportes	49,5	45,0	10,0	43,7	49,1
Riscos financeiros	43,5	41,8	4,1	20,3	23,0
Responsabilidade	2,6	4,5	(42,2)	17,9	53,6
Outros	4,3	1,2	258,3	54,8	27,3
Porto Seguro Uruguay	32,5	30,0	8,3	45,1	48,5
Benefícios de planos de prev. complementar	7,4	6,5	13,8	-	-
Total	4.878,1	4.176,0	16,8	59,6	56,9

Amortização de custos de aquisição diferidos

As despesas com amortização de aquisição diferidos totalizaram, em 2011 R\$ 1.693,4 milhões, com aumento de R\$ 195,5 milhões ou 13,1% sobre o montante de R\$ 1.497,9 milhões em 2010.

O percentual sobre os prêmios ganhos em 2011 foi de 20,7%, e em 2010 20,4%, um aumento de 0,3 ponto percentual.

Despesas administrativas**Despesas administrativas e com tributos**

As despesas administrativas totalizaram, em 2011, R\$ 1.900,4 milhões, com aumento de R\$ 319,0 milhões ou 20,2% sobre o montante de R\$ 1.581,4 milhões em 2010, principalmente, em razão de:

(i) Pessoal: o aumento de R\$ 143,4 milhões ou 21,2% decorre: (a) do programa de capacitação profissional; (b) crescimento médio de 21,2% no quadro de funcionários; e (c) aumento de 7% relativo ao acordo coletivo.

(ii) Serviços de terceiros: o aumento de R\$ 74,6 milhões ou 35,2% decorre, principalmente, do aumento das despesas com consultorias e assessorias de TI em projetos de novos produtos/serviços; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(iii) Localização e funcionamento: o aumento de R\$ 72,1 milhões ou 23,8% decorre, principalmente, do aumento de imóveis alugados em função da expansão dos negócios.

As despesas com tributos totalizaram, em 2011, R\$ 291,2 milhões, com aumento de R\$ 53,4 milhões ou 22,5% sobre o montante de R\$ 237,8 milhões em 2010.

Em 2011, o índice de despesas administrativas e com tributos das seguradoras sobre os prêmios ganhos foi de 19,7% e em 2010 foi de 18,9%, com aumento de 0,8 ponto percentual.

Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas concedem participação nos lucros aos seus funcionários e administradores. A participação nos lucros destinada a funcionários é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e acordados no início de cada exercício.

A participação nos lucros totalizou, em 2011, R\$ 139,8 milhões, com aumento de R\$ 13,4 milhões ou 10,6% em relação aos R\$ 126,4 milhões do ano anterior.

Resultado financeiro

As receitas financeiras totalizaram em 2011 R\$ 1.160,0 milhões, com aumento de R\$ 165,3 milhões, ou 16,6% em relação aos R\$ 994,7 milhões em 2010. Esse aumento se deve, principalmente:

(i) As receitas com aplicações financeiras totalizaram em 2011 R\$ 820,6 milhões, com um aumento de R\$ 106,9 milhões, ou 15,0% em relação aos R\$ 713,7 milhões em 2010, que decorre do aumento de 11,9% nas aplicações financeiras médias para R\$ 7.185,6 milhões em 2011, em relação aos R\$ 6.418,2 milhões em 2010 e pelo aumento da taxa efetiva para 11,42% em 2011 em relação aos 11,12% em 2010.

As receitas com aplicações financeiras (exceto Porto Seguro Vida e Previdência) totalizaram em 2011 R\$ 649,5 milhões, com um aumento de R\$ 130,9 milhões, ou 25,2% em relação aos R\$ 518,6 milhões em 2010, que decorre do aumento de 7,9% nas aplicações financeiras médias para R\$ 5.589,5 milhões em 2011, em relação aos R\$ 5.180,8 milhões em 2010 e pelo aumento da taxa efetiva para 11,62% em 2011 em relação aos 10,01% em 2010.

(ii) As outras receitas financeiras que totalizaram R\$ 339,4 milhões, com aumento de R\$ 58,4 milhões ou 20,8% em relação aos R\$ 281,0 milhões em 2010, que decorre, principalmente, do aumento de R\$ 19,3 milhões nas variações monetárias dos depósitos judiciais para R\$ 46,6 milhões em 2011 em relação aos R\$ 27,3 milhões em 2010.

As despesas financeiras totalizaram em 2011 R\$ 289,7 milhões, com um aumento de R\$ 4,7 milhões, ou 1,6% em relação aos R\$ 285,0 milhões em 2010.

Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais totalizaram, em 2011, R\$ 649,4 milhões, com aumento de R\$ 129,2 milhões ou 24,8% sobre o montante de R\$ 520,2 milhões em 2010. Esse aumento se deve, principalmente: (a) ao aumento das receitas com custo de apólices de R\$ 45,0 milhões ou 12,5%, (b) ao aumento das receitas de anuidade cobradas por utilização do cartão de crédito de R\$ 17,7 milhões e (c) ao aumento da taxa administrativa, referente a transações com cartão de crédito, de R\$ 16,5 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Outras despesas operacionais totalizaram, em 2011, R\$ 571,3 milhões, com aumento de R\$ 44,8 milhões ou 8,5% sobre o montante de R\$ 526,5 milhões em 2010. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento nas despesas com supervisão e cobrança, no montante de R\$ 20,7 milhões.

IRPJ e CSLL

As despesas com IRPJ e CSLL totalizaram, em 2011, R\$ 216,1 milhões, com redução de R\$ 66,4 milhões ou 23,5% sobre R\$ 282,5 milhões em 2010. As taxas nominais de IRPJ e CSLL são de 40% para as seguradoras e financeiras e 34,0% para as demais, as taxas efetivas de IRPJ e CSLL em 2011 e em 2010 foram de 27,1% e 31,1%, respectivamente.

Resultado e patrimônio líquido

Lucro líquido

O lucro líquido totalizou, em 2011, R\$ 580,2 milhões, comparado com os R\$ 623,4 milhões obtidos em 2010.

O lucro líquido por ação foi de R\$ 1,77 em 2011, comparado com R\$ 1,90 em 2010 considerando a quantidade de ações de 327.642.

Índice combinado - seguros

O índice combinado (sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e despesas com tributos, comparados com os prêmios ganhos), em 2011 foi de 100,0%, com um aumento de 3,8 pontos percentuais sobre os 96,2% de 2010. O aumento deve-se, principalmente, ao aumento: de 2,7 pontos percentuais no índice de sinistralidade, de 0,8 ponto percentual nas despesas administrativas e tributos e de 0,3 no índice de comissionamento.

O índice combinado considerando também outras receitas e despesas operacionais, em 2011 foi de 99,3%, com um aumento de 3,0 pontos percentuais, em relação ao índice de 2010 que foi de 96,3%.

O índice combinado ampliado, que, também considera o resultado financeiro, em 2011 foi de 91,2%, apresentando um aumento de 2,8 pontos percentuais, em relação ao índice de 2010 que foi de 88,4%.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia alcançou, em 2011, R\$ 4.703,3 milhões, com aumento de R\$ 260,6 milhões ou 5,9% em relação aos R\$ 4.442,7 milhões em 2010.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

As reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 28 de outubro de 2011 e 28 de dezembro de 2011, deliberaram créditos de juros sobre capital próprio nos montantes de R\$ 161,5 milhões e R\$ 55,3 milhões, respectivamente, líquidos de imposto de renda.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos

A Companhia fez investimentos, no montante de R\$ 368,2 milhões em 2011. Do total investido, R\$ 191,3 milhões foram destinados a terrenos, obras e edificações; R\$ 176,9 milhões foram destinados a equipamentos e sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros investimentos.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS

Em 2011, a Companhia ampliou e inovou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:

Porto Seguro Consórcio – equipamentos profissionais: ampliação dos ramos de atividade para contratação do consórcio de equipamentos profissionais.

Porto Seguro Eventos: seguro com ampla variedade de coberturas para organizadores, público e colaboradores. A garantia básica assegura os prejuízos decorrentes de danos materiais ou corporais a terceiros ou aos próprios funcionários do segurado, ocasionados por diversos riscos, como cancelamento ou acidentes.

Seguro de equipamentos portáteis: seguro amplia a cobertura e passa a cobrir iPad e aparelhos similares garantindo riscos como: roubo ou furto qualificado, incêndio, raio, explosão e outras consequências; além da cobertura adicional de danos elétricos.

Porto Seguro Residência e Equipamentos Portáteis: lançamento de serviço para retirada de equipamentos eletrônicos de forma gratuita. O serviço acontece em parceria com a empresa Descarte Certo, especializada em coleta e reciclagem de celulares, smartphones, CPUs, impressoras, notebooks, filmadoras, entre outros.

Porto Seguro Transportes Embarcador: seguro destinado ao proprietário de mercadorias denominados embarcadores. Oferece um conjunto de coberturas básicas e adicionais para transportes rodoviários e aéreos. O seguro garante a proteção contra os mais variados imprevistos.

Reformulação Porto Seguro Residência Veraneio: seguro residencial com coberturas criadas especialmente para casas de praia ou de campo. Oferece coberturas contra diversos tipos de riscos, desde incêndio, explosão, subtração de bens, danos elétricos a responsabilidade civil e familiar.

Seguro Residencial Itaú: o seguro passa a oferecer serviços ambientais que contribuem na preservação do meio ambiente, são eles: Orientação Ambiental, o segurado recebe informações de como utilizar recursos naturais e evitar desperdícios; Descarte Inteligente, retira itens que não são mais utilizados, como móveis, eletrônicos e eletrodomésticos.

Porto Seguro Viagem: seguro que oferece ampla cobertura ao segurado que vai viajar. A contratação pode ser feita para viagens nacionais ou internacionais e pode contar com assistência médica, localização de bagagem, interrupção e cancelamento da viagem, além de roteiro de viagem, indicação e reserva de hotéis, parques e restaurante, desconto para aluguel de carros, entre outros.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas e criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. A busca pela melhoria constante de nossas ações na área de Relações com Investidores tem como objetivo aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, colaboradores e comunidade, entre outros.

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e a regras diferenciadas de governança corporativa. Entre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a Companhia adota:

- Divisão do capital social exclusivamente em ações ordinárias;
- Ações que representem no mínimo 25% do capital social devem estar em circulação (não podem ser detidas pelo controlador);
- Na alienação de controle, ainda que por vendas sucessivas, o negócio deve ficar condicionado a que sejam estendidas aos acionistas minoritários as mesmas condições oferecidas ao acionista controlador, incluindo o mesmo preço (tag-along);
- Conselho de Administração com no mínimo 5 membros, com mandato unificado de até dois anos;
- Demonstração de fluxo de caixa nos ITR's e nas demonstrações contábeis anuais;
- O cronograma de eventos corporativos divulgado anualmente;
- A saída do Novo Mercado fica condicionada à realização de oferta pública de aquisição, por valor justo;
- Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado.
- Política "uma ação igual a um voto";
- A política de atuação da Porto Seguro S.A., empresas controladas e controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.
- Estatuto social claro quanto a: (i) forma de convocação da assembléia geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- Transparência na divulgação do Relatório da Administração;
- Convocações de assembléias e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica “outros assuntos” e sempre visando à realização de assembléias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;

- Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;

Comitê de auditoria

Ao Comitê de auditoria da Porto Seguro S.A., órgão estatutário composto por membros independentes, compete, principalmente, avaliar, acompanhar e recomendar, de forma independente: (i) o pleno atendimento a dispositivos legais e normativos aplicáveis à Porto Seguro S.A. e às suas controladas, considerando as particularidades afetas de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Câmara de arbitragem

Conforme disposições estatutárias, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

MARKETING

Campanha Trânsito+gentil – campanha publicitária que incentiva os motoristas a evitar atitudes agressivas e valorizar uma postura mais tolerante no trânsito. Assim, é concedido um desconto (5%) para os segurados que tem zero ponto na carteira. Teve início na região Metropolitana de São Paulo e foi estendida para o Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina. Diversos artistas já apoiam a campanha e diversas ações estão programadas. O movimento já tem dois anos de existência.

Campanha Porto Vias – campanha para informar aos clientes e não clientes sobre serviço que oferece informações em tempo real sobre o trânsito. A veiculação aconteceu em rádio, televisão e internet. Está disponível nas regiões da Grande São Paulo e região metropolitana do Rio de Janeiro.

Campanha Porto Seguro Viagem - campanha para divulgar o seguro viagem que oferece ampla cobertura como assistência médica e localização de bagagens, planos para viagens nacionais e internacionais, bem como os seguintes serviços: roteiro de viagem indicação e reserva de hotéis e restaurantes, compra de ingressos para shows, teatros, entre outros.

Seguro Residencial Itaú – seguro residencial que oferece serviços que ajudam a cuidar do meio ambiente, como o Descarte inteligente, que retira da sua casa móveis e eletrodomésticos, para descarte de maneira ecologicamente correta; Orientação ambiental para o consumo correto de energia e água e sugestões de especialistas em Projetos.

Cartão de Crédito Porto Seguro - campanha publicitária que abrangeu a Grande São Paulo e várias cidades do interior de São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com objetivo de reforçar que bons momentos podem ajudar o cliente a obter alguns dos principais diferenciais do Programa de Relacionamento dos Cartões de Crédito Porto Seguro: desconto no Porto Seguro Auto e na franquia,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

conforme o uso do cartão, além de outras vantagens. A veiculação ocorreu em rádio, televisão fechada e revista.

PRÊMIOS

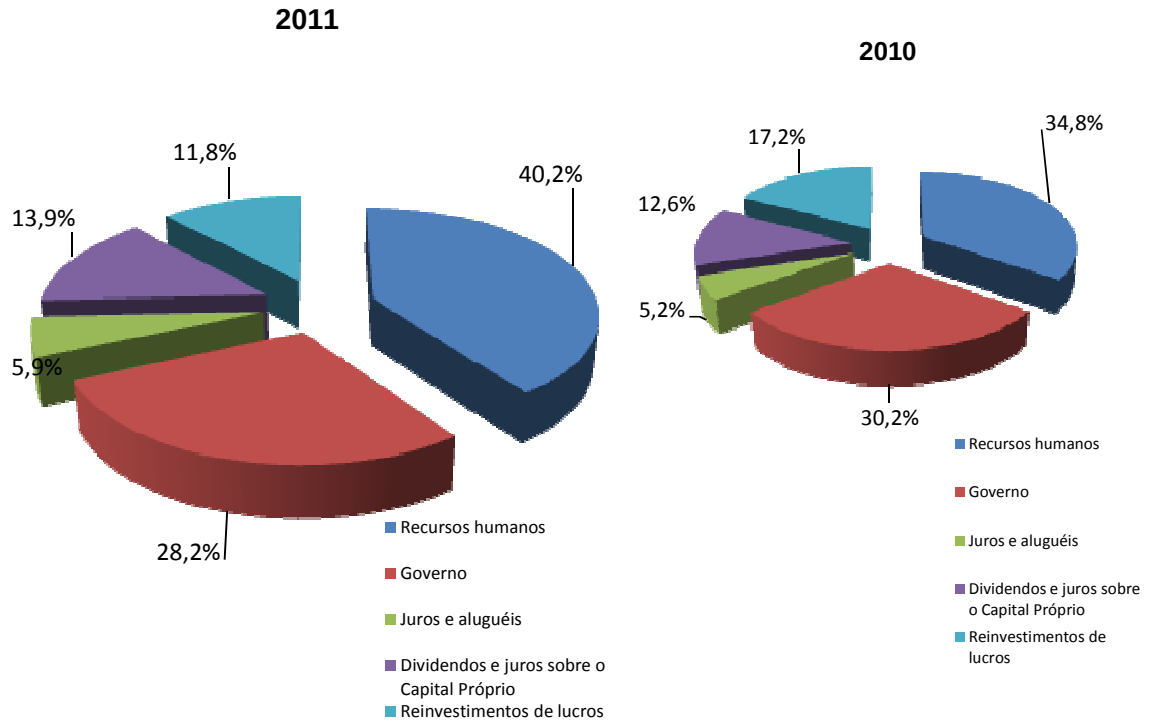
A Porto Seguro recebeu diversos prêmios em 2011, dos quais destacamos:

- Top of Mind Internet 2011, categoria Companhia de Seguros – marca mais lembrada na Internet, organizado por UOL e Datafolha.
- Prêmio “Uma das 10 melhores empresas de atendimento ao cliente em 2010”, segundo lugar, concedido pela Revista Exame;
- Prêmio “Marcas mais valiosas e confiáveis em 2011”, concedido pela Revista Isto é Dinheiro e *BrandAnalytics*;
- Prêmio “Lide de Marketing Empresarial”, categoria Marketing de Responsabilidade, para o movimento Trânsito+gentil, organizado pela Editora Referência e a Dória Associados;
- Prêmio “Marcas de Confiança 2011”, primeiro lugar, concedido pela Revista Seleções do Reader’s Digest;
- Troféu “Destques do Ano”, categoria Mulher de Seguro do Ano, para Solange Zaquem, superintendência da Sucursal Rio Janeiro, promovido pelo O Clube Vida em Grupo;
- Prêmio “Intangíveis Brasil (PIB) 2011”, categoria Seguradoras e Planos de Saúde, eleita a empresa com a maior reputação do setor de Seguros e Previdência, promovido pela revista Consumidor Moderno;
- Prêmio “Caio Ouro”, categoria Responsabilidade Social, com o case “São Paulo é Tudo de bom, ser Gentil no Trânsito também”, organizado pelo Instituto Caio.
- Homenagem do São Paulo Convention & Visitors Bureau (SPCVB), categoria Empresa Amiga, para movimento Trânsito+gentil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

VALOR ADICIONADO

Em 2011, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R\$ 2.255,5 milhões, com aumento de 7,8% sobre o montante de R\$ 2.092,1 milhões de 2010, conforme distribuído abaixo:



RECURSOS HUMANOS

A Porto Seguro encerrou as atividades 2011 com 13.291 funcionários.

Desenvolvimento/Treinamento

Reconhecendo a importância da educação e da formação profissional, investimos nesse período cerca de R\$ 5,1 milhões na concessão de bolsas de estudos para cursos de nível superior, pós-graduação e de idiomas, com uma média de 1.400 bolsistas no período, que representam cerca de 11,0% do quadro de funcionários.

Investimos também em programas de desenvolvimento, abrangendo cursos, palestras e convenções realizados por instituições do mercado. Foram destinadas 291.784 horas com 42.421 participações.

Para o desenvolvimento dos líderes, contamos com a parceria da Fundação Dom Cabral, onde realizamos o Programa de Desenvolvimento em Gestão de Negócios para o público de vice-presidentes, diretores, superintendentes e gerentes. Este programa é composto por seis módulos com carga horária total de 104 horas com a participação de aproximadamente 153 líderes.

Em 2011, a Porto Seguro investiu perto de R\$ 3,3 milhões em treinamento presencial e à distância para seu quadro de funcionários.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aprendiz

A Porto Seguro adotou em 2003 o programa “Jovem Aprendiz”, uma iniciativa de incentivo à aplicação prática da Lei nº 10.097 de dezembro de 2000 e do Decreto nº 5.598, de dezembro de 2005, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo a contratação de jovens da faixa etária de quatorze a vinte e quatro anos incompletos. Em 2011, contratamos 239 aprendizes, em parceria com diversas instituições sendo a principal o Ensino Social Profissionalizante (ESPRO).

Inclusão Eficiente

Trabalhamos ativamente na inclusão de pessoas com deficiência, gerando oportunidades de inserção dos profissionais no mercado de trabalho.

Contratamos 169 pessoas com deficiência, promovemos 46 e encerramos 2011 com um total de 352 pessoas nesta categoria.

Programa de Estágio

O programa visa atrair jovens talentos, preparando profissionais para exercer atividades nas diversas áreas da empresa.

Iniciamos o programa em 2009, com a contratação de 14 jovens, tendo como resultado a efetivação de 13 profissionais. Pelo êxito do programa, em 2011, 22 estagiários foram contratados e passam por um rigoroso programa de desenvolvimento.

Pesquisa Foco no Cliente Interno

Há 07 anos foi implantada a Pesquisa Foco no Cliente Interno, com o objetivo de identificar a qualidade das relações e processos entre as áreas que se inter-relacionam.

Esta pesquisa é realizada a cada dois anos e composta por duas etapas: construção da rede de relacionamentos, na qual cada área aponta quem gostaria de avaliar e por quem gostaria de ser avaliado e a abertura de um link para responder a pesquisa.

Em 2011 a pesquisa foi direcionada a todos os líderes da Porto Seguro, no Brasil, os quais envolveram suas equipes, conduzindo-os para que ajudassem na análise da qualidade do atendimento das áreas fornecedoras.

Tivemos a participação de 74% dos líderes, totalizando 3.874 avaliações, com favorabilidade geral de 74,6%.

Com o resultado da Pesquisa serão traçados planos de ação, objetivando a troca de feedbacks entre as áreas, melhoria nas relações e processos, ampliação da visão sistêmica e a busca de agilidade e resolubilidade no atendimento, com reflexos positivos para os clientes interno e externo.

Gestão de Desempenho

Em 2011 o processo de gestão de desempenho da liderança teve como foco a aderência de suas ações à filosofia e aos valores da Porto Seguro. Para os demais cargos, foi mantido o modelo de acompanhamento de desempenho baseado nas dez competências corporativas.

Este processo, que é base para o modelo de gestão de pessoas, foi estendido no ano de 2011 para a Porto Seguro Uruguai e para a empresa Itaú Auto e Residência, atingindo assim a aderência de 84% do público elegível.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além do incremento quantitativo, a liderança da Porto Seguro contou com apoio para aperfeiçoamento da qualidade do processo por meio de cursos e orientações específicas.

Identidade Corporativa

Com o propósito de divulgar a todos os funcionários a nova redação da Missão e da Filosofia Empresarial, assim como propor o entendimento e a reflexão de cada uma de suas frases, foram realizadas, durante o ano de 2011, 129 turmas do Workshop "Cultivando a nossa Identidade", que contaram com a participação de 9.123 funcionários, somando 36.492 horas.

Com estes workshops, conduzidos pelas lideranças e o RH, foram reafirmados os compromissos com os Valores Corporativos e com as atitudes esperadas de seus profissionais na condução dos negócios.

Qualidade de Vida

A Porto Seguro acredita que a satisfação do funcionário também se deve ao incentivo à qualidade de vida. Por isso, proporciona oportunidades para promover o bem-estar dos seus funcionários.

Em 2011, o Programa de Qualidade de Vida teve a participação de 15.151 pessoas nos seguintes eventos:

Conhecendo a Porto

A Porto Seguro abre suas portas para que o funcionário traga seus familiares para conhecerem seu ambiente de trabalho, além de proporcionar diversas atrações para a criançada. O evento acontece há seis anos, duas vezes ao ano.

Festa Junina

O Arraiá da Porto Seguro está na 10ª edição e acontece no mês de junho. Neste ano, reuniu cerca de 1.922 pessoas entre funcionários, prestadores, familiares e amigos, com barracas típicas representadas por instituições sociais, além de brincadeiras e show ao vivo.

Corrida de rua

Em 2011, participamos de dez corridas de rua, com 1.750 participantes entre funcionários e prestadores de serviços, sendo que a Porto Seguro recebeu um troféu como maior equipe representada com mais de 158 inscritos por prova.

Por meio da arte e da música, reservamos aos funcionários a oportunidade de demonstrarem seus talentos. Destacamos o Coral da Porto Seguro, que existe há 12 anos e é composto, hoje, por um grupo de 30 funcionários. Realizamos também eventos que promoveram a integração entre os funcionários, como Carnaval, Festa Junina, Festival de Inverno, Jogos da Amizade, Conhecendo a Porto, Festa de Confraternização e Festa da Lembrança, esta última dedicada aos funcionários que somam 10, 15, 20, 25, 30 e 35 anos de atividade na empresa.

Espaço Cultura e Lazer Porto Seguro

O objetivo desse espaço é propiciar integração, convivência, lazer e cultura para que seus frequentadores possam, além de contar com a biblioteca e sua estrutura, usufruir da área de convivência do espaço, bem como participar das aulas de condicionamento físico, yoga e dança.

Atualmente o Espaço Cultura e Lazer recebe cerca de 18.074 mês (216.897 no ano) visitas de funcionários e terceiros que buscam desenvolvimento cultural, entretenimento e visita aos quiosques de produtos e serviços disponibilizados pelas parcerias.

Acervo Biblioteca

Visa proporcionar aos funcionários e prestadores enriquecimento educacional e cultural, desenvolvimento profissional e entretenimento nas mais diversas áreas do conhecimento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Oferecemos um acervo com mais de 10.200 exemplares, entre livros, monografias, revistas, CDs e DVDs, disponíveis para empréstimo e pesquisa, sendo que em 2011 foram realizados 42.656 empréstimos.

Serviço Social

Ainda na esteira do olhar para o bem estar do funcionário, a Porto Seguro dispõe de um serviço social que visa auxiliar os funcionários em situações mais críticas, tais como internações hospitalares, falecimento em família, desequilíbrio orçamentário, processos de afastamento do trabalho e outros, o objetivo é oferecer aos funcionários alternativas disponíveis, seja no âmbito da empresa seja na esfera governamental ou de entidades não governamentais que prestam algum tipo de auxílio.

O acompanhamento dos funcionários afastados pelo INSS, desde o início do processo, evitando que este tenha que se preocupar com detalhes burocráticos, facilita o tramite da documentação deixando o funcionário liberado para cuidar de sua saúde de forma mais objetiva.

Segurança e Medicina do Trabalho

O constante acompanhamento da saúde dos funcionários por meio de exames médicos periódicos, de mudança de função ou mesmo de retorno ao trabalho é o objetivo desta área, que além de cumprir as formalidades previstas em lei, aproveita o movimento para mapear a saúde geral dos funcionários e a partir disso desenvolver campanhas educativas voltadas à prevenção da saúde, reduzindo com isso o absenteísmo por afastamentos prolongados.

Com uma equipe de Segurança do Trabalho, cujo objetivo é analisar as condições de trabalho dos funcionários em geral do ponto de vista principalmente ergonômico, estabelece ações em conjunto com a Medicina do Trabalho visando à constante melhoria das condições de trabalho e oferecendo orientações no sentido da correta postura durante a execução das atividades labor ativa, condições de móveis mais adequados e etc. Além disso, acompanha e analisa todas as ocorrências que envolvam acidentes no trabalho ou mesmo no trajeto residência x trabalho x residência, procurando orientar os funcionários quanto aos cuidados ao dirigir ou na utilização de transporte público.

Benefícios

Voltada para a constante observação das necessidades dos funcionários além de zelar pelo cumprimento dos itens estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho e respectiva legislação a respeito, hoje desempenha um papel importante no processo de retenção de funcionários por meio de estudo de novos benefícios além da manutenção dos já existentes de forma a garantir o seu cumprimento de acordo com as normas estabelecidas.

O olhar para fora da empresa visando manter-se atualizado com as melhores práticas adotadas pelas empresas é ponto fundamental para o desenvolvimento das atividades da área com posteriores proposições de melhorias internas.

PROJETOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS

A Companhia, preocupada em valorizar a cultura brasileira, patrocina shows e espetáculos teatrais, além de apoiar o cinema e o esporte. Em 2011, foram patrocinados 802 projetos, como peças teatrais, exposições, shows e sessões de cinema, entre outros, destinados a adultos e crianças em todo o Brasil e beneficiando o público com descontos e promoções.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Em 2011, foram realizados projetos de responsabilidade social ambiental por meio de ações efetivas na Companhia e em torno da comunidade em que ela está inserida. Os principais projetos são:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PROJETOS SOCIAIS

Grupo de voluntariado

Formado por funcionários, prestadores de serviços e corretoras da Porto Seguro. Em 2011, tivemos 1.335 participações voluntárias nas 48 ações promovidas pelo Grupo, que atendeu cerca de 72 mil pessoas carentes de instituições de todo o Brasil, por meio de ações pontuais como doações, palestras educacionais, programas de lazer e qualidade de vida.

Campanhas de arrecadações

Ao longo do ano, são realizadas campanhas de arrecadação por todo o Brasil. Em 2011, entre os itens arrecadados estão roupas e sapatos, brinquedos, material escolar, produtos de higiene pessoal e alimentos, totalizando 111.621 doações.

Casa Campos Elísios Melhor

Um espaço para a educação, geração de renda e lazer. Inaugurada em 2005, a Casa Campos Elísios Melhor visa promover a geração de renda para a comunidade carente do bairro que leva o seu nome, por meio da qualificação e capacitação profissional, além de promover o acesso à educação e cidadania. Em 2011, foram atendidas 2.578 pessoas da comunidade do entorno da Porto Seguro. Deste total, 1.117 pessoas capacitadas profissionalmente, nos seguintes projetos:

Capacitação Profissional

Os cursos de capacitação profissional têm o objetivo de proporcionar uma melhor condição socioeconômica e o resgate da autoestima dos moradores do bairro, por meio da valorização individual e do acesso ao emprego.

O público atendido é composto de pessoas em situação de risco e de vulnerabilidade social, entre 16 e 60 anos de idade. Após a conclusão do curso, a Porto Seguro encaminha para o mercado de trabalho os alunos que têm aproveitamento satisfatório.

Neste segmento de atuação são oferecidos cursos de Informática, Cabeleireiro, Manicure, Montagem e Manutenção de Micros, Técnica Administrativa, Refrigeração Residencial, Portaria, Recepção, Mecânica e Eletroeletrônica, Funilaria e Pintura, bem como o Amigos do Seguro – realizado em parceria com a Funenseg.

Geração de Renda

As oficinas de artesanato, com duração de três a cinco meses, têm o objetivo de estimular a geração de renda, além de incentivar e valorizar o trabalho das artesãs. Entre as instrutoras de cada módulo estão moradoras do bairro, que multiplicam seus talentos para outras pessoas – como técnicas de Pintura em Tecido, Biscuit, Bijuteria, Macramê, Decoupage, Feltro e Acessório Femininos. Após o curso, as ex-alunas são convidadas para participarem dos bazares promovidos pela Porto Seguro. Os produtos confeccionados são comercializados dentro da própria empresa ou em espaços alternativos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Educação e Cidadania

O programa Educação e Cidadania é voltado a crianças e jovens, entre 7 e 15 anos de idade, que são divididos em turmas de acordo com sua faixa etária e com programação composta por diversas oficinas simultâneas. O esporte também é utilizado nesse programa como forma de tornar a aprendizagem mais atrativa e despertar maior interesse pelos conceitos básicos de cooperação e cidadania.

Esporte em Ação e Ginástica na Praça

Visa desenvolver flexibilidade, força, velocidade e facilitar a integração social da comunidade. O programa é baseado no aprendizado dos esportes e jogos cooperativos, realizados na quadra esportiva da Casa Campos Elísios Melhor. Com o sucesso desta ação, foi desenvolvido um projeto específico de ginástica para o público adulto, denominado Ginástica na Praça e praticado no próprio bairro, na praça Princesa Isabel.

Espaço de Aprendizagem

Foi concebido para auxiliar, ensinar e incentivar os alunos nas pesquisas, trabalhos escolares e lição de casa. O programa tem o objetivo de criar o hábito da leitura de forma prazerosa, desenvolver a linguagem por meio de oficinas de sensibilização, adequar o aluno à sua realidade escolar, bem como ajudá-lo a sanar suas dificuldades específicas, eliminando defasagens existentes.

Oficina de Teatro

Os jogos teatrais estimulam o autoconhecimento, a conscientização corporal do aluno e a improvisação por meio de brincadeiras lúdicas, coordenação de movimentos corporais, exercícios de respiração, descoberta das articulações, preenchimento e utilização do espaço.

Dança Educação

Esta oficina trabalha os diversos ritmos musicais, juntamente com as vivências no âmbito escolar, as questões sociais dos alunos e a forma como eles enxergam estas realidades pela Arte Educação. A oficina propicia soltura de movimentos, descontração e sociabilização dos alunos.

Capoeira

A oficina estimula que os alunos tenham perspectiva e metas de aprendizado, que ampliem o repertório motor, relacionado ao contexto da capoeira educativa.

Música

Na oficina de música os alunos desenvolvem técnica e expressão, abordando gêneros e estilos diversos, desenvolvendo recursos para interpretar, improvisar, “tirar de ouvido”, ler e escrever. Destaca-se a aprendizagem em flauta e violão.

Oficina Cinema

A oficina contribui para que a criança reconheça-se como um ser importante e tenha noção de sua personalidade, fortalece a auto estima permitindo que seja reconhecido como único e original entre os demais, desenvolvendo o auto conceito positivo e amplie gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Associação Crescer Sempre

Em 2011, a Corporação Porto Seguro, sensibilizada com as condições sociais existentes deu continuidade aos investimentos na Comunidade Paraisópolis, Zona Sul da capital de São Paulo, desenvolvendo projetos e ações de apoio às escolas públicas estaduais. Esse atendimento caracterizado como indireto foi concretizado por meio do Segmento Educação em Parceria.

A Empresa concentrou seus investimentos nas escolas dessa região potencializando seus recursos na qualificação das ações em desenvolvimento, por entender que essa perspectiva proporcionaria maiores ganhos sociais.

A favela de Paraisópolis pertencente ao distrito de Vila Andrade, na zona sul paulistana, surgiu da invasão de um loteamento realizado em 1921, resultado da divisão da antiga Fazenda Morumbi.

A Comunidade, durante estes anos, cresceu desordenadamente, com poucos recursos e um aumento demográfico significativo, contando atualmente com cerca de 85.000 habitantes.

As ações da Associação Crescer Sempre – Educação em Parceria têm como foco os espaços educativos do sistema público e as iniciativas destinadas à inclusão social, comprometidos com a proteção e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Nas ações desenvolvidas pela Associação Crescer Sempre – Educação em Parceria busca-se a concretização desses princípios democráticos, reafirma-se a condução das políticas públicas pelo Estado, valoriza-se e respeita-se a autonomia da escola, articulando sua atuação com base nos princípios de participação social e atuação crítica.

Na realização de seus propósitos a Instituição envolve escolas estaduais e outras entidades externas à comunidade escolar.

A concepção de parceria que fundamenta nossas ações, parte do reconhecimento da necessária complementaridade entre instituições públicas, privadas e a sociedade. São eixos de atuação da Educação em Parceria: relações descentralizadas e horizontais, ações coletivas, desenvolvimento de programas e projetos, considerando a multisetorialidade.

A Associação Crescer Sempre – Educação em Parceria prima pela transparência de suas ações, levando em conta os pressupostos da articulação e da participação como essenciais na tomada de decisões, buscando a equidade e o bem-coletivo.

Programas e projetos retratam esforços mútuos da Educação em Parceria e de seus Parceiros, em que a autonomia e a interdependência implicam na flexibilização das ações e no respeito à identidade de cada um dos envolvidos.

PROJETOS MEIO AMBIENTE

Educação ambiental para a comunidade

Projeto Abrigo Dom Bosco

Apoio a 57 catadores de materiais recicláveis do Abrigo Dom Bosco, proporcionando geração de renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida, além do benefício da preservação do meio ambiente. Em 2011, foram realizados 12 encontros com o objetivo de fortalecer o grupo de abrigados, engajá-los para o diálogo e capacitá-los para a formação de uma futura cooperativa de reciclagem de materiais.

Conservação de praças

A Porto Seguro tem o compromisso de realizar a manutenção de áreas verdes de seis locais da capital paulista, como: o canteiro da rua Manoel Monteiro de Araújo, na Vila Jaguara; a praça David Raw, na

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

região da avenida Pacaembu; a avenida Carvalho Pinto, na Penha, o canteiro central da avenida Rio Branco desde a alameda Eduardo Prado até a avenida Duque de Caxias; a praça Princesa Isabel e a praça Largo Coração de Jesus, na região de Campos Elísios; e o canteiro central da avenida Gal. Edgar Faccó, em Pirituba. Além disso, iniciou um projeto de arborização no entorno do Complexo Matriz Porto Seguro.

Educação ambiental corporativa

Hora da Terra

Uma ação em prol da conscientização ambiental. Foi com o intuito de conscientizar a população sobre os problemas ambientais que a Porto Seguro criou a “Hora da Terra”. Em todos os dias de tempo bom, ou parcialmente nublado, das 11h30 às 13h30, as luzes do Complexo Matriz são apagadas. A idéia é contribuir com o planeta e usar menos energia. Ao economizar luz, a Porto Seguro pretende também poupar recursos. Desde a implantação do programa, já foram economizados 532.00kWh. Essa economia equivale ao consumo de energia utilizada por 2,9 mil famílias paulistanas em um mês.

Coleta seletiva de resíduos

Existente na Companhia há seis anos. No último ano encaminhou para a reciclagem aproximadamente 123 toneladas de materiais: papel, metais, vidro, papelão e plástico, contribuindo com a inclusão social e geração de renda para as Cooperativas de Reciclagem.

Gestão de resíduos automotivos

Implantação de um sistema de gerenciamento de resíduos automotivos dos Centros Automotivos Porto Seguro. Os resíduos perigosos são reciclados e/ou destinados para coprocessamento, minimizando os impactos ambientais. As sucatas automotivas são destinadas à reciclagem, evitando seu acondicionamento e/ou envio para aterros e/ou lixões. Em 2011, foram recicladas aproximadamente 280 toneladas de sucatas automotivas e 96 mil litros de óleo automotivo foram encaminhados para reciclagem. Adquirimos dois caminhões para realizar a coleta das sucatas automotivas em 54 Centros Automotivos Porto Seguro e 10 oficinas referenciadas.

Educação ambiental

Ações de conscientização ambiental para funcionários, prestadores de serviços, corretores, clientes e comunidade.

Em 2011, foi lançada a coleção de canecas “Um brinde ao consumo consciente!”. No total, foram 14.099 canecas distribuídas, o que gerou uma economia de 30% no consumo de copos descartáveis em relação à 2010. A semana do Meio Ambiente promoveu informações socioambientais sobre coleta seletiva, energia, mudanças climáticas, além de palestras e oficinas para os colaboradores. Lançamento das sacolas de pano (8.115 sacolas adquiridas por funcionários, corretores e prestadores de serviço) informações e dicas socioambientais pelo portal interno Eco Ambiente, e o Programa de Redução do Consumo de Papel com redução da impressão de 168 mil folhas.

Inventário de Gases do Efeito Estufa

Elaboração do Inventário de Gases do Efeito Estufa 2011, baseado nas diretrizes do GHG Protocol Brasil. Eliminação do consumo de gás liquefeito de petróleo, contribuindo com a redução das emissões diretas da Porto Seguro.

Programa de redução de consumo de água e energia elétrica

A Companhia adota medidas práticas que permitem a redução de até 26% do consumo nominal de energia elétrica. Entre as medidas estão: horário fixo para ligar e desligar ar-condicionado e energia elétrica, substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas PL, conscientização de funcionários e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

colaboradores a respeito de boas práticas de uso dos microcomputadores e implantação de dispositivos de transformação de energia, como capacitores, para correção de fator de potência, eliminando gastos de energia excedente. Outra medida que evitou o desperdício de recursos naturais foi a instalação de dispositivos reguladores de vazão em todo o ambiente hidráulico dos imóveis. Com isso, a Companhia atingiu uma economia de 20% de toda água consumida em seus imóveis.

Ar-condicionado ecológico

A maior parte dos equipamentos de ar-condicionado da empresa tem suas torres alimentadas por água de lençol freático. Dessa forma, apesar de exigir tratamento químico mais rigoroso para a operação há economia de água potável. Além disso, a Companhia adota gás refrigerante ecológico em suas instalações de ar-condicionado, não agredindo o meio ambiente.

Campanhas

“Campanha de Reciclagem de Óleo de Cozinha - Grande São Paulo, Campinas, Santos, Vale do Paraíba e Rio de Janeiro”

Campanha de educação e conscientização sobre os problemas gerados pelo óleo vegetal na água e sobre o que é possível fazer para evitar a sua contaminação, colaborando com a sua preservação. O óleo coletado é destinado à fabricação de biodiesel, contribuindo com a produção de um combustível renovável que é utilizado na frota nacional de veículos à diesel. Foram coletados mais de 23 mil litros de óleo vegetal usados desde o início da campanha.

“Campanha de Reciclagem de cartões plásticos, pilhas e baterias - Grande São Paulo, Campinas, Santos, Vale do Paraíba e Rio de Janeiro”

A campanha foi desenvolvida para dar o destino correto aos cartões dos segurados e, também, para alertar a população sobre a importância da reciclagem dos resíduos eletroeletrônicos. Os resíduos eletroeletrônicos são encaminhados a uma empresa parceira que separa o material por tipo, tritura-o e encaminha-o para indústrias recicladoras para a fabricação de diversos materiais plásticos, sais e óxidos que são reutilizados pela própria indústria eletroeletrônica. Já foram coletadas mais de 9 toneladas desde o início da campanha.

Bicicletas

Bike Socorro

O Bike Socorro Porto Seguro é uma nova alternativa de atendimento aos segurados. A utilização de bicicletas para atendimento visa contribuir para a redução de gases poluentes, como o gás carbônico (CO₂), principal poluente lançado na atmosfera pelos automóveis.

Bike Vistoria

As ações da Porto Seguro para melhoria da qualidade do ar e do trânsito da cidade não pararam no projeto Bike Socorro. Bike Vistoria é um serviço em que os vistoriadores se dirigem às vistorias domiciliares de bicicleta, ao invés de utilizarem veículos automotores. Calcula-se que o Bike Vistoria poupa a emissão média de 218 kg de CO₂ mensalmente.

Instrução CVM nº 381/03

No período de janeiro a dezembro de 2011, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perspectivas

O ano de 2011 foi marcado por incertezas no cenário internacional, em especial na economia européia, que não prevê uma recuperação no curto prazo, resultando numa contração acentuada do Produto Interno Bruto (PIB) da região no início de 2012. Nos EUA, os sinais que sugeriam uma retomada mais vigorosa da atividade ao longo do 2º e 3º trimestres de 2011 não têm se sustentado neste final de ano. Além dos problemas internos, as incertezas decorrentes da crise européia deprimem a confiança de indivíduos e empresas, afetando negativamente o potencial de crescimento do consumo e dos investimentos. Com isso, a perspectiva para 2012 é de crescimento ainda abaixo do potencial para a economia norte-americana, estimado ao redor de 2,5%. Oscilações ao longo dos próximos trimestres, ora sugerindo maior vigor, ora indicando menor tração da economia, devem marcar o próximo ano nos EUA.

A crise internacional, combinada à estabilidade econômica interna, tem levado muito a considerar o Brasil como o país das oportunidades. O PIB do 4T11 deverá registrar um crescimento de 0,2%, apresentando uma leve recuperação em relação ao número observado no trimestre anterior. Com isso, estima-se em 2,7% o crescimento do PIB anual em 2011, sendo que o crescimento acumulado nos três primeiros trimestres foi de 3,2% quando comparado ao mesmo período de 2010.

O mercado de seguros superou as mais otimistas expectativas nos sete primeiros meses de 2011. Conforme dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, as seguradoras faturaram pouco mais de R\$ 58,1 bilhões até o mês de julho de 2011, representando um incremento de 20,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. As projeções indicam que o mercado de seguros deve fechar o ano de 2011 com crescimento de aproximadamente 16%.

Reiteramos a nossa orientação estratégica: (i) atenção da Companhia na subscrição, na gestão dos riscos e nas oportunidades; (ii) manter os esforços concentrados na modernização de processos operacionais e de gestão; (iii) fortalecimento do relacionamento com os corretores e (iv) permanente busca de inovações tecnológicas, que alteram a todo instante as formas de relacionamentos com clientes, corretores, investidores, governos e comunidade em geral.

Portanto, a Companhia dará continuidade à busca de crescimento com lucratividade, mantendo subscrições conservadoras por meio de linhas de produtos lucrativas em áreas geográficas favoráveis, mantendo os investimentos e a qualificação dos processos de atendimentos a corretores e clientes e a gestão de custos administrativos.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional e informações gerais

A Porto Seguro S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital aberto com sede e escritório principal localizados na Alameda Ribeiro da Silva, 275 - 1º andar em São Paulo (SP) - Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da BM&F BOVESPA, sob a sigla PSSA3. A Companhia tem por objeto a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresariais, nacionais ou estrangeiras, que explorem:

- (a) atividade de seguros em todos os ramos;
- (b) atividades privativas de instituições financeiras e de sociedades equiparadas a instituições financeiras, incluindo, sem limitação, a administração de consórcios;
- (c) atividade de prestação de serviços e comercialização de equipamentos de monitoramento eletrônico de sistemas de proteção patrimonial; e
- (d) atividades conexas, correlatas ou complementares à atividade de seguros e às demais atividades descritas anteriormente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2012.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando o Balanço Social que demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e as informações relevantes quanto ao exercício de cidadania empresarial. Algumas informações foram obtidas por meio de registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais de suas controladas.

A seguir, relacionamos as empresas controladas por ramo de atividade:

(a) Seguros

- (i) Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (Porto Seguro) - controlada direta pela Companhia (99,99%), foi constituída em 6 de setembro de 1945 e tem por objeto social a exploração das operações de seguro de danos e de pessoas.
- (ii) Porto Seguro Vida e Previdência S.A. (Porto Vida) - controlada pela Porto Seguro (99,97%), foi constituída em 23 de dezembro de 1986 e tem por objeto social a exploração das operações de seguro de pessoas e de planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
- (iii) Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. (Porto Seguro Uruguay) - controlada integral pela Porto Seguro desde 22 de dezembro de 1994, tem como principal atividade a atuação no ramo de seguro de automóveis.
- (iv) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. (Porto Saúde) - controlada pela Porto Seguro (99,98%), foi constituída em 12 de junho de 2001 com o objetivo de atuar como

Notas Explicativas

seguradora especializada em seguro-saúde.

- (v) Azul Companhia de Seguros Gerais (Azul Seguros) - controlada direta pela Companhia (99,71%) desde 28 de novembro de 2003, tem por objeto social a exploração das operações de seguros de danos e de pessoas.
- (vi) Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (Itaú Auto e Residência) - controlada direta pela Companhia (99,99%) desde 30 de novembro de 2009, tem por objeto social a exploração das operações de seguros de danos.

(b) Financeiras e consórcio de bens

- (i) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (Porto Consórcio) - controlada direta pela Companhia (99,99%), foi constituída em 20 de julho de 1976 e tem por objeto social a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
- (ii) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Portoseg) - controlada direta da Companhia (99,99%), foi constituída em 9 de novembro de 2001 e tem como principal atividade a concessão de financiamentos para aquisição de bens e serviços para capital de giro e operações com cartão de crédito.
- (iii) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Portopar) - controlada direta da Companhia (99,99%), foi constituída em 8 de abril de 1991 e tem como atividades principais a administração de fundos de investimento e a gestão de ativos financeiros.

(c) Prestadoras de serviços

- (i) Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. (Proteção e Monitoramento) - controlada direta pela Companhia (99,98%), foi constituída em 9 de janeiro de 1998 e tem como principal atividade a prestação de serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.
- (ii) Portoserv Promotora de Serviços Ltda. (Portoserv) - controlada direta pela Companhia (99,50%), foi constituída em 18 de abril de 1979 e tem como principal atividade a prestação de serviços relativos ao agenciamento, à promoção, ao fomento e à administração de vendas.
- (iii) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. (Crediporto) - controlada direta pela Companhia (99,80%), foi constituída em 1º de novembro de 2006 e tem como atividade principal a prestação de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
- (iv) Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. (Serviços Médicos) - controlada direta pela Companhia (99,99%), constituída em 15 de julho de 1996, tem como atividades principais a prestação de serviços de programas de controle médico e de serviços

Notas Explicativas

ambulatoriais.

- (v) Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. (Porto Serviços) - controlada direta pela Companhia (99,99%), foi constituída em 14 de fevereiro de 2008 e tem por objetivo atuar na prestação de serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.
- (vi) Porto Seguro Telecomunicações S.A. (Porto Telecomunicações) - controlada pela Porto Serviços (80,10%) desde 14 de dezembro de 2010, tem como principal atividade a prestação de serviços de telecomunicações e atividades afins que viabilizem a promoção e a expansão de atividades conexas, correlatas e complementares às atividades de seguros e monitoramento e à atividade financeira.
- (vii) Porto Seguro Atendimento S.A. (Porto Atendimento) - controlada pela Porto Serviços (99,94%), foi constituída em 20 de março de 2009 e tem como principal atividade a prestação de serviços de *telemarketing*, central de atendimento (*Call Center*) e atendimento em geral.
- (viii) Franco S.A. Corretagem de Seguros (Franco) - controlada pela Azul Seguros (99,99%), tem como objeto social a prestação de serviços técnicos de corretagem e a administração de seguros.

(d) Medicina de grupo

- (i) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde S.A. (Portomed S.A) - controlada direta pela Companhia (99,00%) desde 20 de janeiro de 2010, tem como principal atividade operar planos privados de assistência à saúde.
- (ii) Porto Seguro Serviços Odontológicos S.A. (Porto Odonto) - controlada direta pela Companhia (99,00%) desde 27 de junho de 2011, tem como principal atividade operar planos privados de assistência odontológica. Em fase de constituição, a operacionalização das atividades desta empresa somente poderá ter início após a autorização de funcionamento a ser concedida pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo o princípio do registro pelo valor original (custo histórico), modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias “disponível para a venda” e “avaliados ao valor justo por meio do resultado”. As

Notas Explicativas

demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424, onde foram instituídas alterações na contabilização das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2010 foram ajustadas para fins de comparação.

2.1.1 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.2 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

- IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros” (emitida em novembro de 2009). Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 - “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e possivelmente impactará a contabilização pela Companhia de seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.
- IFRS 10 - “Demonstrações financeiras consolidadas” (emitida em maio de 2011). O objetivo da IFRS 10 é estabelecer princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. Esta IFRS substitui o IAS 27 e sua aplicação será para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliará os possíveis impactos desta norma.

Notas Explicativas

- IFRS 11 - “Acordos em conjuntos” (Joint arrangements). O princípio central da norma (emitida em maio de 2011) é que as partes de um empreendimento conjunto determinam o tipo de empreendimento em que estão envolvidos, avaliando seus direitos e obrigações em conformidade com o tipo de empreendimento. Não há divulgações especificadas no IFRS 11. Em vez disso, a IFRS 12 descreve as divulgações exigidas. A aplicação será para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliará os possíveis impactos desta norma.
- IFRS 12 - “Divulgação de participação em outras entidades” (emitida em maio de 2011). O objetivo da IFRS 12 é exigir a divulgação de informações que permita aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem: a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades e os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Quando as divulgações exigidas pela IFRS 12, juntamente com as divulgações exigidas por outras IFRS, não atender o objetivo acima, uma entidade é obrigada a divulgar outra informação adicional necessária para atingir esse objetivo. A IFRS 12 é aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de Janeiro de 2013. A Companhia avaliará os possíveis impactos desta norma.
- IFRS 13 - “Mensuração ao valor justo” (emitida em maio de 2011). Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos dos IASB. A IFRS 13 não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo e sua aplicação será em períodos anuais com início em ou após 1º de Janeiro de 2013.
- IAS 19 (Revisado) - “Benefícios a empregados” (divulgada em junho de 2011). O objetivo da revisão da IAS 19 foi o esclarecimento de questões diversas, incluindo a classificação de benefícios a empregados, as estimativas atuais das taxas de mortalidade, os custos fiscais, de administração e de partilha de riscos e recursos de indexação condicional. Aplicável, de forma retrospectiva para períodos anuais com início em 1º de Janeiro de 2013. A aplicação desta norma possivelmente afetará a contabilização da Companhia.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

A existência e o impacto do direito a voto potencial, quando existentes, que são atualmente exercíveis são considerados quando a Companhia analisa se exerce controle sobre uma determinada sociedade. As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é

Notas Explicativas

transferido para a Companhia e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas foram harmonizadas pela Companhia, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o IFRS e os CPCs e na aplicação das políticas contábeis escolhidas pela Companhia.

O processo de consolidação contempla as eliminações e os procedimentos a seguir:

- (i) Das participações no capital e nas reservas mantidas entre elas.
- (ii) Dos saldos de contas-correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as Companhias.
- (iii) Dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre as Companhias.
- (iv) Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas informações demonstrações financeiras.
- (v) As demonstrações financeiras da Porto Seguro Uruguay são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Uruguai e não diferem significativamente das práticas contábeis adotadas pela Companhia, exceto pela correção monetária de balanço, que foi eliminada para harmonização das práticas contábeis.

A Companhia trata as transações com participações por não controladoras como transações com proprietários de ativos da Corporação. Para as compras de participações por não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na sociedade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, relativos àquela sociedade, são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras

Notas Explicativas

individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora. No caso da Companhia (controladora), as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às “demonstrações financeiras separadas” apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e não pelo custo ou valor justo conforme o IFRS.

2.3 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva que é responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Corporação. O detalhamento e as divulgações de segmentos operacionais estão apresentados na nota 5.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras das controladas da Companhia são avaliados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a sociedade opera (a moeda funcional da sociedade). Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda e a maior parte do custo de seus produtos e serviços. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas, com exceção da Porto Seguro Uruguai (vide itens (b) e (c) abaixo).

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da controlada utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período.

(c) Conversão de ativos, passivos, receitas e despesas de controlada no exterior

O resultado e o balanço patrimonial da controlada Porto Seguro Uruguay (cuja moeda funcional é o peso uruguaio e não se encontra em uma economia hiperinflacionária) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (a) ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento da data de encerramento do balanço; (b) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período (exceto se a média dessa taxa não corresponder a uma aproximação razoável para tal propósito); e (c)

Notas Explicativas

todas as diferenças de conversão de balanço dessa controlada são referidos como um componente separado do patrimônio líquido.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. No caso desta última, durante o período de divulgação não existiam ativos financeiros classificados nessa categoria. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado na data inicial de sua aquisição.

A Companhia classifica, nesta categoria, os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é a de manter negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ativos desta categoria são, em geral, classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem.

A Companhia não designou nenhum ativo ou passivo financeiros ao valor justo pelo uso da opção existente no IAS 39 denominada como “*Fair Value Option*” na adoção inicial do IFRS e durante o período de divulgação dessas demonstrações financeiras consolidadas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção e mitigação de riscos financeiros, ela não aplica à denominada contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), como definida no IAS 39.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os prêmios a receber de segurados,

Notas Explicativas

as operações de crédito concedidas a clientes, os ativos de resseguro e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço (vide nota 2.7(a)).

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo seu valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. Dividendos recebidos de investimentos em ações, quando classificados nesta categoria, são reconhecidos no resultado do período quando o direito de recebimento do dividendo é estabelecido para a Companhia.

A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizados) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente no balanço (vide nota 2.7(b)).

(b) Determinação de valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

2.7 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados e operações de crédito)

A Companhia avalia, a cada data de balanço, se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou grupo de ativos) esteja deteriorado ou “*impaired*”.

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado (*impaired*), a Companhia somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo

Notas Explicativas

financeiro. Para a análise de *impairment*, a Companhia utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- Base histórica de perdas e inadimplência;
- Dificuldade financeira significativa pelo cliente/segurado ou tomador do crédito, em razão de desemprego;
- Quebra de contratos como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- Possibilidade de o devedor entrar em concordata ou falência por eventual crise econômica que possa impactar o seu segmento de negócio;
- Informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora essa redução não possa ser atribuída de forma ímpar para os ativos individualmente não significativos.

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Companhia utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Se a Companhia considerar que não existe evidência de que um ativo individualmente significativo esteja deteriorado, ela inclui esse ativo em um grupo de ativos de risco de crédito com características similares e considera esse ativo juntamente com os demais ativos financeiros que serão testados em uma base agrupada.

Para o cálculo agrupado de *impairment* a Companhia agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (por exemplo, *ratings* internos, segmento econômico ou tipos de contrato de seguro e outros para avaliação de prêmios a receber) na qual utiliza uma outra metodologia conhecida como *Roll Rate Model* para estabelecimento dos percentuais de perdas históricas por meio da análise de coleta de caixa das operações de crédito com base em um período de observação limitado a 12 meses até que todos os esforços de recebimento sejam efetuados em última instância. Essas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa dos grupos avaliados.

Os ativos individualmente significativos que são avaliados por *impairment* em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de *impairment* agrupado. A Companhia designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria, e os estudos econômicos de perda realizados consideram emissões feitas em períodos anteriores e eliminam eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo. A Companhia elaborou fluxos de caixa descontados utilizando-se da taxa efetiva de juros (original do contrato, conforme definido pelo IAS 39), levando em conta o valor justo de garantias vinculadas aos contratos para os testes individuais e agrupados de *impairment*, quando aplicável.

Notas Explicativas

(b) Ativos financeiros disponíveis para a venda

A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. No caso de investimentos em instrumentos de capital (ações) a Companhia avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por *impairment* registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período. Perdas por *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas em períodos subsequentes. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida.

(c) Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de publicação.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e derivativos embutidos

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos pela Companhia foram designados na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Adicionalmente, a Companhia efetua uma análise de todos os contratos de serviços, instrumentos financeiros, contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Quando um derivativo embutido é identificado, a Companhia primeiramente estima se o instrumento principal (ou contrato principal, “*host contract*”) é avaliado ao valor justo de mercado (no qual o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado). Caso o instrumento não seja avaliado ao valor justo (instrumentos avaliados ao custo amortizado), a Companhia analisa se o derivativo embutido atende à definição de um derivativo segundo o IAS 39 e se o derivativo embutido é economicamente relacionado ao contrato principal (caso em que o derivativo embutido não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor de mercado). Caso o derivativo embutido não seja economicamente

Notas Explicativas

relacionado ao contrato principal, o derivativo embutido é contabilizado separadamente e avaliado ao valor justo a cada data de balanço.

A Companhia emite contratos de previdência privada que atendem à definição de um contrato de seguro em que os participantes têm garantia de taxas de juros e opções de resgate de sua reserva. Essas garantias embutidas atendem à definição de um derivativo embutido; entretanto, a Companhia utiliza a isenção prevista no IFRS 4 na qual caso o derivativo embutido atenda à definição de um contrato de seguro por si só, a Companhia não efetua a bifurcação do derivativo embutido nesse contrato. Essas garantias embutidas são consideradas no teste de adequação dos passivos (LAT) porque modificam os fluxos de caixa estimados dos contratos.

Todos os instrumentos financeiros derivativos são avaliados ao seu valor justo no seu reconhecimento inicial e na sua avaliação subsequente, com mudanças no valor justo registradas imediatamente no resultado do período.

2.9 Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos com a contraparte e quando a Companhia apresenta a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente.

2.10 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Companhia acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Conforme permitido pelo IFRS 4, a Companhia utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que haja evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na política contábil 2.7). Consequentemente, as perdas por *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros. Essa metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e ao trâmite do processo de recuperação com os resseguradores.

Notas Explicativas

2.11 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio contabilizado pela Companhia na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. O ágio é testado anualmente por *impairment* e avaliado ao custo deduzido de quaisquer perdas de *impairment* identificadas nesse teste. Quaisquer perdas contabilizadas não são revertidas.

(b) Marcas - Itaú Auto e Residência

As marcas registradas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida.

(c) Marcas e patentes

Os gastos relacionados a marcas e patentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil definida.

(d) Relacionamento com clientes, canal de distribuição e valores de negócios adquiridos (*Value Of Business Acquired (VOBA)*)

Os intangíveis de relacionamento com clientes, canal de distribuição e VOBA adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Esses intangíveis têm vida útil finita e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada.

(e) Softwares

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- Pode ser vendido ou usado.
- Gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Notas Explicativas

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Outros gastos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em períodos subsequentes.

Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos, e são alocados às suas respectivas Unidades Geradoras de Caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Companhia.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos.

(f) Outros ativos intangíveis

A Companhia adquiriu certos direitos de comercialização de seus produtos em diversos canais de vendas nas atividades comerciais de varejo. O valor pago por esses direitos, acrescido dos custos diretos incrementais da transação, foram contabilizados pela Companhia como ativo intangível de vida útil definida e amortizado pelo prazo contratual segundo o IAS 36.

(g) Custo de Aquisição Diferido (DAC)

As comissões e os outros custos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices ou com a estimativa de permanência dos segurados e são refletidos no saldo da conta "Custo de aquisição de contratos diferidos".

2.12 Propriedades imobiliárias de investimento

Ativos imobiliários (prédios e terrenos) que não são classificados como propriedades de uso próprio e que são alugados para terceiros para auferir renda são classificados como propriedades imobiliárias de investimento, segundo o IAS 40. Os imóveis de investimento são avaliados ao custo de aquisição reduzido por depreciação. Esses ativos imobiliários compreendem propriedades que são alugadas a terceiros e classificadas, segundo o IAS 17, como um *leasing* operacional.

Como a Companhia utiliza o modelo de custo permitido pelo IAS 40 para imóveis de investimento, esses ativos são avaliados por *impairment* e alocados às suas respectivas Unidades Geradoras de Caixa, segundo o IAS 36 (vide política contábil 2.7(c)).

Notas Explicativas

2.13 Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, exceto terrenos e edifícios que são demonstrados pelo valor reavaliado até 31 de dezembro de 2007, com base em avaliações efetuadas em 22 de dezembro de 2006 por peritos independentes. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado). O custo histórico desses ativos compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos.

A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos (os terrenos não são depreciados). As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota 15.

O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.14 Contratos de arrendamento mercantil (*leasing*)

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período pelo método linear durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto.

Notas Explicativas

2.15 Ativos não financeiros mantidos para a venda

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda oriundos da retomada de ativos que foram dados como garantia de operações de crédito (empréstimos e financiamentos) concedidas a clientes, bem como estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável líquido e as despesas que são de responsabilidade do cliente, como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo.

Quando a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos (LAT) de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros (não incluindo os ativos recuperados que se encontram em estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa (vide política contábil 2.17.2).

2.16 Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais e produtos de acumulação (previdência complementar aberta) que transferem riscos de seguro e financeiro ou ambos. A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, a Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Até a data de fechamento das demonstrações financeiras Companhia não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários da própria Companhia para prestação de serviços, como serviços a residências e automóveis, assistência 24 horas, vidros, entre outros riscos, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro para o IFRS quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

A Companhia emite contratos de seguro-saúde coletivo para empresas de diversos portes nas quais a Companhia tem o direito irrevogável e contratual de aumentar prêmios futuros ou a obrigação de devolver certos montantes de “excedente técnico” caso certos índices de sinistralidade, ou fatores predeterminados no contrato (segundo fórmula de cálculo preestabelecida), sejam alcançados. Tais contratos não apresentam um elemento discricionário (DPF - *Discretionary Participation Feature*, segundo o IFRS 4) porque a Companhia não dispõe de discricção sobre os montantes a serem restituídos nas apólices coletivas (caso a sinistralidade ou o resultado da apólice forem benéficos para a Companhia). Esses contratos foram classificados como contrato de seguro porque os resultados das apólices podem ser desfavoráveis para a Companhia. O segurado tem a opção de cancelamento do

Notas Explicativas

contrato com aviso prévio de 60 dias, para contratos de vigência mínima de 12 meses (conforme RN 195/09 - ANS), sem obrigação ao cliente de pagamento dos valores de sinistralidade devidos à Companhia, perfazendo, assim, um cenário provável e com substância comercial de retenção de risco significativo de seguro para a Companhia com base em experiência histórica.

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o IFRS 4 são classificados como ativos financeiros.

2.17 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro

2.17.1 Passivos de contratos de seguro

A Companhia utilizou as diretrizes do IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e conversão das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com IFRS. Segundo o IFRS 4, a Companhia contou com a isenção de utilizar as políticas contábeis anteriores, ou seja, o BR GAAP (políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil que estão relacionadas adiante) utilizado para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização dessa isenção, a Companhia aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, entre outras políticas aplicáveis.

A Companhia não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda, segundo o IAS 39, que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Companhia não identificou situações em que tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo IFRS 4, na avaliação de contratos de seguro segundo o seu GAAP anterior, ou BR GAAP. A Companhia não identificou provisões para catástrofes não permitidas, segundo o IFRS 4, na data de adoção do IFRS 4.

Conforme o BR GAAP, as provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados nas Notas Técnicas Atuariais (NTA) descritas a seguir:

Seguros de ramos elementares (automóvel, transportes, patrimonial, etc.), vida sem cobertura por sobrevivência e saúde

- (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo, para os seguros de ramos elementares, vida em grupo e acidentes pessoais.

Notas Explicativas

- (b) A Provisão de Riscos Não Expirados (PRNE) é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo, para os seguros de vida individual.
- (c) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão, conforme metodologia prevista em NTA, para os seguros de ramos elementares, vida em grupo e acidentes pessoais.
- (d) A Provisão de Riscos Não Expirados de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PRNE-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de riscos não expirados, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão, conforme metodologia prevista em NTA, para os seguros de vida individual.
- (e) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, líquida dos ajustes do cosseguro. É constituída provisão adicional para sinistros a liquidar (IBNER) com o objetivo de estimar os valores dos ajustes que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos respectivos processos de análise. Essa provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico de sinistros, conforme metodologia prevista em NTA, para os seguros de vida e ramos elementares.
- (f) A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora, e é calculada com técnicas estatísticas e atuariais, com base no comportamento histórico observado entre a ocorrência do sinistro e o seu aviso, conforme metodologia prevista em NTA, para os seguros e/ou as coberturas de ramos elementares e vida. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução CNSP nº 192/08, alterada pela Resolução CNSP nº 215/10.
- (g) A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) para a carteira de seguro de vida é constituída com o objetivo de suprir a insuficiência decorrente da impossibilidade de aplicação do reenquadramento tarifário dos contratos vigentes em decorrência de decisões judiciais. Essa provisão é calculada com base na metodologia prevista em NTA, considerando a diferença entre o que os segurados efetivamente pagam e os riscos a que estão sujeitos.
- (h) A Provisão de Oscilação de Riscos (POR) é constituída com o objetivo de reduzir os impactos nas taxas de risco, em decorrência de sinistros atípicos e vultosos, nos

Notas Explicativas

seguros empresariais, residenciais e condominiais e nos seguros de transportes nacional e internacional. Essa provisão é calculada com base na metodologia prevista em NTA.

- (i) A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) do ramo de seguro-saúde é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão (falecimento do segurado titular com manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios) e é calculada conforme metodologia prevista na NTA, com base no valor presente das respectivas despesas esperadas com taxa de desconto de 6% ao ano.
- (j) A Provisão de Despesas Administrativas (PDA) é constituída com o objetivo de cobertura de déficit administrativo, com base nos recursos originados dos resultados administrativos apurados mensalmente do convênio DPVAT.

Previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência

- (k) As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência. As referidas provisões são determinadas por cálculos atuariais de acordo com as metodologias previstas nas respectivas NTAs.
- (l) A Provisão de Insuficiência de Contribuições (PIC) é apurada com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, considerando a diferença entre a aplicação das bases técnicas contratuais dos planos e a aplicação de bases técnicas realmente esperadas, como a Tábua de Mortalidade BR-EMS, em sua versão mais atualizada, adicionada de uma expectativa de longevidade, sendo os fluxos futuros descontados à relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco. Foi apurada em 2011 a necessidade de constituição complementar de R\$ 31,5 milhões sendo R\$ 21,9 milhões referentes à fase de diferimento e R\$ 9,6 milhões referentes à fase de concessão de benefício.
- (m) A Provisão de Despesas Administrativas (PDA) é constituída para atender às despesas operacionais futuras no pagamento de benefícios aos participantes. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada com base na metodologia prevista na NTA, considerando o valor presente das despesas futuras esperadas, a taxa de desconto de 6% ao ano e a tábua de mortalidade AT-2000.

Notas Explicativas

- (n) A Provisão de Riscos Não Expirados (PRNE) é calculada *pro rata* dia, com base nas contribuições recebidas no mês, e tem por objetivo provisionar a parcela da contribuição correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo.
- (o) A Provisão de Riscos não Expirados de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PRNE-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de riscos não expirados referentes aos riscos assumidos pela seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão, conforme metodologia prevista em NTA.
- (p) A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora, e é calculada conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 288/05.
- (q) A Provisão de Benefícios a Regularizar (PBAR) é constituída em decorrência do aviso do evento ocorrido e com base nos valores devidos de pecúlios e rendas vencidas.
- (r) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.
- (s) A Provisão de Oscilação de Riscos (POR) é constituída para cobertura de eventuais desvios nos compromissos esperados, conforme metodologia prevista em NTA.

2.17.2 Teste de adequação dos passivos (LAT-*Liability Adequacy Test*)

Conforme requerido pelo IFRS 4 e disposto na resolução CNSP nº 410/2010, a cada data de balanço a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos, segundo o IFRS 4, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros como despesas de aquisição diferidas (DAC). Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes para o teste. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados por similaridades (ou características de risco similares) e consequentemente, como os respectivos riscos de seguro são gerenciados em conjunto pela Administração. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco.

Caso seja identificada qualquer deficiência no teste em referência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste.

Notas Explicativas

Alguns contratos permitem que a Companhia adquira a titularidade sobre o ativo ou o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). A Companhia também tem o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de seguro. Consequentemente, conforme permitido pelo IFRS 4, estimativas de recuperação de salvados e de reembolsos originados de sub-rogação de direitos são incluídos como um redutor na avaliação (estimativa do fluxo de pagamentos dos contratos de seguros) e, consequentemente, na execução dos testes de adequação dos passivos. Quando o ativo é recuperado em data subsequente à ocorrência do sinistro, a Companhia classifica o ativo na categoria de outros ativos, com avaliação ao valor justo deduzido dos custos de venda do ativo para colocação do ativo em condições de uso por terceiros. Para os ramos de risco decorrido, a Companhia leva em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Para os produtos de acumulação (plano de previdência), também classificados como contratos de seguro, a Companhia elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, como níveis de permanência dos participantes, taxas de conversão em renda, retorno dos ativos garantidos aos participantes durante as fases de acumulação e concessão de benefício (excedente financeiro), opções de taxas de juros garantidas (índices de inflação IGP-M ou ganhos realizados de ativos acima da remuneração desse índice para produtos tradicionais) e opções de resgate.

Como conclusão dos testes realizados, no exercício de 2011 foi identificada insuficiência no produto de previdência complementar. Nos demais ramos e produtos não foram identificadas insuficiências. (Vide nota 2.17.1(I)).

2.18 Passivos financeiros

2.18.1 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros que leva em consideração os custos de transação, e os juros dos contratos são apropriados até o vencimento dos contratos. A Companhia avalia quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos, segundo o IFRS. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.18.2 Outros passivos financeiros

Demais contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente é reconhecido segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material.

Notas Explicativas

Para esse cálculo, em casos onde os passivos financeiros não apresentam taxa de juros predeterminada (ou explícita no contrato), a Companhia utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência que seria cobrada hipoteticamente por uma instituição bancária no mercado, para financiamento ou compra de um ativo similar considerando, inclusive, o risco de crédito da Companhia para esse propósito.

2.19 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina o plano Portoprev, que é classificado como um plano de contribuição definida, segundo os critérios do IAS 19. Adicionalmente, a Companhia também oferece benefícios pós-emprego de seguro-saúde, seguro de vida e benefícios calculados com base em uma política de benefícios que atribui uma determinada pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros, tais como definidos segundo o IAS 19. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao FGTS, também foram calculados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para quem esse direito já tenha sido estabelecido.

As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e são registradas segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

2.20 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de seu correspondente passivo, quando houver, e os critérios para compensação são

Notas Explicativas

atendidos. Quando os critérios para compensação não são atendidos, os depósitos judiciais são apresentados no ativo.

2.21 Capital Social

As ações emitidas pela Companhia são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Companhia não tiver a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido deduzidos dos recursos recebidos.

Quando a Companhia recompra suas ações próprias (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo custos diretamente atribuíveis a transação e incrementais, é deduzida do patrimônio líquido. Quando as ações são subsequentemente vendidas, qualquer valor recebido é incluído no patrimônio líquido, líquido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a transação e incrementais.

2.22 Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.22.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. Para contratos de investimento, se existentes, a Companhia não reconhece os prêmios recebidos (ou pagos, para prêmios de resseguro) no resultado do exercício, utilizando o método de contabilidade de depósito aplicável para ativos e passivos financeiros. As contribuições recebidas de participantes de planos de previdência privada são reconhecidas no resultado do período, quando efetivamente recebidas pela Companhia, para os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro, segundo o IFRS 4. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

2.22.2 Receita de juros e dividendos recebidos

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre esses ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

Notas Explicativas

2.22.3 Receitas com imóveis de renda

As receitas de aluguéis de ativos imobiliários de investimento (classificados como *leasing* operacionais) são reconhecidas no resultado do período, segundo o método linear e proporcionalmente ao longo do período do aluguel. Quaisquer incentivos ou despesas de aluguel são reconhecidos seguindo o mesmo padrão de reconhecimento de receita.

2.22.4 Receitas de consórcio de bens

As receitas de taxas de administração são reconhecidas conforme os serviços de administração dos planos são prestados pela Companhia. As comissões sobre as vendas de quotas de consórcio são apropriadas ao resultado no momento da comercialização das quotas e no ato de finalização (ou *performance* da venda).

2.22.5 Programas de fidelidade

Segundo o IFRIC 13, quando uma sociedade vende bens ou serviços e o contrato de venda contém múltiplos elementos, a sociedade deve alocar a receita para os diversos elementos do contrato com base no valor justo relativo da consideração recebida na transação. Nesse contexto, a Companhia avalia situações em que os contratos de seguro vendidos aos segurados apresentem componentes de valor financeiro significativo nos quais uma porção da receita, ou o prêmio tenha sido majorado em sua precificação para cobrir diversos benefícios que podem ser utilizados por clientes da Companhia em estabelecimentos de terceiros ao longo da vigência dos contratos de seguro. A Companhia avalia a materialidade desses componentes e se o padrão de reconhecimento de receita (por exemplo, o padrão de utilização desses benefícios) divergiria significativamente do padrão de reconhecimento do prêmio de seguro emitido com base na expiração do risco do contrato.

Adicionalmente, a Companhia emite cartões de crédito que têm diversos programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem programas de bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais a Companhia estima as suas obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas atuais para a valorização desse componente em suas demonstrações financeiras. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios pelos clientes, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente durante o período do exercício das bonificações.

2.22.6 Receitas de prestação de serviços e de comercialização de equipamentos de monitoramento

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Notas Explicativas

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração os tipos de cliente e de transação e as especificações de cada venda.

2.22.7 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável e ao que for maior entre: (i) 50% do lucro líquido da Companhia (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda) e (ii) 50% dos lucros acumulados da Companhia e das reservas de lucros.

2.23 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos referidos inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% para as seguradoras e financeiras e 9% para as demais controladas e para a controladora. São constituídas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, cujo montante é transferido para impostos a pagar, no passivo circulante, na realização ou na baixa desses ativos.

Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou "*liability method*" segundo o IAS 12) sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

Notas Explicativas

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros da Companhia. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia liquidará em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos (como riscos especiais) e contratos de seguro com cobertura de vida (vide nota 4.1).

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia dispõe de um grande número de processos judiciais em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, o processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e *status* (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre esses casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões, segundo o IAS 37.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de *impairment* para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nessa área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados e créditos a receber de concessões de empréstimo a clientes. Nesse julgamento está incluído acesso do tipo de contrato, segmento econômico, segmento, localização geográfica do devedor, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para *impairment* sobre ativos financeiros.

Notas Explicativas

(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e à determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis.

(e) Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4. Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de seguros

4.1 Gestão de risco de seguro

A Companhia oferece, por intermédio de suas controladas diretas e indiretas Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Vida, Azul Seguros, Itaú Auto e Residência e Porto Seguro Uruguay, ampla gama de produtos de seguro, incluindo seguros de automóvel, saúde, patrimoniais, vida, transportes e planos de previdência privada para pessoas físicas e jurídicas e sociedades governamentais no Brasil e no Uruguai.

A Companhia tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Companhia são e continuarão sendo (i) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Companhia sejam utilizados de maneira consistente e apropriada; (ii) acompanhamento permanente da qualidade dos negócios propostos pelos corretores; e (iii) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, sinistros e outras experiências estatísticas para que a Companhia possa selecionar e avaliar riscos de forma precisa, técnica e comercial.

A Companhia define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles nas quais a Companhia tem a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados pela comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações.

Notas Explicativas

Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o provisionamento, a Companhia entende que o principal risco assumido é o risco de que sinistros avisados e pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimadas, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior fosse o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que tenham *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição a qual a Companhia está exposta é minimizada em razão de a menor parcela dos riscos aceitos apresentarem importâncias seguradas elevadas. Dessa forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos sinistros observados e de insuficiência ou perdas na recuperação. Essas evidências podem ser comprovadas, em razão de os prêmios cedidos em resseguro representarem aproximadamente 0,58% dos prêmios de seguros auferidos em dezembro de 2011 e dos valores de sinistros recuperados de resseguro representarem 0,59% dos sinistros retidos brutos no mesmo período.

Além disso, as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites técnicos fixados coma SUSEP, em conformidade com a legislação vigente.

Os fatores que agravam o risco de seguro incluem incapacidade na diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e tipo de segmento de negócios, fator relevante para os ramos de riscos especiais em que a Companhia opera. A estrutura de gestão de riscos de seguros da Companhia considera a similaridade dos riscos transferidos pelos diversos contratos e ramos em que a Companhia opera e a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com diversos riscos específicos, assim como histórico de negociação para gestão dos risco. Os principais segmentos de gestão de riscos de seguros estão estruturados da seguinte forma:

- Automóveis particulares e comerciais
- Saúde
- Vida sem cobertura por sobrevivência
- Seguros patrimoniais, responsabilidade civil e agronegócio
- Transportes
- Previdência complementar e vida com cobertura por sobrevivência

O objetivo da subscrição de riscos da Companhia é desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A Companhia acredita que as técnicas de subscrição de riscos que emprega oferecem vantagem adicional na identificação e no entendimento do risco e na definição do preço de seguros de forma apropriada, particularmente no que diz respeito ao seguro de automóveis. As políticas de subscrição de riscos da Companhia são definidas centralizadamente pela matriz, por meio de seus departamentos técnicos. A unidade de

Notas Explicativas

cálculo de tarifas do departamento atuarial da Companhia analisa a adequação do prêmio e utiliza dados exclusivos coletados e analisados com relação a cada linha de negócio.

Consequentemente, diferentes preços são fixados para apólices de seguros patrimoniais, de acordo com as diversas variáveis aplicáveis a cada risco específico, como no caso de seguro de automóvel, fatores relativos ao automóvel (idade, fabricação, modelo, etc.) e outros fatores relacionados com o perfil do segurado. Essa metodologia se destina a manter a qualidade da subscrição de riscos e a disciplina de preços. A Companhia presta atenção particular ao treinamento geral a funcionários, prestadores de serviços e corretores, seleção de riscos e contínuo monitoramento. Além disso, a Companhia monitora a qualidade dos negócios por parte dos corretores e dos escritórios regionais a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Companhia após a revisão, entre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos automóveis e após consideração completa do histórico de reclamações, das condições físicas e do valor de reposição da propriedade.

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais consiste, em primeira instância, na identificação do risco que se pretende segurar, do objeto segurável, do valor máximo em risco e da disponibilidade de dados necessários para fins de tarifação e subscrição.

Após a etapa descrita acima, a Administração determina as premissas atuariais relevantes ao risco que se pretende segurar e à origem e referência dos dados que serão utilizados para fins de tarifação e subscrição. Os resultados das análises de sensibilidade para o risco de seguro é efetuado semestralmente (junho e dezembro) e atualizado monetariamente nos trimestres subsequentes (março e setembro) e são utilizadas as seguintes premissas atuariais:

- Utilização como premissas de sinistralidade das expectativas de prêmio de risco calculadas na data-base do estudo, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros calculadas na data-base do estudo, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Base de dados composta por informações referentes a um período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data-base de análise.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

4.1.1 Seguro de automóveis particulares e comerciais

A Companhia é líder em seguros de automóvel no Brasil, onde desenvolveu sua reputação no segmento de seguro de automóvel com base em inovação de produtos, atendimento ao cliente, relacionamento com os corretores e principalmente com base no nível de sofisticação da análise de risco. A Companhia oferece seguro de automóvel para clientes pessoas física e jurídica que usam o veículo de forma particular e/ou comercial. O seguro de automóvel fornece coberturas para um ou mais dos seguintes riscos: casco, responsabilidade civil e danos corporais resultantes do uso do automóvel.

Notas Explicativas

Os segurados pagam franquia em caso de sinistro, exceto no caso de indenização integral. O valor da franquia varia de acordo com o tipo de veículo. As apólices de seguro de automóvel estão disponíveis para prazos que variam de 30 dias a 3 anos.

Do número total de apólices em vigor em dezembro de 2011, aproximadamente 99,80% tinham prazo de um ano.

O seguro de automóvel de uso comercial oferece cobertura para automóveis, picapes e caminhões utilizados em atividades comerciais e fornece as mesmas opções de cobertura. O seguro de automóvel de uso comercial foi desenvolvido para proteger empresas contra perdas resultantes de perda parcial ou total por acidente, roubo ou furto do veículo, responsabilidade civil-facultativa, danos materiais e corporais a terceiros, acidentes pessoais a passageiros, responsabilidade civil do transportador em viagens internacionais e extensão de perímetro. Em dezembro de 2011, as apólices de seguro de automóvel de uso comercial representavam aproximadamente 9,7% do total de apólices de seguro de automóvel emitidas pela Companhia.

Desde 1996 a Companhia oferece apólices de seguro de automóvel com tarifa baseada no perfil de risco dos usuários que atendam a determinados critérios seletivos de subscrição, baseados em fatores como idade, estado civil, sexo, hábitos de estacionamento e abrangência geográfica de uso do automóvel.

Como parte da política de gestão de risco de seguro, a Companhia instala componentes que reduzem significativamente a incidência de roubo ou furto dos automóveis segurados como: (i) dispositivo rastreador e localizador de veículo e (ii) gravação da numeração de chassi em diversas partes da lataria interna do automóvel, o que auxilia na identificação de automóveis roubados ou furtados. De acordo com o prêmio de risco do seguro e para veículos de alto valor, a Companhia instala em comodato o dispositivo rastreador que auxilia na possível recuperação.

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de seguro nas principais localizações geográficas onde a Companhia opera, antes e após a transferência do risco de seguro por meio dos contratos de resseguro:

Localidade	Exposição máxima ao risco de seguro			
	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
São Paulo	86.939.437	86.925.889	69.325.572	69.325.572
Rio de Janeiro	13.520.396	13.518.791	10.942.859	10.942.859
Outras regiões	45.828.137	45.823.290	33.674.168	33.674.168
Uruguai	2.432.128	2.432.128	1.855.283	1.855.283
	148.720.098	148.700.098	115.797.882	115.797.882

Para a carteira de automóveis a Administração assume, além das descritas no item 4.1, as seguintes premissas atuariais:

- Base de dados da Companhia para determinar os preços dos riscos seguráveis e os critérios de subscrição, não sendo necessária a utilização de base de dados de origem externa.

Notas Explicativas

Seguem os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos dos efeitos tributários:

Premissas atuariais	Impacto no resultado e no patrimônio líquido			
	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5% na frequência de sinistros	(81.835)	(81.794)	(77.872)	(77.850)
Aumento de 15% das despesas administrativas	(4.113)	(4.112)	(16.650)	(16.648)
Aumento de 15% das despesas com sinistros	(8.795)	(8.793)	(17.523)	(17.518)
Aumento de 10% do percentual de recuperação de salvados	17.614	17.603	26.359	26.346
Redução de 5% do percentual de recuperação de salvados e ressarcimentos	(9.293)	(9.287)	(17.109)	(17.101)

4.1.2 Saúde

A Porto Saúde atua no mercado de seguro-saúde desde 1992. Possui mais de 4 mil empresas seguradas, aproximadamente 418 mil vidas no seguro-saúde, 156 mil vidas no seguro odontológico e 46 mil vidas na Segurança e Saúde Ocupacional (SSO).

A rede referenciada contém aproximadamente 17,1 mil prestadores, entre consultórios médicos, hospitais, prontos-socorros e laboratórios. Ao estabelecer sua rede referenciada a Porto Saúde celebra contratos com os prestadores de serviços localizados em diferentes regiões geográficas e que são escolhidas com base em diversos fatores, incluindo especialização, experiência, localização, qualidade e custo dos serviços.

Para manter um padrão de atendimento, os prestadores estão sujeitos a monitoramento por meio de constante auditoria médica, entrevistas e pesquisas com segurados, em busca da manutenção da qualidade, conformidade dos serviços prestados e controle de custos dos serviços médicos.

Caso o segurado utilize os serviços de um profissional da área médica ou odontológica que não faça parte da rede referenciada, poderá efetuar o pagamento diretamente ao profissional e solicitar posteriormente o reembolso. O reembolso ocorrerá de acordo com a tabela Porto Saúde correspondente ao plano contratado. Ainda, nas localidades onde não há rede referenciada, a Porto Saúde conta com as parcerias de empresas congêneres.

A empresa ao contratar o Porto Saúde empresarial poderá optar pela coparticipação facultativa, ferramenta que auxilia na utilização consciente do plano, potencializando um melhor controle da sinistralidade. Nesse caso, o funcionário participa com uma pequena parte dos gastos médico-hospitalares somente quando utilizar o plano. Optando pela coparticipação, a empresa recebe um desconto no valor do prêmio mensal.

Notas Explicativas

Como medida de gestão de risco de seguro, a Porto Saúde usa o crescente número de segurados de seus planos de seguro-saúde para negociar contratos com prestadores de serviços de saúde a preços favoráveis.

Seguros-Saúde - a Porto Saúde tem 11 planos médicos com valores e condições distintos para atender às diferentes necessidades dos clientes e são comercializados dentro dos seguimentos:

- Pequenas e médias empresas (PME): desenvolvido para atender a empresas de 20 a 99 vidas, entre funcionários e dependentes;
- Empresarial: desenvolvido para atender a empresas com mais de 100 vidas, entre funcionários e dependentes.

Odontológico - a Porto Saúde tem 4 planos odontológicos, coletivos e por adesão, com valores e condições distintos para atender às diferentes necessidades dos clientes e são comercializados dentro dos seguimentos:

- PME: desenvolvido para atender a empresas de 04 a 99 vidas, entre funcionários e dependentes.
- Empresarial: desenvolvido para atender a empresas com mais de 100 vidas, entre funcionários e dependentes.

Todos os produtos de assistência médica ou odontológico atendem ao rol de procedimentos estipulados pela ANS, mais benefícios que variam de acordo com o plano contratado.

Os procedimentos médicos gerais não requerem a pré-aprovação por parte da Porto Saúde, exceto serviços como internações, que serão analisados por parte da equipe de auditoria médica, que também revê os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e qualidade.

Para a carteira de saúde a Administração assume, além das descritas no item 4.1, as seguintes premissas atuariais:

- Base de dados da Corporação para determinar os preços dos riscos seguráveis e dos critérios de subscrição, não sendo necessária a utilização de base de dados de origem externa.

Não obstante, a Administração assume a hipótese de manutenção e/ou redução dos Prêmios de Risco da Carteira, tendo em vista melhorias introduzidas nos processos de precificação. Por esse motivo, os testes de sensibilidade foram efetuados com percentuais inferiores àqueles utilizados para as demais carteiras.

Seguem os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos dos efeitos tributários:

Notas Explicativas

Premissas atuariais	Impacto no resultado e no patrimônio líquido			
	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Agravo de 2,5% no prêmio de risco da carteira	(6.609)	(6.609)	(4.951)	(4.951)
Agravo de 2,5% no prêmio de risco dos planos H+Ob	(19)	(19)	(25)	(25)
Agravo de 2,5% no prêmio de risco dos planos A+H+Ob	(6.513)	(6.513)	(4.890)	(4.890)
Agravo de 2,5% do risco nas despesas com sinistros	(501)	(501)	(278)	(278)
Agravo de 2,5% no prêmio de risco odontológico	(151)	(151)	(86)	(86)

(*)H+Ob - Cobertura Hospitalar e Obstétrica; A+H+Ob - Cobertura Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrica.

4.1.3 Vida sem cobertura por sobrevivência

A Companhia oferece seguros de vida individuais e empresariais com diversos tipos de coberturas. Os seguros de vida empresariais são adquiridos por empresas de pequeno, médio e grande porte como parte de seus planos de benefícios para funcionários.

A abordagem utilizada na comercialização dos seguros individuais pauta-se no conceito de venda consultiva visando à proteção do cliente e de sua família.

Nesse segmento, a subscrição é centralizada, garantindo a utilização consistente e apropriada das políticas e dos procedimentos pertinentes ao produto. Há uma constante preocupação com o aprimoramento dos processos de seleção e precificação de riscos.

As apólices da Companhia incluem seguros de vida tradicionais, com vasta gama de coberturas adicionais, entre as quais destacam-se perda de renda por incapacidade temporária e assistência funeral. Os produtos de seguro de vida comercializados pela Porto Seguro e Porto Vida oferecem, como principais coberturas, indenizações que são pagas em caso de morte natural ou acidental do segurado, em contraprestação pelo pagamento de prêmios mensais, comercializados em regime de repartição simples ou repartição de capitais de cobertura.

Para a carteira de vida a Administração assume, além das descritas no item 4.1, as seguintes premissas atuariais:

- Utilização da tábua biométricas BR-EMS que representa a melhor estimativa de mortalidade para a massa segurada.

Seguem os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos dos efeitos tributários:

Notas Explicativas

Premissas atuariais	Impacto no resultado e no patrimônio líquido			
	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Agravo de 5% no prêmio de risco da Carteira	(1.957)	(1.901)	(2.037)	(1.995)
Agravo de 5% no prêmio de risco da cobertura de morte	(1.306)	(1.269)	(1.360)	(1.332)
Agravo de 5% no prêmio de risco das demais coberturas	(651)	(632)	(676)	(662)
Agravo de 5% nas despesas com sinistros	(148)	(144)	(209)	(207)
Agravo de 5% na importância segurada	2.725	2.666	2.376	2.433

4.1.4 Seguros patrimoniais, responsabilidade civil, agronegócio e de crédito

A Companhia é líder em seguros empresariais e residenciais no Brasil, onde oferece seguros patrimoniais (exceto seguro de automóvel), de responsabilidade civil, agronegócio e de crédito, que são divididos em sete grupos:

(a) Patrimoniais

(i) Seguro Residencial - oferece proteção contra danos ao imóvel e seu conteúdo. A Companhia emite apólices para residências habituais e de veraneio. O critério de indenização baseia-se nos valores de reconstrução do imóvel e reposição dos bens até o limite contratado na apólice. Em algumas coberturas aplica-se uma participação obrigatória do segurado (POS), ou seja, uma coparticipação nos prejuízos indenizáveis em caso de sinistro. Os prêmios são estabelecidos de acordo com a base de dados da Companhia, refletindo a experiência de subscrição e política de preços nos últimos 12 meses, inclusive para renovações. As principais exigências de subscrição são relativas ao estado de uso, conservação e segurança do imóvel. Poderá ser concedido desconto nos prêmios de acordo com o perfil do segurado, se o imóvel localiza-se em condomínio e se dispõe de sistema de segurança monitorado por empresas especializadas.

(ii) Seguro Empresarial - o seguro empresarial da Porto Seguro é destinado a empresas, entidades governamentais, profissionais autônomos e proprietários de imóveis não residenciais. O público-alvo são indústrias, comércios e serviços de pequenos e médios portes, garantindo proteção contra danos ao imóvel e seu conteúdo. O produto oferece, além da cobertura básica (incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave), a opção de contratação de coberturas acessórias, como danos elétricos, vendaval, subtração de bens, lucros cessantes, responsabilidade civil, entre outras. Os prêmios são estabelecidos de maneira personalizada de acordo com a base de dados da Porto Seguro e conforme a atividade desenvolvida, por exemplo, escritórios, lojas de varejo, restaurantes, farmácias, escolas, etc. São concedidos descontos para apólices com vários locais, agrupamento de coberturas, estabelecimentos localizados em shopping e com alarmes monitorados instalados.

(iii) Seguro de Condomínio - a Porto Seguro oferece planos especiais para edifícios residenciais, comerciais, mistos e apart-hotéis. O produto oferece das coberturas básicas, a opção de contratação de coberturas acessórias (danos elétricos, vendaval, responsabilidade civil síndico, responsabilidade civil condomínio, acidente de funcionários, subtração de bens de

Notas Explicativas

condôminos, alagamento). Coberturas amplas também são oferecidas, que garantem quaisquer danos materiais causados ao condomínio.

Para os seguros patrimoniais é disponibilizada rede de serviços que pode ser contratada pelo segurado, como chaveiro, reparos hidráulicos e elétricos, substituição de telhas, desentupimento, check-up de informática, assistência ao pet, e reparos de linha branca (fogão a gás, geladeira e micro-ondas, etc.).

(b) Grandes riscos

(i) Multirrisco - destinado a empresas, entidades governamentais, profissionais autônomos e proprietários de imóveis não residenciais do segmento: industrial, comercial e serviços de médio e grande porte. Garante proteção contra danos ao imóvel e seu conteúdo, oferecendo, além da cobertura básica (incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave), a opção de contratação de coberturas acessórias, como danos elétricos, vendaval, subtração de bens, lucros cessantes, responsabilidade civil, entre outras. As principais exigências de subscrição são relativas ao estado de uso, conservação, manutenção do imóvel e seus equipamentos, aos sistemas de proteção e a segurança do risco. Nesse grupo são disponibilizados seguros para concessionárias destinado a lojas de venda de automóvel (concessionárias e multimarcas) e também para hotéis, motéis e pousadas – que garante tanto os bens do estabelecimento como os de seus hóspedes.

(ii) Riscos de Engenharia – o Porto Seguro Riscos de Engenharia garante segurança para construções, ampliações ou reforma. Ampara riscos inerentes à construção, inclusive incêndio, erro de execução, subtração dos bens, danos causados a terceiros, etc.

Para os seguros de grandes riscos, também é disponibilizada uma rede de serviços que pode ser contratada pelo segurado, semelhante à rede dos seguros patrimoniais.

(c) Massificados

(i) Microseguros - nesse grupo estão os microsseguros que são comercializados por meio de estipulantes. A Porto Seguro opera com o ramo de garantia estendida, que é comercializado em lojas de eletroeletrônicos, móveis e utilidades domésticas (lojas de departamentos). Opera ainda com seguro residencial que oferece proteção contra danos ao imóvel e seu conteúdo em condições simplificadas. Há também o seguro para perda e roubo de cartão no qual é garantido o pagamento da fatura para o estipulante.

(ii) Porto Imobiliária - comercializado por estipulantes, como imobiliárias ou administradoras de imóveis e destinados a imóveis residenciais e não residenciais destinados a locação.

(d) Rurais (agronegócios)

Destinado a agricultores de qualquer porte, o seguro agrícola garante os danos de granizo para frutas (ameixa, atemoia, caqui, citros, figo, goiaba, maçã, manga, nectarina, pera, pêssego e uva) e hortaliças (berinjela, pepino e tomate). Parte do prêmio do seguro pode ser subvencionado pelos governos federal e estadual aos agricultores que contratam o seguro agrícola.

Notas Explicativas

(e) Garantia de Obrigações Contratuais (GOC)

Esse plano de seguro oferecido pela Porto Seguro tem como objetivo indenizar prejuízos causados pelo não cumprimento de contratos. É destinado ao atendimento das exigências dos órgãos públicos ou das empresas privadas como caução para participar de concorrência pública ou como garantia na assinatura de um contrato.

(f) Fiança locatícia

O Porto Seguro Aluguel é o seguro de fiança locatícia destinado a proprietários de imóveis, imobiliárias e inquilinos, substituindo o fiador e outras garantias. Garante ao proprietário do imóvel o recebimento do aluguel e os encargos vencidos em caso de não pagamento pelo inquilino.

(g) Demais ramos

(i) Responsabilidade Civil (RC) - a Porto Seguro opera com diversas modalidades, entre as principais estão: RC prestação de serviços em locais de terceiros, RC operações de vigilância, RC obras civis/montagem e desmontagem.

(ii) Equipamentos Portáteis - garante danos físicos aos bens e equipamentos eletrônicos de pequeno porte, como *notebooks*, *tablets*, *smartphones*, máquinas fotográficas e câmeras filmadoras, com coberturas adicionais de subtração de bens, garantia internacional e acessórios, além do serviço de check-up de computadores.

(iii) Máquinas e Equipamentos – garante danos físicos aos bens e equipamentos de médio e grande porte, móveis ou estacionários, utilizados na indústria, medicina, construção civil, entre outros segmentos. Conta com coberturas adicionais de subtração de bens, despesas fixas, responsabilidade civil e pagamento de aluguel.

(iv) Eventos - voltado para pessoas físicas e jurídicas que atuam na prestação de serviços em eventos, seja na organização, promoção ou exposição, além de poder ser contratado também pelos clientes finais.

Os riscos de contratos de seguros assumidos são ressegurados por meio de diversas modalidades de contratos de resseguro, como resseguro de catástrofe, excedente de danos, excesso de responsabilidade e/ou quota parte. A modalidade e as retenções de risco e demais variáveis técnicas desses produtos são definidas conforme a peculiaridade de cada produto e da oferta disponível no mercado de resseguro nacional e internacional.

Para as carteiras de riscos patrimoniais, responsabilidade civil, e riscos financeiros e riscos rurais a Administração assume, além das descritas no item 4.1, as seguintes premissas atuariais:

- Base de dados da Corporação para determinar os preços dos riscos seguráveis e os critérios de subscrição, não sendo necessária a utilização de base de dados de origem externa, exceto para riscos rurais e de garantias financeiras, uma vez que para esses riscos, é utilizada a experiência estatística dos resseguradores que fornecem proteção para as referidas carteiras.

- A ocorrência de sinistros em apólices com importâncias seguradas elevadas e/ou a ocorrência de diversos sinistros decorrentes de um mesmo evento pode elevar significativamente o valor

Notas Explicativas

do sinistro médio e/ou da frequência de sinistros das carteiras em análise e, por esse motivo, a Companhia comprou proteção de resseguro, que também contempla proteção contra o risco de catástrofe.

Seguem os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos dos efeitos tributários:

Premissas atuariais	Impacto no resultado e no patrimônio líquido			
	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de severidade dos sinistros de fiança locatícia em 5%	(5.465)	(5.188)	(2.000)	(1.995)
Redução de despesas de liquidação e/ou regulação de sinistros em riscos patrimoniais em 10%	952	876	1.921	1.839
Redução do prêmio de risco em riscos patrimoniais em 5%	12.196	11.499	6.042	5.792
Redução de despesas de liquidação de sinistros em riscos de responsabilidade em 10%	34	27	58	57
Redução do prêmio de risco em riscos de responsabilidade em 5%	216	172	133	132
Redução de despesas de liquidação de sinistros em riscos rurais em 10%	34	9	91	16
Diminuição do prêmio de risco em riscos rurais em 5%	360	96	760	137

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco para os principais segmentos do ramo de seguros patrimoniais:

Modalidade	Exposição máxima ao risco de seguro			
	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguro residencial	196.546.655	193.874.428	168.199.274	162.992.887
Seguro empresarial	133.483.104	123.607.737	121.188.360	119.508.481
Seguro condomínio	52.149.062	48.257.261	48.077.669	46.271.382
Seguro de fiança locatícia	7.627.377	7.627.377	5.938.909	5.938.909
Outros riscos	4.917.290	3.687.587	4.435.653	2.953.520
	394.723.488	377.054.390	347.839.865	337.665.179
São Paulo	244.547.113	233.085.664	215.318.932	209.217.190
Rio de Janeiro	48.976.130	46.919.214	42.019.451	40.414.052
Outras regiões	101.200.245	97.049.512	90.501.482	88.033.937
	394.723.488	377.054.390	347.839.865	337.665.179

Notas Explicativas

4.1.5 Transportes

O Porto Seguro Transportes oferece produtos que atendem às necessidades específicas dos embarcadores (proprietários de mercadorias) e transportadores rodoviários de cargas, de acordo com o porte da empresa e as características das mercadorias transportadas.

Produtos destinados a proprietários de cargas:

- Transportes Embarcador: oferece amplo conjunto de coberturas básicas e adicionais para transportes rodoviários ou aéreos, o prêmio é calculado com base na “região” de origem e destino das viagens, cobrado em faturas mensais.
- Transportes Mais Simples: destinados para micro e pequenas empresas, têm seu valor fixado de acordo com o tipo de mercadoria, podendo ser pago em parcelas, e dispensam a comunicação de embarques (averbação), que é o grande diferencial do produto.
- Transporte Nacional - a averbar: cobertura adequada para empresas de vários segmentos; o segurado informa seus embarques pelo sistema de averbação eletrônica (via web) e paga o prêmio em faturas mensais de acordo com a origem e o destino das viagens.
- Transporte Internacional: seguro para operações de importação ou exportação realizadas por vias aérea, aquaviária ou terrestre. O segurado pode contar com uma cobertura adequada aos riscos da viagem e à condição de venda, estipulada na negociação, podendo contratar o seguro específico (garante cobertura para um único embarque) ou o seguro a averbar.

Produtos destinados aos transportadores rodoviários de cargas:

- RCTR-C (Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga): garante o pagamento das reparações pecuniárias em virtude de danos materiais sofridos pelos bens ou pelas mercadorias pertencentes a terceiros sob sua responsabilidade, em caso de acidentes decorrentes de colisão, capotagem, abalroamento, tombamento, incêndio ou explosão no veículo transportador.
- RCF-DC (Responsabilidade Civil Facultativa - Desaparecimento de Carga): com o objetivo de proteger as empresas de transporte de carga, essa cobertura garante a indenização de perdas ou danos causados à mercadoria transportada em caso de roubo ou desaparecimento da carga. Somente poderá ser contratado se o segurado tiver o seguro de RCTR-C.
- Transportes Unificado: seguro que engloba em uma única apólice as coberturas de RCTR-C e RCF-DC e a possibilidade de contratação de outras coberturas adicionais. O custo é calculado com base na região de origem e destino de cada viagem, cobrado em faturas mensais.

Para a carteira de transportes a Administração assume, além das descritas no item 4.1, as seguintes premissas atuariais:

Notas Explicativas

- Base de dados da Corporação para determinar os preços dos riscos seguráveis e os critérios de subscrição, não sendo necessária a utilização de base de dados de origem externa.

- A ocorrência de sinistros em apólices com importâncias seguradas elevadas e/ou a ocorrência de diversos sinistros decorrentes de um mesmo evento pode elevar significativamente o valor do sinistro médio e/ou da frequência de sinistros das carteiras em análise e, por esse motivo, a seguradora comprou proteção de resseguro, que também contempla proteção contra o risco de catástrofe.

Seguem os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos dos efeitos tributários:

Premissas atuariais	Impacto no resultado e no patrimônio líquido			
	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 10% na frequência de sinistros	(4.333)	(4.315)	(2.024)	(2.024)
Aumento de 8% das despesas com sinistros	(112)	(112)	(347)	(347)
Aumento de 12% das despesas com sinistros	(168)	(168)	(520)	(520)
Redução de 15% na recuperação de salvados	(63)	(63)	(8)	(8)
Redução de 9% nas receitas de ressarcimentos	(43)	(43)	(4)	(4)

Localidade	Exposição máxima ao risco de seguro			
	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
São Paulo	125.928.416	125.928.416	109.732.026	109.732.026
Rio de Janeiro	5.914.346	5.914.346	6.810.490	6.810.490
Outras regiões	79.835.435	79.835.435	72.597.215	72.597.215
	211.678.197	211.678.197	189.139.731	189.139.731

4.1.6 Previdência complementar e vida com cobertura por sobrevivência

Atualmente, a Porto Vida comercializa planos individuais e empresariais de previdência complementar, exclusivamente nas modalidades PGBl e VGBl, com oferta de garantias contra os riscos de morte e invalidez, incluindo opções de pagamento em renda para cônjuges e filhos.

A abordagem utilizada na comercialização desses planos pauta-se no conceito de venda consultiva, visando ao planejamento da aposentadoria e à proteção do cliente e de sua família.

Esses contratos transferem risco significativo de seguro e financeiro para a Companhia e foram classificados como contratos de seguro, segundo o IFRS.

Notas Explicativas

A Companhia assume risco de seguro nos contratos de previdência privada mediante o pagamento de rendas vitalícias, podendo os segurados sobreviver por um período superior ao estimado, e mediante o pagamento de pecúlios e/ou rendas em razão da ocorrência de evento coberto por garantias de morte e/ou invalidez, comercializadas de forma complementar e facultativa.

Há ainda, para alguns planos, o compromisso de pagamento de retorno de ativos financeiros, vinculado ao pagamento contingente futuro de benefícios aos participantes em forma de renda. Adicionalmente, a Companhia garante o crédito (sem forma discricionária) de ganhos realizados em ativos financeiros e que sejam superiores àqueles previstos em contrato.

Os planos tradicionais, que apresentam rentabilidade garantida, não são mais comercializados pela Companhia, porém ainda há contratos vigentes nessas condições. As garantias financeiras embutidas nesses contratos afetam os fluxos de caixa futuros de pagamentos de benefícios dos participantes nos quais a Companhia utiliza uma política de gestão de ativos e passivos (modelo de Asset Liability Management (ALM)) para aquisição e manutenção de ativos e análise e mitigação de risco financeiro e de seguro para os contratos vigentes.

Essa política tem como característica principal o reinvestimento de contribuições dos participantes em ativos vinculados às obrigações contratuais com prazo e retorno compatíveis com o padrão de pagamento dos benefícios futuros. A gestão de risco de seguro e financeiro da Companhia leva em consideração os níveis de manutenção de custos atuais e futuros para o pagamento de benefícios, bem como as receitas de serviço cobradas dos participantes, para cobrir esses custos. É importante ressaltar que esses planos apresentam opções de resgate que podem ser exercidas a qualquer momento pelos clientes. Isso possibilita à Companhia avaliar, constantemente, os respectivos níveis de persistência com base em experiência histórica, levando esse estudo em consideração por ocasião da aquisição de ativos financeiros, evitando, assim, potenciais efeitos adversos e mantendo níveis adequados de caixa para cumprir todas as suas obrigações contratuais futuras.

A nota 4.2 (a) apresenta a análise de liquidez da Companhia com base no modelo de ALM utilizado para a gestão de risco de seguro e financeiro desses contratos.

Para a carteira de previdência a Administração assume, além das descritas no item 4.1, as seguintes premissas atuariais:

- Utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação vigente e que representem a melhor estimativa de mortalidade e/ou sobrevivência para a massa segurada.
- Utilização de taxa de juros igual ou inferior à taxa básica de juros da economia brasileira.
- Base de dados composta por informações referentes a um período não inferior a 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data-base de análise.

Seguem abaixo os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos dos efeitos tributários:

Notas Explicativas

Premissas atuariais	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
	Dezembro de 2011	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5% na premissa de conversão em renda	(2.131)	(2.131)
Redução de 5% na premissa de conversão em renda	2.131	2.131
Aumento de 5% na taxa de desconto	7.021	7.021
Redução de 5% na taxa de desconto	(7.307)	(7.307)
Agravo do improvement em 0,5% por idade	(1.511)	(1.511)
Exclusão do improvement	3.908	3.908

4.2 Gestão de riscos financeiros

A Companhia está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management* (ALM)), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Companhia e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada aos requerimentos de análise exigidos pelo IFRS e ao conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: (a) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Companhia; (b) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; (c) risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo essa política, a Companhia busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável em vez de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.

A Companhia utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Notas Explicativas

(a) Risco de liquidez

Para certos produtos, como previdência, a duração dos ativos pode ser menor que a dos passivos e nesse caso, o risco de liquidez é mitigado com a reaplicação dos recursos em títulos de duração mais longa no momento de recebimento dos cupons de juros e no vencimento desses ativos. Adicionalmente, recursos próprios poderão ser utilizados para o cumprimento das obrigações assumidas em eventuais necessidades. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

							Dezembro de 2011
Composição da carteira	Sem vencimento	Fluxo de caixa contratual e não descontado (1) e (2)					Saldo contábil consolidado
		0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
Total de caixa e equivalentes de caixa	46.921	1.477.341	-	-	-	1.524.262	1.524.262
- Ao valor justo por meio do resultado							
Ativos prefixados							
Públicos	-	11.744	2.440	2.321	2.302.391	2.318.896	2.318.896
Ativos pós-fixados							
Públicos	-	342.797	890	3	904.377	1.248.067	1.021.072
Privados	-	-	440.408	29.931	671.090	1.141.429	952.003
Índices de inflação	-	-	64.610	94.851	2.113.072	2.272.533	2.272.533
Ações	103.653	-	-	-	-	103.653	103.653
Outros	-	14.240	16.122	3.967	-	34.329	34.329
- Disponíveis para a venda							
Ações	10.349	-	-	-	-	10.349	10.349
Quotas de fundo de participação	-	19.944	-	-	-	19.944	19.944
Total de aplicações financeiras	114.002	388.725	524.470	131.073	5.990.930	7.149.200	6.732.779
Empréstimos e recebíveis							
Prêmios a receber de segurados	-	723.913	1.092.787	92.029	136	1.908.865	2.019.019
Operações de crédito	-	559.847	62.685	-	-	622.532	490.654
Títulos e créditos a receber	1.055.333	-	-	-	-	1.055.333	1.055.333
Ativos de resseguro	18.048	-	-	-	-	18.048	18.048
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.234.304	3.149.826	1.679.942	223.102	5.991.066	12.278.240	11.840.095
Passivo de contratos de seguro (1)	-	636.427	1.705.142	943.264	3.624.192	6.909.025	7.032.174
Débitos de operações de seguro e resseguro	41.041	135.082	197.836	16.661	25	390.645	449.087
Empréstimos e financiamentos	-	150.992	104.135	268.137	-	523.264	523.264
Cartão de crédito	-	311.310	214.702	552.834	-	1.078.846	1.078.846
Total de passivos financeiros e passivos de contratos de seguro	41.041	1.233.811	2.221.815	1.780.896	3.624.217	8.901.780	9.083.371

Notas Explicativas

Composição da carteira	Sem vencimento	Fluxo de caixa contratual e não descontado (1) e (2)					Dezembro de 2010
		0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Saldo contábil consolidado
Total de caixa e equivalentes de caixa	39.443	1.447.774	-	-	-	1.487.217	1.487.217
- Ao valor justo por meio do resultado							
Ativos prefixados							
Públicos	-	45.195	14.142	41.407	3.976.112	4.076.856	4.076.856
Ativos pós-fixados							
Públicos	-	15.133	20.225	40.754	1.305.551	1.381.663	1.026.016
Privados	-	14.153	5.501	17.530	203.865	241.049	181.121
Índices de inflação	-	8.621	110.594	12.340	399.010	530.565	530.565
Ações	44.869	-	-	-	-	44.869	44.869
Outros	-	1.288	3.983	-	17.861	23.132	23.132
- Disponíveis para a venda							
Ativos pós-fixados							
Públicos	-	-	-	-	40.270	40.270	28.786
Privados	-	-	-	-	344.950	344.950	269.426
Ações	10.389	-	-	-	-	10.389	10.389
Quotas de fundo de participação	-	-	-	-	-	-	-
Total de aplicações financeiras	55.258	84.390	154.445	112.031	6.287.619	6.693.743	6.191.160
Empréstimos e recebíveis							
Operações de crédito	-	399.542	46.845	-	-	446.387	366.736
Prêmios a receber de segurados	-	711.561	1.046.759	162.875	6.688	1.927.883	1.926.151
Títulos e créditos a receber	766.444	-	-	-	-	766.444	766.444
Ativos de resseguro	25.507	-	-	-	-	25.507	25.507
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	886.652	2.643.267	1.248.049	274.906	6.294.307	11.347.181	10.763.215
Passivo de contratos de seguro (1)	-	2.299	2.157.808	1.297.096	14.155.746	17.612.949	6.409.066
Débitos de operações de seguro e resseguro	87.055	102.781	151.201	22.319	1.012	364.368	375.901
Empréstimos e financiamentos	-	64.527	174.354	53.584	-	292.465	292.465
Cartão de crédito	-	189.608	539.217	42.347	-	771.172	771.172
Total de passivos financeiros e passivos de contratos de seguro	87.055	359.215	3.022.580	1.415.346	14.156.758	19.040.954	7.848.604

(1) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esse fluxo foi estimado até a expectativa de pagamento.

(2) Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos na tabela acima com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

Notas Explicativas**(b) Risco de mercado**

Determinados contratos de fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento mantidos pela Companhia são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor.

A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos financeiros sobre ativos e passivos financeiros da Companhia levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada dessas variáveis e dos impactos potenciais sobre o resultado do período e sobre o patrimônio líquido da Companhia:

Dezembro de 2011				
Classes	Premissas	Saldo contábil consolidado	Variação - resultado/patrimônio líquido	Novo saldo
Ativos prefixados				
Públicos	Aumento de 2,4% na taxa	2.318.896	(13.651)	2.305.245
Ativos pós-fixados				
Públicos	Alta 0,30% Over	1.021.072	(7.655)	1.013.417
Privados	Alta 112% CDI	952.003	(2.096)	949.907
	Aumento de 0,75% na taxa cupom	2.272.533	(65.923)	2.206.610
Inflação	Queda 18%	103.653	(18.658)	84.995
Ações	-	64.622	-	64.622
Outros				
		6.732.779	(107.983)	6.624.796
Impacto líquido de efeito tributário (40%)			(64.790)	
Dezembro de 2010				
Classes	Premissas	Saldo contábil consolidado	Variação - resultado/patrimônio líquido	Novo saldo
Ativos prefixados				
Públicos	Aumento de 2,4% na taxa	4.076.856	(46.989)	4.029.867
Ativos pós-fixados				
Públicos	Alta 0,30% Over	1.054.802	(804)	1.053.998
Privados	Alta 112% CDI	450.547	(2.114)	448.433
	Aumento de 0,75% na taxa cupom	530.565	(48.960)	481.605
Inflação	Queda 18%	44.869	(5.986)	38.883
Ações	-	33.521	-	33.521
Outros				
		6.191.160	(104.853)	6.086.307
Impacto líquido de efeito tributário (40%)			(62.912)	

As análises de sensibilidade foram estimadas com base em cenários prováveis. Existem diversas limitações quanto às linearidades ou não linearidades entre as mudanças esperadas dessas premissas e os resultados reais futuros (realizados ou não realizados); tais resultados podem diferir significativamente dos resultados estimados por meio das análises de sensibilidade apresentadas nessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações com a Companhia. A Administração tem políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por intermédio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e seus fatores dinâmicos de mercado. A Companhia também emite contratos de seguro de fiança locatícia para seus segurados que estão sujeitos a risco de crédito significativo pelas características desse produto.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito sejam gerenciados e controlados nas políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não apresentam *rating* de crédito estabelecido por agências de crédito reconhecidas no mercado, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos; entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes de a Companhia adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais e dependem de aprovação do Comitê de Crédito, para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes caso essas contrapartes não apresentem *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e de resseguro detidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*. Os ativos classificados na categoria “sem *rating*” compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não apresentam *ratings* de crédito individuais. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida em certas situações onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A política de emissão de apólices leva em consideração todos os aspectos e todas as políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro e também uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados na qual é confirmado o perfil de risco dos segurados em agências de crédito para pessoas físicas e jurídicas e o histórico de situações não usuais e pagamentos de prêmios de segurados recorrentes na renovação de contratos. Mediante essa abordagem, a gestão de risco de liquidez considera como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento desses recursos e conjunto com a política de gestão de capital.

Notas Explicativas

Dezembro de 2011											
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA.br (Moody's)	AA	A	B	C	D	E	F	G	Sem rating	Saldo contábil consolidado
Total de caixa e equivalentes de caixa	-	1.477.341	-	-	-	-	-	-	-	46.921	1.524.262
- Ao valor justo por meio do resultado											
Ativos prefixados											
Públicos	-	2.318.896	-	-	-	-	-	-	-	-	2.318.896
Ativos pós-fixados											
Públicos	-	1.021.072	-	-	-	-	-	-	-	-	1.021.072
Privados	952.003	-	-	-	-	-	-	-	-	-	952.003
Índices de inflação	-	2.272.533	-	-	-	-	-	-	-	-	2.272.533
Ações	-	103.653	-	-	-	-	-	-	-	-	103.653
Outros	-	34.329	-	-	-	-	-	-	-	-	34.329
- Disponíveis para a venda											
Ações (i)	-		-	-	-	-	-	-	-	10.349	10.349
Quotas de fundo de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.944	19.944
Total de aplicações financeiras	952.003	5.750.483	-	-	-	-	-	-	-	30.293	6.732.779
Empréstimos e recebíveis											
Operações de crédito (ii)	-	20.068	400.399	22.736	19.184	11.808	7.818	5.695	2.946	-	490.654
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.019.019	2.019.019
Títulos e créditos a receber	-	1.055.333	-	-	-	-	-	-	-	-	1.055.333
Ativos de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.048	18.048
Exposição máxima ao risco de crédito	952.003	8.303.225	400.399	22.736	19.184	11.808	7.818	5.695	2.946	2.114.281	11.840.095

Notas Explicativas

Dezembro de 2010											
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA.br (Moody's)	AA	A	B	C	D	E	F	G	Sem rating	Saldo contábil consolidado
Total de caixa e equivalentes de caixa	-	1.447.774	-	-	-	-	-	-	-	39.443	1.487.217
- Ao valor justo por meio do resultado											
Ativos prefixados											
Públicos	-	4.076.856	-	-	-	-	-	-	-	-	4.076.856
Ativos pós-fixados											
Públicos	-	1.026.016	-	-	-	-	-	-	-	-	1.026.016
Privados	181.121	-	-	-	-	-	-	-	-	-	181.121
Índices de inflação	-	530.565	-	-	-	-	-	-	-	-	530.565
Ações	-	44.869	-	-	-	-	-	-	-	-	44.869
Outros	-	23.132	-	-	-	-	-	-	-	-	23.132
- Disponíveis para a venda											
Ativos pós-fixados											
Públicos	-	28.786	-	-	-	-	-	-	-	-	28.786
Privados	269.426	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.426
Ações (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.389	10.389
Quotas de fundo de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de aplicações financeiras	450.547	5.730.224	-	-	-	-	-	-	-	10.389	6.191.160
Empréstimos e recebíveis											
Operações de crédito (ii)	-	14.615	298.951	16.057	16.541	9.661	5.889	2.974	2.048	-	366.736
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.926.151	1.926.151
Títulos e créditos a receber	-	766.444	-	-	-	-	-	-	-	-	766.444
Ativos de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.507	25.507
Exposição máxima ao risco de crédito	450.547	7.959.057	298.951	16.057	16.541	9.661	5.889	2.974	2.048	2.001.490	10.763.215

(i) Referem-se às ações do IRB e do convênio DPVAT.

(ii) Referem-se à classificação de risco do Banco Central do Brasil (Resolução 2.682-CMN).

O programa e a política de resseguro somente consideram participantes de mercado e resseguradores com alta qualidade de crédito.

Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros e de contratos de seguro agrupados por classe de ativos e divididos entre “ativos *impaired*” (deteriorados) e “ativos vencidos e não vencidos não classificados como *impaired*”:

Notas Explicativas

Dezembro de 2011								
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não <i>impaired</i>	Ativos vencidos e não <i>impaired</i>					Ativos <i>impaired</i>	Saldo contábil consolidado
		0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias		
- Caixa e equivalentes de caixa	1.524.262	-	-	-	-	-	-	1.524.262
- Total de aplicações financeiras	6.732.779	-	-	-	-	-	-	6.732.779
- Empréstimos e recebíveis								
Prêmios a receber de segurados	1.818.608	169.574	22.782	6.844	7.334	12.155	(18.278)	2.019.019
Operações de crédito	95.918	349.684	19.802	13.038	32.320	42.257	(62.365)	490.654
Títulos e créditos	1.060.636	-	-	-	-	-	(5.303)	1.055.333
Ativos de resseguro	18.048	-	-	-	-	-	-	18.048
	11.250.251	519.258	42.584	19.882	39.654	54.412	(85.946)	11.840.095

Dezembro de 2010								
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não <i>impaired</i>	Ativos vencidos e não <i>impaired</i>					Ativos <i>impaired</i>	Saldo contábil consolidado
		0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias		
- Caixa e equivalentes de caixa	1.487.217	-	-	-	-	-	-	1.487.217
- Total de aplicações financeiras	6.191.160	-	-	-	-	-	-	6.191.160
- Empréstimos e recebíveis								
Prêmios a receber de segurados	1.831.160	73.119	11.545	5.659	6.526	11.880	(13.738)	1.926.151
Operações de crédito	68.227	263.086	17.055	10.748	21.191	36.714	(50.285)	366.736
Títulos e créditos	770.295	-	-	-	-	-	(3.851)	766.444
Ativos de resseguro	25.507	-	-	-	-	-	-	25.507
	10.373.566	336.205	28.600	16.407	27.717	48.594	(67.874)	10.763.215

4.3 Gestão de risco de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo CNSP, pela SUSEP, pela ANS e pelo BACEN. A estratégia e o modelo utilizado pela Administração consideram “capital regulatório” e “capital econômico” segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia e controladas.

A estratégia de gestão de risco de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Companhia por meio da otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia.

Notas Explicativas

Os principais objetivos da Companhia em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP, pela SUSEP, pela ANS e pelo BACEN; (ii) apoiar ou melhorar o *rating* de crédito da Companhia pelo tempo e pela estratégia de gestão de risco; e (iii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Durante o período de informativo a Companhia não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

4.3.1 Capital adicional embasado no risco de subscrição e de crédito das sociedades seguradoras

As Resoluções CNSP nº 155 e 158 (alterada pela circular SUSEP nº 411/2010), em 26 de dezembro de 2006, instituíram as regras de alocação de capital de riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à possível insuficiência de capital para as seguradoras, com vigência a partir de janeiro de 2008.

Em dezembro de 2007, a SUSEP editou a Resolução nº 178, do CNSP, e a Circular SUSEP nº 355 revogando a Resolução nº 158, o que aumenta o prazo de adequação do capital mínimo de três para quatro anos.

Em 6 de dezembro de 2010 foi editada a Resolução CNSP nº 228 que instituiu o capital adicional baseado no risco de crédito.

Considerar-se-ão, para efeitos das Resoluções citadas, os conceitos a seguir:

- Capital Mínimo Requerido: montante de capital que uma seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantir suas operações e que deve ser equivalente à soma do Capital Base com o Capital Adicional (Risco de subscrição e Risco de crédito).
- Capital Base: montante fixo de capital que uma sociedade seguradora deverá manter a qualquer tempo. O Capital Base para garantia das operações das seguradoras em todo País é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
- Capital Adicional: montante variável de capital que uma sociedade seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à sua operação.

4.4 Resumo do relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de risco é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações. Ela abrange os riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito.

Para fazer frente aos eventos de risco, essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia. Em razão disto, a Administração promove sua revisão anual, bem como de suas políticas, ou em periodicidade inferior se eventos extraordinários ou conjunturas adversas assim o exigirem.

O relatório completo descrevendo a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no sítio da Corporação Porto Seguro (www.portoseguro.com.br/investimentos), em "Relatório de Gerenciamento de Risco".

Notas Explicativas

5. Segmentos operacionais - consolidado

A Companhia oferece para pessoas físicas e jurídicas e entidades governamentais no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai, por intermédio de suas controladas diretas e indiretas, ampla gama de produtos e serviços. A Companhia aplicou o IFRS 8 ("Segmentos Operacionais") e designou os segmentos abaixo conforme critérios qualitativos e quantitativos para determinação de segmentos reportáveis:

- Seguros de automóvel: compreendemos prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Seguro, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Outros detalhes sobre seguros de automóveis como características do produto e gestão dos riscos assumidos estão descritas na nota 4.1.1.
- Seguros-saúde: compreendem os prêmios de seguros saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições. Outros detalhes sobre seguros-saúde como características do produto e gestão dos riscos assumidos estão descritas na nota 4.1.2.
- Seguros de pessoas e Previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Seguro, Porto Vida e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres, (ii) as receitas com taxas de gestão e as contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida. Outros detalhes sobre seguros de pessoas e Previdência complementar como características dos produtos e gestão dos riscos assumidos estão descritas na nota 4.1.3 e 4.1.6.
- Administração de Consórcio: compreendem as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis operados pela Porto Consórcio.
- Operações de crédito: as receitas de operações de crédito representam os juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura.
- Outros: compreendem os demais ramos de seguros, tais como: patrimoniais, responsabilidade civil, de crédito e de transportes. Outros detalhes sobre estes ramos de seguros como características dos produtos e gestão dos riscos assumidos estão descritas nas notas 4.1.4 e 4.1.5. Compreendem também as receitas de prestação de serviços das controladas descritas nos itens (c) e (d) da nota 1, além das receitas Portopar.

O guia quantitativo do IFRS 8 prevê a divulgação segregada para segmentos que contiverem valor absoluto do lucro ou prejuízo, receita combinada ou total dos ativos do segmento superiores a 10% até que no mínimo seja informado o total de 75% da receita combinada da Companhia. Segundo essa norma, a Companhia leva em consideração os relatórios financeiros de avaliação de desempenho de cada segmento operacional, que é utilizado pela Administração na condução de seus negócios.

O critério de alocação de ativos e passivos de cada segmento consiste na proporcionalização dos ativos e passivos pelas receitas (prêmio auferido, contribuições de previdência, prestação

Notas Explicativas

de serviços e operações de créditos). Não há na Companhia concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

	Seguros de automóvel	Seguros- saúde	Seguros de pessoas e Previdência comple- mentar	Administração de Consórcio	Operações de créditos	Outros	Dezembro de 2011
Prêmios de seguros auferidos e							
Contribuição de Plano de Previdência	5.751.042	852.054	674.585	-	-	1.442.024	8.719.705
Prêmio ganho	5.645.864	852.145	339.338	-	-	1.318.713	8.156.060
Receitas de operações de crédito	-	-	-	-	211.169	-	211.169
Receita de prestação de serviços	-	-	-	156.526	-	189.345	345.871
Sinistros retidos líquidos	(3.450.948)	(663.166)	(138.244)	-	-	(625.787)	(4.878.145)
Total custos de aquisição	(1.285.064)	(78.417)	(109.516)	(36.808)	(12.410)	(234.082)	(1.756.297)
Outras receitas (despesas) operacionais	116.927	(6.981)	12.800	1.750	(1.683)	(36.777)	86.036
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-	-	(47.147)	(47.147)
Despesas administrativas e com tributos	(1.157.053)	(121.881)	(125.285)	(93.384)	(161.819)	(532.233)	(2.191.655)
Resultado operacional	(130.274)	(18.300)	(20.907)	28.084	35.257	32.032	(74.108)
Resultado financeiro	457.122	35.952	41.477	18.901	4.090	312.789	870.331
Resultado antes dos impostos	326.848	17.652	20.570	46.985	39.347	344.821	796.223
Imposto de renda e contribuição social	(108.846)	(7.507)	(6.215)	(14.447)	(12.976)	(66.065)	(216.056)
Lucro líquido	218.002	10.145	14.355	32.538	26.371	278.756	580.167
Informações adicionais:							
Total dos ativos dos segmentos	7.677.610	378.993	2.512.942	214.954	1.830.406	4.179.915	16.794.820
Total dos passivos dos segmentos	7.677.610	378.993	2.512.942	214.954	1.830.406	4.179.915	16.794.820
Depreciação	(52.671)	-	(4.591)	(68)	-	(15.697)	(73.027)
Amortização	(11.055)	(2.605)	(1.081)	-	(189)	(62.241)	(77.171)
Adições durante o período:							
- ao ativo imobilizado	203.765	-	19.194	137	-	82.936	306.032
- ao ativo intangível	40.908	2.329	4.040	-	3.332	11.893	62.502

Notas Explicativas

	Seguros de automóvel	Seguros- saúde	Seguros de pessoas e Previdência comple- mentar	Administração de Consórcio	Operações de créditos	Outros	Dezembro de 2010
Prêmios de seguros auferidos e Contribuição de Plano de Previdência	5.425.984	715.114	602.148	-	-	1.274.862	8.018.108
Prêmio ganho	5.120.740	726.525	331.174	-	-	1.152.557	7.330.996
Receitas de operações de crédito	-	-	-	-	168.671	-	168.671
Receita de prestação de serviços	-	-	-	133.737	-	140.235	273.972
Sinistros retidos líquidos	(2.972.650)	(511.930)	(136.403)	-	-	(554.992)	(4.175.975)
Total custos de aquisição	(1.132.510)	(67.241)	(94.873)	(28.746)	(9.211)	(214.219)	(1.546.800)
Outras receitas (despesas) operacionais	77.039	(1.477)	6.139	878	(12.128)	(71.210)	(759)
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-	-	(34.759)	(34.759)
Despesas administrativas e com tributos	(1.041.292)	(86.285)	(105.723)	(74.708)	(97.683)	(413.527)	(1.819.218)
Resultado operacional	51.327	59.592	314	31.161	49.649	4.085	196.128
Resultado financeiro	418.984	23.233	52.955	14.251	3.782	196.518	709.723
Resultado antes dos impostos	470.311	82.825	53.269	45.412	53.431	200.603	905.851
Imposto de renda e contribuição social	(154.821)	(33.759)	(16.388)	(12.586)	(18.818)	(46.116)	(282.488)
Lucro líquido	315.490	49.066	36.881	32.826	34.613	154.487	623.363

Informações adicionais:

Total dos ativos dos segmentos	7.577.527	345.207	2.476.104	181.402	1.240.899	3.271.460	15.092.599
Total dos passivos dos segmentos	7.577.527	345.207	2.476.104	181.402	1.240.899	3.271.460	15.092.599
Depreciação	(61.997)	-	(5.723)	(68)	-	(16.140)	(83.928)
Amortização	(7.830)	(2.605)	(758)	-	(189)	(61.437)	(72.819)
Adições durante o período:							
- ao ativo imobilizado	99.073	-	8.298	137	-	29.104	136.612
- ao ativo intangível	29.028	2.329	2.837	-	3.332	6.384	43.910

6. Caixa e equivalentes de caixa - consolidado

	Dezembro de 2011	Consolidado Dezembro de 2010
Caixa	46.921	39.443
Equivalentes de Caixa (*)	1.477.341	1.447.774
	1.524.262	1.487.217

(*) Compreendem as LFT e LTN compromissadas.

Notas Explicativas**7. Ativos financeiros - consolidado****7.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

				Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
	Seguradoras	Previdência	Outras Atividades	Consolidado	Consolidado
Fundos abertos					
Quotas de fundos de investimentos	414.812	31.627	172.172	618.611	350.406
Fundos retidos - IRB	396	11	-	407	247
Outras aplicações	2.433	-	-	2.433	1.844
	417.641	31.638	172.172	621.451	352.497
Fundos exclusivos					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	256.757	210.135	93.815	560.707	721.935
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.719.251	324.719	211.215	2.255.185	3.411.968
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série B	678.858	366.036	343.887	1.388.781	60.203
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série C	34.824	680.251	1.399	716.474	470.363
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série F	51.942	-	-	51.942	617.760
Títulos privados	254.636	95.192	247.166	596.994	181.121
Ações de companhias abertas	2.629	42.502	58.522	103.653	44.869
	2.998.897	1.718.835	956.004	5.673.736	5.508.219
Carteira própria					
Títulos privados	355.009	-	-	355.009	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	4.200	4.200	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série C	-	29.974	-	29.974	-
	355.009	29.974	4.200	389.183	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	18.116	-	18.116	21.843
Total	3.771.547	1.798.563	1.132.376	6.702.486	5.882.559
Circulante				6.700.970	5.864.383
Não circulante				1.516	18.176

Notas Explicativas

7.2 Ativos financeiros disponíveis para a venda

				Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
	Seguradoras	Previdência	Outras atividades	Consolidado	Consolidado
Fundos fechados					
Quotas de fundo de participação	-	-	19.944	19.944	-
Carteira própria					
Títulos privados (*)	-	-	-	-	269.426
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	28.786
	-	-	19.944	19.944	298.212
Investimento no IRB	8.084	344	-	8.428	8.428
Outros investimentos	1.312	178	431	1.921	1.961
Total	9.396	522	20.375	30.293	308.601
Circulante				19.944	-
Não circulante				10.349	308.601
Total de ativos financeiros				6.732.779	6.191.160
Circulante				6.720.914	5.864.383
Não circulante				11.865	326.777

(*) Para melhor refletir a intenção da administração no 1º trimestre de 2011, os títulos de renda fixa privados e as Letras Financeiras do tesouro (LFT), foram reclassificados de “títulos disponíveis para a venda” para “ativos ao valor justo por meio do resultado”.

Composição dos títulos classificados como disponível para venda comparando valor de custo com valor de mercado

	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010
	Custo amortizado	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos privados	-	-	269.426
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	28.786
Quotas de fundo de participação	19.944	19.944	-
Investimento no IRB (i)	8.428	8.428	8.428
Outros investimentos (i)	1.921	1.921	1.961
	30.293	30.293	308.601

(i) Investimento avaliado ao custo de aquisição, deduzido de quaisquer *impairment*, quando aplicável. A Companhia utilizou a isenção permitida pelo IAS 39 na qual esse investimento foi avaliado ao custo devido ao intervalo entre cotação mínima e máxima para esse ativo com participantes de mercado ser muito ampla e dispersa. No primeiro semestre de 2012 com o programa de desestatização pelo qual o IRB está envolvido, será possível estabelecer parâmetros de *fair value* mais apropriado e aproximado.

Notas Explicativas

7.3 Movimentação dos ativos financeiros (*)

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Saldo inicial	7.638.934	6.471.303
Aplicações	6.564.313	5.610.351
Resgates	(6.813.691)	(5.156.396)
Rendimento	820.564	713.676
Saldo final	8.210.120	7.638.934

(*) A movimentação dos ativos financeiros inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros disponíveis para a venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.4 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O IFRS 7 requer a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado e a sociedade utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo:

Notas Explicativas

	Dezembro de 2011			Dezembro de 2010		
	Nível 1	Nível 2	Consolidado	Nível 1	Nível 2	Consolidado
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Fundos abertos	621.451	-	621.451	352.497	-	352.497
Fundos exclusivos	5.076.742	596.994	5.673.736	5.327.098	181.121	5.508.219
Carteira própria	34.174	355.009	389.183	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	18.116	-	18.116	21.843	-	21.843
	5.750.483	952.003	6.702.486	5.701.438	181.121	5.882.559
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Fundos fechados	19.944	-	19.944			
Carteira própria	-	-	-	28.786	269.426	298.212
Investimento no IRB	-	8.428	8.428	-	8.428	8.428
Outros investimentos	-	1.921	1.921	-	1.961	1.961
	19.944	10.349	30.293	28.786	279.815	308.601
Total de ativos financeiros	5.770.427	962.352	6.732.779	5.730.224	460.936	6.191.160

O valor de mercado dos títulos públicos foi embasado no “preço unitário de mercado” informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA nas datas dos balanços, e os títulos públicos referentes à Seguradora Líder são valorizados pelo PU 550 do SELIC, divulgado diariamente pelo BACEN.

As quotas de fundos de investimentos foram valorizadas com base no valor da quota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos contidos nas carteiras.

O valor justo de instrumentos negociados em um mercado ativo (como instrumentos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado em preços cotados em mercado na data de balanço. O preço cotado usado para ativos financeiros mantido pela Companhia é o preço de negociação atual. Esses instrumentos são incluídos em Nível 1.

O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado aplicando técnicas de valorização. A Companhia aplica uma variedade de metodologias e premissas com base em condições de mercado vigentes na data de balanço.

A Companhia usa preços de mercado cotados para instrumentos similares a fim de estimar o valor justo para dívida de longo prazo para fins de divulgação. Outras técnicas, como fluxos de caixa estimados descontados, são aplicadas para determinar o valor justo de instrumentos

Notas Explicativas

financeiros remanescentes. O valor justo de *swaps* de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

7.5 Instrumentos financeiros derivativos

Descrição	Dezembro de 2011			Dezembro de 2010		
	Valor de referência nacional (custo)	Valor justo	Efeito no resultado do período	Valor de referência nacional (custo)	Valor justo	Efeito no resultado do exercício
Taxa IGPM + taxa prefixada	150.000	237.174	18.116	200.000	283.015	21.843
Posição ativa (total)	150.000	237.174	18.116	200.000	283.015	21.843
Taxa pós-fixada (CDI)	150.000	219.058	-	200.000	261.172	-
Posição passiva (total)	150.000	219.058	-	200.000	261.172	-

7.5.1 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sobre ativos e passivos a valor justo por meio do resultado (*)

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Prefixado	Taxa de juros prefixados	(16.110)	(18.847)	(36.826)
	Opções de futuro de juros	(674)	(674)	(674)
Inflação	Taxa de cupons de índices de preços	(81.028)	(113.282)	(210.711)
Renda variável	Preço de ações	(12.331)	(18.133)	(36.267)
Swap IGP-M	Taxa de cupons de índices de preços	(8.246)	(10.244)	(12.219)

(*) Para a construção do cenário provável da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros utilizaram-se os cenários de *stress* disponibilizados pela BM&FBOVESPA. Já para o cenário possível e remoto, utilizou-se um incremento na taxa de 25% e 50%, respectivamente, conforme recomendação da Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008.

Notas Explicativas**7.6 Empréstimos e recebíveis****7.6.1 Prêmios a receber de segurados**

	Dezembro de 2011			Consolidado Dezembro de 2010		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber-líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber-líquido
Automóvel	1.546.244	(5.176)	1.541.068	1.508.291	(2.725)	1.505.566
Ramos elementares	327.529	(3.207)	324.322	275.212	(1.887)	273.325
Transportes	17.141	(802)	16.339	14.315	(1.045)	13.270
Vida	107.424	(3.097)	104.327	111.597	(4.531)	107.066
Saúde	10.718	(3.096)	7.622	8.082	(1.496)	6.586
Uruguay	28.241	(2.900)	25.341	22.392	(2.054)	20.338
	2.037.297	(18.278)	2.019.019	1.939.889	(13.738)	1.926.151

7.6.2 Operações de crédito

	Saldo contábil		Consolidado Valor justo	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Empréstimos	67.791	49.162	67.791	49.162
Financiamentos	305.657	239.311	305.657	239.311
Cartão de crédito (*)	179.503	128.215	179.503	128.215
Outros	68	333	68	333
	553.019	417.021	553.019	417.021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(62.365)	(50.285)	(62.365)	(50.285)
	490.654	366.736	490.654	366.736
Circulante	328.212	245.589	328.212	245.589
Não circulante	162.442	121.147	162.442	121.147

(*) Refere-se a valores a receber das operações de cartões de crédito já faturados.

Notas Explicativas

7.6.3 Títulos e créditos a receber

	Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Operação com cartão de crédito (*)	1.060.636	770.295
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.303)	(3.851)
	1.055.333	766.444

(*) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados. Vide nota 18.

7.6.4 Impairment de ativos financeiros

A movimentação da provisão para *impairment* para todas as classes de ativos financeiros é demonstrada na tabela a seguir:

	Consolidado				
	Empréstimos	Financia-mentos	Cartões de crédito	Prêmios a receber	Total
Saldo em dezembro de 2009	5.587	12.436	59.553	21.814	99.390
Provisões constituídas	2.011	3.240	1.921	2.645	9.817
Reversão de provisões para <i>impairment</i>	(4.884)	(7.429)	(18.299)	(10.721)	(41.333)
Saldo em dezembro de 2010	2.714	8.247	43.175	13.738	67.874
Provisões constituídas	1.750	5.456	16.359	61.607	85.172
Reversão de provisões para <i>impairment</i>	(2.092)	(3.879)	(4.062)	(57.067)	(67.100)
Saldo em dezembro de 2011	2.372	9.824	55.472	18.278	85.946
Total de créditos individualmente significativos classificados como <i>impaired</i>	644	1.433	10.686	-	12.763

O *impairment* de empréstimos, financiamentos e cartões de crédito inclui as "Operações de créditos" (nota 7.6.2) e os "Títulos e créditos a receber" (nota 7.6.3).

Para os financiamentos, a Companhia detém garantia do próprio bem financiado para os clientes. O total de garantias retomadas pela Companhia para créditos considerados individual ou coletivamente como *impaired* totalizavam R\$721 em dezembro de 2011 (valor justo).

Notas Explicativas

As perdas para *impairment* foram registradas na conta “Outras despesas operacionais” no resultado do período. A liberação do ajuste de desconto a valor presente é incluída em “Receitas de operações de créditos” no resultado do período. Valores que são provisionados como perda para *impairment* são geralmente baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações de resultado. As alíquotas atuais estão demonstradas na nota 2.23.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

8.1 Ativo

	Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Diferenças temporárias (i)		
Provisão para obrigações legais – COFINS	471.903	389.990
Provisão para obrigações legais – PIS e INSS	72.970	63.437
Provisão para riscos sobre créditos	25.931	20.797
Provisão para contingências cíveis	16.430	9.889
Benefícios a empregados	15.989	16.036
Provisão – outras	48.026	43.243
	651.249	543.392

(i) Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor. A Administração, com base em suas projeções futuras de resultados tributários e em outros fatores, estima a capacidade de realização, conforme as seguintes premissas:

- (a) Provisão para obrigações legais: efetuada sobre processos envolvendo principalmente questões tributárias, cuja estimativa de realização depende do desfecho da ação.
- (b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, após esgotados os recursos legais de cobrança. Possíveis recuperações ou redução da perda implicam redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável.
- (c) Provisão para passivos contingentes: efetuada sobre processos, envolvendo principalmente questões trabalhistas, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.
- (d) Benefícios a empregados: refere-se à constituição de créditos tributários sobre a provisão de benefício pós-emprego.

Se ocorresse o desfecho de todas as ações, de acordo com o estudo técnico, os créditos realizar-se-iam totalmente em até cinco anos, exceto para o item (d) - benefícios a empregados.

Notas Explicativas**8.1.1 Movimentação**

	Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Saldo inicial	543.392	439.472
Constituições	111.645	116.425
Reversões	(10.275)	(28.854)
Atualização monetária	6.487	16.349
Saldo final	651.249	543.392

8.2 Passivo

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Passivo não circulante				
Natureza				
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) sobre combinação de negócios - Itaú Auto e Residência	322.948	346.877	322.948	346.877
IR e CS sobre a realização futura da reserva de reavaliação	-	-	69.357	70.449
IR e CS sobre os efeitos de títulos e valores mobiliários a ajuste a valor de mercado	-	-	-	543
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos (i)	-	-	21.909	20.467
Outros (ii)	8.103	8.103	8.387	8.369
	331.051	354.980	422.601	446.705

(i) Porto Cia, Porto Saúde e Azul Seguros.

(ii) Principalmente, IR e CS diferido sobre baixa do deságio decorrente da Azul Seguros.

8.2.1 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Saldo inicial	354.980	377.605	446.705	449.357
Constituições	-	8.103	1.406	29.062
Reversões	(23.929)	(30.728)	(25.510)	(31.714)
Saldo final	331.051	354.980	422.601	446.705

Notas Explicativas

8.3 Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	528.322	583.173	796.223	905.851
Alíquota vigente - %	34%	34%	40%	40%
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(179.629)	(198.279)	(318.489)	(362.340)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	188.633	212.095	-	-
Juros sobre o capital próprio	29.595	7.559	96.186	68.899
Estorno crédito tributário - prejuízo fiscal	-	13.058	-	13.058
Incentivos fiscais	-	-	7.147	10.060
Dividendos recebidos	-	-	1.666	1.201
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	-	-	1.866	(6.859)
Constituição diferenças temporais	9.796	-	9.796	-
Outros	3.367	5.475	(14.228)	(6.507)
Despesa de IRPJ e CSLL	51.762	39.908	(216.056)	(282.488)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporais				
COFINS	-	-	81.913	58.185
PIS e INSS	-	-	9.533	8.410
Provisão para riscos sobre créditos	-	-	5.134	(6.014)
Contingências cíveis	-	-	6.541	108
Benefícios pós emprego	-	-	(47)	16.036
Outras	-	-	4.783	27.195
Total do IRPJ e da CSLL diferidos	-	-	107.857	103.920
IRPJ e CSLL correntes	51.762	39.908	(323.913)	(386.408)
Despesa de IRPJ e CSLL	51.762	39.908	(216.056)	(282.488)

Notas Explicativas**9. Impostos e contribuições a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Ativo circulante				
Imposto de renda (*)	18.087	10.430	229.825	222.428
Contribuição social (*)	1.969	1.582	147.812	126.653
INSS a recuperar	-	-	5.294	686
Outros	-	-	11.965	6.216
	20.056	12.012	394.896	355.983
Ativo não circulante				
Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL (a)	-	-	5.643	3.204
INSS autônomos (b)	-	-	665	1.336
Adicional de Imposto de Renda Estadual – AIRE (c)	-	-	1.587	1.587
Imposto de renda	-	-	494	888
Contribuição social	-	-	170	426
Crédito tributário - Prejuízo fiscal	30.204	15.980	30.204	15.980
IR e CS sobre reavaliação de terrenos	-	-	158	158
COFINS	-	-	54.783	51.685
PIS	-	-	10.124	9.581
	30.204	15.980	103.828	84.845
	50.260	27.992	498.724	440.828

(*) Referem-se, principalmente, às antecipações de imposto de renda e contribuição social do exercício corrente.

(a) FINSOCIAL

A Controlada Porto Seguro obteve decisão, em Ação de Repetição de Indébito, para ser restituída do indébito do valor pago a título de FINSOCIAL. O processo transitou em julgado, e a Controlada está recebendo os precatórios. No mês de junho/2011, houve trânsito em julgado da discussão de saldo remanescente, em favor da controlada Porto Seguro, sendo o valor atualizado de R\$ 4.837, que a Controlada usará em pedido de compensação na via administrativa.

(b) Instituto Nacional do Seguro Social – INSS autônomos

A Controlada Porto Seguro obteve decisão, em Ação de Repetição de Indébito, para ser restituída do valor pago em razão da contribuição de 20% ao INSS sobre autônomos, avulsos e administradores. O processo transitou em julgado, e a Controlada está recebendo os precatórios.

(c) Adicional de Imposto de Renda Estadual – AIRE

A Controlada Porto Seguro obteve decisão, em Ação de Repetição de Indébito, para ser restituída do indébito dos valores recolhidos ao Estado de São Paulo a título de AIRE. O processo transitou em julgado, e a Controlada está recebendo os precatórios.

Notas Explicativas

A Companhia não possui ativos contingentes reconhecidos.

10. Ativos não financeiros mantidos para venda

	Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Salvados à venda (i)	149.418	115.697
Bens não de uso próprio (ii)	2.440	1.909
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(22.975)	(24.844)
	128.883	92.762

- (i) Salvados decorrentes de indenizações integrais e recuperação de veículos roubados/furtados em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização.
- (ii) Referem-se a bens recebidos em ação de pagamento, bem como os bens objeto de reintegração de posse, destinados à venda.

11. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Demais contas a receber (11.1)	6.248	545	377.405	266.012
Almoxarifado	-	-	21.121	10.975
Depósitos judiciais (11.2)	-	-	349.382	313.225
	6.248	545	747.908	590.212
Circulante	1.814	545	380.792	263.245
Não circulante	4.434	-	367.116	326.967

Notas Explicativas**11.1 Demais contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Circulante				
Comissões em processamento (i)	-	-	195.227	122.351
Créditos a receber do IRB	-	-	39.102	34.701
Títulos e créditos a receber - Cartão de crédito	-	-	13.217	3.433
Adiantamentos a funcionários	-	-	13.510	13.169
Cheques a depositar	-	-	11.500	11.423
Contas a receber de segurados	-	-	13.870	13.030
Convênio DPVAT	-	-	5.078	5.805
Contas a receber	-	-	14.855	10.034
Despesas antecipadas	185	202	7.504	7.876
Adiantamentos a despachantes	-	-	1.910	1.633
Adiantamentos administrativos	307	-	5.637	4.181
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	127
Outras	1.322	343	38.261	24.507
	1.814	545	359.671	252.270
Não circulante				
Adiantamentos a funcionários	-	-	4.388	3.775
Cheques a depositar	-	-	4.705	4.324
Créditos a receber	-	-	209	213
Outras (ii)	4.434	-	8.432	5.430
	4.434	-	17.734	13.742
	6.248	545	377.405	266.012

(i) Representam pagamentos de comissões a corretores sobre apólices em processo de emissão.

(ii) Referem-se, principalmente, à venda da empresa Integração, cujo montante fora parcelado em 108 vezes, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2012.

11.2 Depósitos judiciais

	Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Imposto de Renda e Contribuição Social	200.966	192.149
Compensação do prejuízo fiscal na base de IR (*)	29.770	24.652
Sinistros	77.884	63.176
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	11.688	11.001
INSS autônomos	12.628	11.208
Outros	16.446	11.039
	349.382	313.225

(*) Refere-se a prejuízos fiscais apurados até 1994, compensados integralmente em 1995, sem observação do limite de 30% do lucro do exercício.

Notas Explicativas**12. Ativos intangíveis - consolidado**

	Saldo residual em dezembro de 2010	Movimentações				Dezembro de 2011			Taxas anuais amortização (%)
		Aquisições/ adições	Baixas	Despesa/ amortização	Outros/ transferências	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Custos de Aquisição Diferidos (i)	696.818	1.718.040	(1.656.063)	-	-	758.795	-	758.795	
Software	66.881	58.629	(324)	(15.316)	472	172.020	(61.678)	110.342	20
Marcas e patentes	2.721	3.637	-	(356)	(236)	7.378	(1.612)	5.766	10
Direito de comercialização	5.836	-	-	(2.204)	-	10.000	(6.368)	3.632	20
Ágio na aquisição de investimentos - Integração (ii)	4.940	-	(4.940)	-	-	-	-	-	
Marca (iii)	246.000	-	-	-	-	246.000	-	246.000	
Relacionamento com clientes e VOBA (iii)	66.866	-	-	(47.200)	-	118.000	(98.334)	19.666	40
Canal de distribuição (iii)	554.327	-	0	(12.623)	-	568.000	(26.296)	541.704	2,2
Ágio na aquisição de investimentos (iii)	346.800	-	-	-	-	346.800	-	346.800	
	1.991.189	1.780.306	(1.661.327)	(77.699)	236	2.226.993	(194.288)	2.032.705	

(i) Referem-se à despesa de comercialização a diferir (ver item 12.1).

(ii) A Companhia concluiu a alienação desta controlada em 3 de janeiro de 2011.

(iii) Ativos intangíveis originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (ver nota 14).

12.1 Composição dos ativos intangíveis originados de aquisição de contratos de seguros (DAC)

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Automóvel	580.596	546.141
Patrimonial	109.027	95.028
Riscos financeiros	37.710	28.692
Pessoas	22.673	19.863
Saúde	1.387	1.231
Responsabilidades	1.812	918
Transportes	1.586	637
Outros	4.004	4.308
	758.795	696.818

O DAC e os ativos intangíveis diretamente relacionados a contratos de seguros são considerados no teste de adequação dos passivos de seguros segundo o IFRS 4 no qual o valor líquido de carregamento dos contratos de seguros é reduzido pelo DAC (vide política contábil 2.17.2).

12.2 Teste do ágio para verificação de *impairment*

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2011 a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios nos quais são identificados fluxos de caixa específicos segundo essa distribuição.

Notas Explicativas

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte máximo de cinco anos e descontá-lo a valor presente, com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração e determinando assim o valor econômico do negócio para os acionistas. Foi descontado a valor presente o “fluxo de caixa livre” para os acionistas, que equivale ao máximo de dividendos que podem ser pagos. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável.

13. Propriedades imobiliárias de investimento - consolidado

A Companhia detém certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos classificados como contratos de *leasing* operacional, segundo o IAS 17. A Companhia utiliza o modelo de custo depreciado (“*cost model*”, segundo o IAS 40) para avaliar esses ativos. As tabelas apresentadas a seguir demonstram a movimentação do valor contábil desses ativos e de outras informações financeiras relevantes para os ativos imobiliários de investimento:

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Saldo no início do exercício	9.010	9.194
Depreciação	(129)	(184)
Valor justo das propriedades imobiliárias de investimento no final do exercício	8.881	9.010
Custo	9.785	12.066
Depreciação acumulada	(904)	(3.056)
Receitas de aluguel - propriedades imobiliárias de investimento	2.822	2.393
Outras receitas de aluguel	5.073	3.097
	7.895	5.490
Despesas operacionais (*)	151	328

(*) Despesas operacionais diretas, reparos e manutenção dos ativos durante o período para ativos que geraram receita de aluguel durante o período.

Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear, utilizando-se uma taxa anual de depreciação de 2,64%. A maioria dos contratos de aluguel tem opção de renovação por quatro anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

Dada a proximidade da reavaliação efetuada comparada à data dessas divulgações, entendemos que o valor justo desses bens não difeririam de forma significativa dos valores adotados como custo atribuído.

Os ativos imobiliários de investimento foram reavaliados por reavaliadores externos independentes e qualificados em 22 de dezembro de 2006. As reavaliações foram feitas com

Notas Explicativas

base em preços dos ativos em um mercado ativo para todos os imóveis. Quando os preços de mercado não estavam disponíveis, os reavaliadores independentes utilizaram projeções de fluxos de caixa descontados. O valor de reavaliação foi utilizado como custo atribuído para a adoção do IFRS, conforme isenção opcional permitida pelo IFRS 1.

A tabela a seguir apresenta o total dos recebimentos mínimos de aluguéis futuros para esses contratos:

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Em até um ano	2.910	2.188
Entre um a cinco anos	7.752	3.846
Acima de cinco anos	8	-
	10.670	6.034

14. Investimento em controladas - controladora

As participações societárias estão assim representadas:

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2010	Resultado equivalência patrimonial	Aumento/ (redução) de capital	Ajuste TVM controladas	Ajuste de avaliação patrimonial	JCP/ dividendos	Outras	Saldos em dezembro de 2011
Porto Seguro	99,99	1.460.053	218.043	50.000	(1.924)	3.775	(157.000)	-	1.572.947
Azul Seguros	99,71	276.676	59.561	-	-	-	(16.483)	-	319.754
Itaú Auto e Residência	99,99	1.126.421	206.030	(400.000)	(20)	-	(208.307)	-	724.124
Proteção e Monitoramento	99,98	34.847	6.958	-	-	-	(6.244)	-	35.561
Porto Consórcio	99,99	143.711	32.535	-	-	-	(8.599)	-	167.647
Portoseg	99,99	153.963	26.548	-	-	-	(9.301)	-	171.210
Portopar	99,99	22.360	12.727	-	-	-	(14.871)	-	20.216
Portoserv	99,50	1.115	229	-	-	-	-	-	1.344
Crediporto	99,80	929	480	-	-	-	-	-	1.409
Integração (i)	99,98	283	-	-	-	-	-	(283)	-
Serviços	99,99	17.461	709	-	-	-	(168)	-	18.002
Serviços médicos	99,99	51	(9.072)	23.500	-	-	-	-	14.479
Portomed S.A.	99,00	4.187	54	-	-	-	(13)	-	4.228
Porto Odonto	99,00	-	-	198	-	-	-	-	198
Combinação de negócios (ii)	-	1.213.993	-	-	-	(59.822)	-	-	1.154.171
		4.456.050	554.802	(326.302)	(1.944)	(56.047)	(420.986)	(283)	4.205.290

(i) A Companhia concluiu a alienação desta controlada em 3 de janeiro de 2011.

(ii) Refere-se ao ágio e aos intangíveis originados da aquisição da Itaú Auto e Residência, ver nota 12.

Notas Explicativas

Controladas indiretas	<u>Participação - %</u>
Porto Seguro Vida	99,97
Porto Seguro Saúde	99,98
Porto Seguro Uruguay	100,00
Porto Seguro Atendimento	99,94
Porto Seguro Telecomunicações	80,10
Franco	99,99

15. Ativo imobilizado - consolidado**15.1 Próprio**

	Saldo residual em Dezembro de 2010	Movimentações				Dezembro de 2011		
		Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros / transferência	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Terrenos (i)	177.803	52.323	(2.260)	-	-	227.866	-	227.866
Edificações (ii)	230.798	2.017	(675)	(6.268)	24.006	275.592	(25.714)	249.878
Imóveis de uso	408.601	54.340	(2.935)	(6.268)	24.006	503.458	(25.714)	477.744
Informática	40.444	54.187	(730)	(21.455)	(3.799)	167.004	(98.356)	68.648
Equipamentos	25.257	20.841	(6)	(4.714)	(1.793)	62.082	(22.497)	39.585
Equipamentos com terceiros	12.477	-	-	(3.168)	7.273	24.947	(8.365)	16.582
Móveis máquinas e utensílios	27.198	22.105	(511)	(5.023)	953	71.826	(27.104)	44.722
Veículos	11.210	10.688	(2.380)	(4.088)	(17)	23.186	(7.773)	15.413
Rastreadores	28.822	6.821	(2.182)	(25.064)	(548)	159.586	(151.737)	7.849
Bens móveis de uso	145.408	114.642	(5.809)	(63.512)	2.069	508.631	(315.832)	192.799
Obras em andamentos	99.933	105.216	-		(26.062)	179.087		179.087
Benfeitorias em imóveis de terceiros e obras de arte	8.049	31.774	(3)	(3.121)	46	44.145	(7.400)	36.745
Outras imobilizações	107.982	136.990	(3)	(3.121)	(26.016)	223.232	(7.400)	215.832
	661.991	305.972	(8.747)	(72.901)	59	1.235.321	(348.946)	886.375

(i) Este item não é depreciado.

(ii) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

O ativo imobilizado e o ativo intangível com vida útil definida (exceto aqueles diretamente relacionados a contratos de seguros, como o DAC) são avaliados quanto à evidência objetiva de perda a cada fechamento de exercício, decorrente de fatores internos ou externos ao negócio da Companhia, conforme premissas do IAS 36. A Companhia não observou evidências objetivas de *impairment* durante os testes executados em 2011, diante disso, a Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

Em dezembro de 2011, a Companhia detinha o total de R\$ 115.228 (R\$ 126.565 em dezembro de 2010) em ativos imobilizados vinculados como garantias das provisões técnicas de seguros na SUSEP. Até este momento, esses ativos não foram utilizados como garantias das provisões técnicas.

Notas Explicativas**15.2 Locado**

A Companhia loca diversos ativos (substancialmente imóveis de terceiros em contratos de *leasing* operacionais) para condução de seus negócios em diversas localidades do País em suas filiais onde a Companhia e suas controladas são as locatárias dos imóveis. Os contratos de aluguéis não têm opções de compra do ativo e a maioria destes têm opção de renovação por seis anos. A tabela abaixo apresenta o total dos pagamentos mínimos de aluguéis futuros para esses contratos:

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Em até um ano	22.263	10.974
Entre um a cinco anos	46.700	27.842
Acima de cinco anos	129	-
	69.092	38.816
Despesas de contratos de aluguéis	19.839	15.247

16. Passivos de contratos de seguro - consolidado

	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisões técnicas de contratos de seguros (16.1)	5.634.981	5.577.029	5.219.192	5.149.107
Provisões técnicas de contratos de previdência complementar (16.2)	1.355.958	1.355.958	1.149.782	1.149.782
Outras provisões para contratos de seguros e previdência complementar (16.3)	41.235	41.235	40.092	40.092
	7.032.174	6.974.222	6.409.066	6.338.981
Curto prazo	7.014.138	6.956.186	6.393.994	6.323.909
Longo prazo	18.036	18.036	15.072	15.072

Notas Explicativas**16.1 Provisões técnicas de contratos de seguros**

	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	3.567.481	3.543.083	3.383.192	3.348.558
Sinistros a liquidar	1.188.124	1.155.266	1.195.751	1.160.775
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	291.923	291.246	183.117	182.656
Provisão de insuficiência de prêmios	7.181	7.181	2.029	2.029
Provisão de benefícios concedidos	854	854	945	945
Provisão de riscos não expirados (PRNE)	21.209	21.190	20.679	20.665
Provisão matemática - seguros	558.209	558.209	433.479	433.479
	5.634.981	5.577.029	5.219.192	5.149.107
Curto prazo	5.616.945	5.558.993	5.204.120	5.134.035
Longo prazo	18.036	18.036	15.072	15.072

16.2 Provisões técnicas de contratos de previdência complementar

	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.231.714	1.231.714	1.061.605	1.061.605
Provisão matemática de benefícios concedidos	40.668	40.668	33.052	33.052
Provisão de Insuficiência de contribuição (*)	76.589	76.589	46.004	46.004
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	984	984	876	876
Provisão de benefícios a regularizar	6.003	6.003	8.245	8.245
	1.355.958	1.355.958	1.149.782	1.149.782

(*) Ver nota 2.17.1 (I).

Notas Explicativas**16.3 Outras provisões para contratos de seguros e previdência complementar**

Os saldos considerados como outras provisões estão apresentados a seguir:

	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de oscilação de risco	13.982	13.982	16.527	16.527
Provisão de despesas administrativas	19.679	19.679	16.183	16.183
Provisão de resgate e outros valores	53	53	2.189	2.189
Provisão de garantia estendida	7.013	7.013	4.637	4.637
Outros	508	508	556	556
	41.235	41.235	40.092	40.092

	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
VGBL	14.982	14.982	15.199	15.199
Patrimonial	10.277	10.277	10.499	10.499
Pessoas	9.206	9.206	7.865	7.865
Transportes	6.065	6.065	6.003	6.003
DPVAT	705	705	526	526
	41.235	41.235	40.092	40.092

Notas Explicativas**16.4 Garantia das provisões técnicas**

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP e à ANS os seguintes ativos:

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Provisões técnicas de contratos de seguros	5.634.981	5.219.192
Provisões técnicas de contratos de previdência complementar	1.355.958	1.149.782
Outras provisões para contratos de seguros e previdência complementar	41.235	40.092
Total das provisões técnicas	7.032.174	6.409.066
(-) Operações com resseguradoras	(57.952)	(61.887)
(-) Fundos e reservas retidos pelo IRB	(407)	(247)
(-) Direitos creditórios (*)	(1.512.839)	(1.441.131)
Montante a ser garantido	5.460.976	4.905.801
Títulos de renda fixa - públicos	29.974	22.420
Títulos de renda fixa - privado	334.135	269.426
Quotas de fundos de investimento	4.224.519	3.912.168
Quotas de fundos especialmente constituídos	1.254.298	974.163
Garantias das provisões técnicas	5.842.926	5.178.177

(*) Montante correspondente às parcelas a vencer componentes dos prêmios a receber e de apólices de riscos a decorrer.

Notas Explicativas**16.5 Movimentação do passivo de contratos de seguro e ativo de resseguro**

	Passivo de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em dezembro de 2009	5.488.427	31.617
Novos contratos emitidos e sinistros avisados	12.572.153	29.372
Riscos expirados	(7.889.807)	
Pagamentos e recebimentos	(3.761.620)	(20.730)
<i>Impairment</i> de ativos de resseguro	-	(378)
Estorno PCP e POL	(87)	-
Saldo em dezembro de 2010	6.409.066	39.881
Novos contratos emitidos e sinistros avisados	13.838.061	13.944
Riscos expirados	(9.179.752)	-
Pagamentos e recebimentos	(4.035.201)	(27.302)
<i>Impairment</i> de ativos de resseguro	-	(1.476)
Saldo em dezembro de 2011	7.032.174	25.047

Notas Explicativas**16.6 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição**

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para sinistros da Companhia, denominada de tábua de desenvolvimento de sinistros:

Provisões para sinistros - bruto de resseguro (i)							
(em milhões)							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Dezembro de 2010 2011
Provisões para sinistros no fim do exercício anterior	444,2	473,7	467,5	519,0	522,0	494,4	532,2 651,3
Saldos Itaú Auto e Residência	-	-	-	-	-	-	433,8 466,3
Sinistros avisados	1.625,6	1.923,7	2.017,2	2.153,8	2.449,3	2.737,4	4.007,7 4.747,0
Exercício atual	1.581,5	1.861,8	1.940,3	2.084,8	2.310,9	2.519,2	3.671,6 4.480,1
Exercícios anteriores	44,1	61,9	76,9	69,0	138,4	218,2	336,1 266,9
Pagamentos	(1.596,1)	(1.929,9)	(1.965,7)	(2.150,8)	(2.476,9)	(2.699,5)	(3.856,1) (4.683,1)
Exercício atual	(1.386,7)	(1.700,9)	(1.750,1)	(1.891,9)	(2.207,7)	(2.334,0)	(3.291,1) (4.001,3)
Exercícios anteriores	(209,4)	(229,0)	(215,6)	(258,9)	(269,2)	(365,5)	(565,0) (681,8)
Provisões para sinistros no fim do exercício	473,7	467,5	519,0	522,0	494,4	532,2	1.117,6 1.181,5

Provisões para sinistros - líquido de resseguro (i)							
(em milhões)							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Dezembro de 2010 2011
Provisões para sinistros no fim do exercício anterior	422,2	449,5	449,0	497,4	500,7	479,0	507,2 630,8
Saldos Itaú Auto e Residência	-	-	-	-	-	-	432,9 461,3
Sinistros avisados	1.625,6	1.923,7	2.017,2	2.153,8	2.449,3	2.737,5	3.983,8 4.704,2
Exercício atual	1.581,5	1.861,8	1.940,3	2.084,8	2.310,9	2.519,3	3.656,3 4.454,1
Exercícios anteriores	44,1	61,9	76,9	69,0	138,4	218,2	327,5 250,1
Pagamentos	(1.598,3)	(1.924,2)	(1.968,8)	(2.150,5)	(2.471,0)	(2.709,3)	(3.831,8) (4.645,6)
Exercício atual	(1.388,9)	(1.695,2)	(1.753,2)	(1.891,6)	(2.201,8)	(2.343,8)	(3.281,3) (3.975,0)
Exercícios anteriores	(209,4)	(229,0)	(215,6)	(258,9)	(269,2)	(365,5)	(550,5) (670,6)
Provisões para sinistros no fim do exercício	449,5	449,0	497,4	500,7	479,0	507,2	1.092,1 1.150,7

(i) Não incluem as provisões da Porto Seguro Uruguay, Porto Vida, DPVAT e retrocessão.

Notas Explicativas

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. A linha “sobra (falta) cumulativa” reflete a diferença entre o último valor da provisão reestimada e o valor da provisão estabelecida originalmente. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia.

Provisões e pagamentos - bruto de resseguro (em milhões de reais)

	Dezembro de								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Provisões para sinistros (*)	444,2	473,7	467,5	519,0	522,0	494,4	966,1	1.117,6	1.181,5
Valor cumulativo e pago até									
Um ano mais tarde	209,5	229,0	215,6	258,9	269,2	365,5	565,0	681,8	-
Dois anos mais tarde	221,3	240,2	264,0	296,5	311,5	393,4	677,8	-	-
Três anos mais tarde	231,9	246,8	292,8	325,1	329,3	418,7	-	-	-
Quatro anos mais tarde	240,0	271,3	317,3	341,1	351,1	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	260,3	293,3	332,6	360,3	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	279,4	307,3	350,0	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	289,9	322,2	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	302,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões reestimadas									
Um ano mais tarde	139,2	161,7	171,8	158,3	136,4	152,6	400,4	327,2	-
Dois anos mais tarde	134,6	145,5	141,5	116,6	127,0	163,7	288,6	-	-
Três anos mais tarde	120,2	120,0	106,3	109,8	136,3	111,3	-	-	-
Quatro anos mais tarde	97,6	90,3	99,5	116,1	95,0	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	73,5	84,4	105,3	81,9	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	68,0	89,3	72,0	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	72,5	64,3	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	53,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobra (falta) cumulativa	88,1	87,2	45,5	76,8	75,9	(35,6)	(0,3)	108,6	1.181,5

Provisões e pagamentos - líquido de resseguro (em milhões de reais)

	Dezembro de								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Provisões para sinistros (*)	422,2	449,5	449,0	497,4	500,7	479,1	940,1	1.092,1	1.150,7
Valor cumulativo e pago até									
Um ano mais tarde	209,5	229,0	215,6	258,9	269,2	365,5	550,5	670,7	-
Dois anos mais tarde	221,3	240,2	264,0	296,5	311,5	384,5	656,8	-	-
Três anos mais tarde	231,9	246,8	292,8	325,1	324,1	403,9	-	-	-
Quatro anos mais tarde	240,0	271,3	317,3	335,9	340,0	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	260,3	293,3	327,5	349,2	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	279,4	302,1	339,2	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	288,4	312,5	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	296,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões reestimadas									
Um ano mais tarde	143,0	162,6	169,5	159,6	136,3	150,2	382,2	316,9	-
Dois anos mais tarde	138,4	146,3	139,2	117,9	126,9	147,9	278,9	-	-
Três anos mais tarde	124,0	120,9	104,0	111,1	123,0	104,2	-	-	-
Quatro anos mais tarde	101,4	91,1	97,2	104,8	88,2	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	77,3	85,2	90,6	75,5	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	71,8	79,4	65,8	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	66,9	58,5	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	50,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobra (falta) cumulativa	75,3	78,5	44,0	72,7	72,5	(29,0)	4,4	104,5	1.150,7

(*) Não incluem as provisões da Porto Seguro Uruguay, Porto Vida, DPVAT e retrocessão. A inclusão dessas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que tais provisões não são materiais (por exemplo, Porto Seguro Uruguay e retrocessão), não são aplicáveis (por exemplo, Porto Vida) e são

Notas Explicativas

calculadas com base em diferentes metodologias (por exemplo, DPVAT). O critério de apresentação das provisões para sinistro é sua data de ocorrência.

17. Débitos de operações de seguro e resseguro - consolidado

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Comissões sobre prêmios emitidos	356.749	297.262
Outros débitos de seguros a pagar (17.1)	66.001	53.657
Resseguradoras	26.337	24.982
	449.087	375.901

17.1 Outros débitos de seguros a pagar

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Serviços de assistência	33.147	27.629
Contas a pagar - DPVAT	302	1.661
Provisão despesa operacional	10.609	6.915
Prêmios a restituir	3.300	4.024
Faturas recebidas antecipadamente	11.185	5.891
Agentes e correspondentes	1.969	2.522
Seguradoras	365	503
Despesas com bonificação - Porto Socorro	394	333
Outros	4.730	4.179
	66.001	53.657

18. Passivos financeiros - consolidado

	Saldo contábil		Valor Justo	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Operações com cartão de crédito (*)	1.078.846	771.172	1.078.846	771.172
Recursos de aceites e emissão de títulos	187.252	57.069	187.252	57.069
Depósitos interfinanceiros	336.012	235.396	336.012	235.396
	1.602.110	1.063.637	1.602.110	1.063.637

(*) Referem-se principalmente a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

Notas Explicativas**19. Impostos e contribuições a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
IOF sobre prêmios de seguros	-	-	126.213	119.221
Contribuições ao INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	14	13	28.325	19.397
Imposto de renda	-	-	209.550	211.669
Contribuição social	-	-	131.820	124.856
IRRF	2.636	789	20.109	15.868
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS-QN) retido na fonte	-	-	6.106	5.411
Contribuições PIS e COFINS	3.801	3.681	12.311	11.910
Outros (*)	-	-	15.801	13.876
	6.451	4.483	550.235	522.208

(*) Referem-se principalmente a impostos da controlada Porto Seguro Uruguay no montante de R\$ 9.552 em dezembro de 2011 (R\$ 7.020 em dezembro de 2010).

20. Provisões

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento Jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos.

Notas Explicativas

(i) Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
(a) Obrigações legais	64.009	59.269	2.178.048	1.907.308
Depósitos judiciais	(64.009)	(59.269)	(808.978)	(727.647)
	-	-	1.369.070	1.179.661
(b) Contingências trabalhistas	-	-	12.931	13.555
Depósitos judiciais	-	-	(8.746)	(8.777)
	-	-	4.185	4.778
(c) Contingências cíveis	-	-	41.562	32.733
Depósitos judiciais	-	-	(5.616)	(6.553)
	-	-	35.946	26.180
	-	-	1.409.201	1.210.619

(ii) As movimentações das provisões são como seguem:

	Dezembro de 2011			Consolidado Dezembro de 2010		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial	1.907.308	13.555	32.733	1.621.155	14.357	23.641
Constituições	147.654	3.706	27.937	186.545	3.224	15.987
Reversões	(14.304)	(6.874)	(24.427)	(33.467)	(4.210)	(8.197)
Atualização monetária	137.390	2.544	5.319	133.075	184	1.302
Saldo final	2.178.048	12.931	41.562	1.907.308	13.555	32.733
(-) Depósitos judiciais	(808.978)	(8.746)	(5.616)	(727.647)	(8.777)	(6.553)
Provisão líquida	1.369.070	4.185	35.946	1.179.661	4.778	26.180
Quantidade de processos	103	624	2.175	118	550	1.941

Notas Explicativas**(a) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - composição por natureza (*)**

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
COFINS	52.688	48.785	1.303.097	1.115.812
PIS	11.321	10.484	311.349	275.578
INSS autônomos	-	-	158.029	150.796
Contribuição social - dedutibilidade base imposto	-	-	75.404	69.647
Contribuição social - diferencial alíquota 6%	-	-	49.128	44.865
Compensação prejuízo fiscal base IR	-	-	32.741	32.741
Imposto de renda	-	-	230.055	200.754
Provisão PAT	-	-	7.521	4.115
Provisão FAP	-	-	-	3.542
Outros	-	-	10.724	9.458
Total de contingências fiscais	64.009	59.269	2.178.048	1.907.308
(-) Depósitos judiciais	(64.009)	(59.269)	(808.978)	(727.647)
Provisão líquida	-	-	1.369.070	1.179.661

(*) Todas as obrigações legais estão classificadas como prováveis

(i) COFINS

Com o advento da Lei 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas, à alíquota de 3%, desde fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei 10.684/03. As Controladas Porto Seguro, Porto Vida, Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e Portopar questionam judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718/98, que conceituou faturamento como equivalente à receita bruta.

(ii) PIS

As Controladas Porto Seguro, Porto Vida, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais – EC 01/94, 10/96 e 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

(iii) PIS e COFINS – Receitas de Juros sobre o Capital Próprio

A Companhia propôs ação visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º do Decreto 5.164/04, que dispõe sobre a incidência de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre o capital próprio.

Notas Explicativas

(iv) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS autônomos

As Controladas Porto Seguro e Azul Seguros discutem judicialmente os valores relativos à contribuição previdenciária, requerendo a suspensão da exigibilidade da referida contribuição incidente sobre as remunerações dos autônomos, empresários e avulsos, nos termos da LC 84/96 e da Lei 9.876/99, por entender ser indevido o adicional de 2,5%, exigido somente para as instituições financeiras e seguradoras.

(v) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (dedutibilidade da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ)

As Controladas Porto Seguro, Porto Vida, Porto Saúde, Portopar e Azul Seguros questionam a legalidade e a constitucionalidade da Lei 9.316/96, que proibiu a dedução da despesa da CSLL para a formação da base de cálculo do IRPJ.

(vi) Contribuição social (diferencial de alíquota)

As Controladas Porto Seguro, Porto Vida, Porto Saúde, Azul Seguros, Portoseg e Portopar questionavam a legalidade e a constitucionalidade da Medida Provisória 413/2008, que majorou a alíquota da contribuição social das instituições financeiras e seguradoras de 9% para 15%. Com o advento da Lei 11.941/2009, as Controladas aderiram ao programa de parcelamento de débitos, e, atualmente, aguardam o levantamento de parte dos depósitos judiciais, com os benefícios previstos no programa.

A Controlada Portopar também discute judicialmente a CSLL, em razão do diferencial de alíquotas no período de 1991 a 1998, pleiteando a compensação dos valores recolhidos indevidamente. Foi feita a compensação do crédito, mas a Controlada foi, posteriormente, autuada pela Receita Federal.

(vii) CSLL

A sociedade Rio Branco, incorporada pela Controlada Azul Seguros, foi autuada pelo não recolhimento da CSLL de 1992 a 2000. A sociedade discute administrativamente a aplicação deste auto de infração.

(viii) Dedutibilidade de tributos e contribuições na base de cálculo de IRPJ e CSLL

As Controladas Porto Seguro, Porto Vida, Porto Saúde e Porto Consórcio questionam a constitucionalidade da lei que proibiu a dedução de tributos e contribuições discutidos judicialmente na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, pelo regime de competência.

(ix) Compensação de Prejuízos Fiscais

A Controlada Porto Seguro discutia as disposições introduzidas pela Lei 8.981/95, exclusivamente quanto à limitação da compensação de prejuízos fiscais em 30% do lucro ajustado, tendo efetuado depósito judicial do montante discutido.

Notas Explicativas

Com o advento da Lei 11.941/2009, a Controlada aderiu ao programa de parcelamento de débitos e, atualmente, aguarda o levantamento de parte do depósito efetuado, com os benefícios previstos no programa.

(x) Dedutibilidade da JCP na base da CSL (1996)

A Controlada Porto Seguro discute judicialmente a dedutibilidade da despesa relativa aos juros sobre o capital próprio na formação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, no período-base de 1996.

(b) Contingências trabalhistas

As controladas Porto Seguro, Porto Vida, Porto Saúde, Azul Seguros, Proteção e Monitoramento, Porto Consórcio, Itaú Auto e Residência, Porto Serviços e Portomed são parte em ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes no montante de R\$ 7.655 para os quais, com base na avaliação dos advogados das controladas (perda possível), não há constituição de provisão.

(c) Contingências cíveis

As controladas Porto Seguro, Azul Seguros, Porto Consórcio, Porto Vida, Portoseg e Itaú Auto e Residência são partes integrantes em processos de natureza cível, cujas ações judiciais apresentam objetivos diversos.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes, não registrados contabilmente, no montante em riscos de R\$ 43.354, para os quais, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos das controladas as perdas são consideradas possíveis, não há constituição de provisão para esses processos.

Notas Explicativas**21. Outros passivos**

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Participações nos lucros	1.605	-	117.703	115.571
Fornecedores	-	260	71.827	83.682
Provisão de férias e encargos	-	-	65.952	52.257
Depósitos de terceiros	-	-	82.284	76.758
Cheques não compensados	-	-	18.625	23.325
Devolução a consorciados	-	-	10.551	7.331
Provisão cartão de crédito fidelidade	-	-	15.677	9.949
Pagamentos a efetuar	-	543	-	1.632
Benefícios a empregados (i)	-	-	41.380	40.300
Outras	8	1.089	60.070	57.935
	1.613	1.892	484.069	468.740
Circulante	1.613	1.892	426.457	416.845
Não circulante	-	-	57.612	51.895

(i) Vide nota 34(b).

22. Capital social e reservas - controladora**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 1.870.000, dividido em 327.641.730 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

(b) Programa de recompra de ações e ações em tesouraria

Em 22 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Vigência do programa: início em 23 de fevereiro 2011 e término em 22 de fevereiro 2012.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: limite de 9,870 milhões de ações, que correspondem a 10% do total de ações em circulação.
- Valor do programa: o limite de ações a serem adquiridas representaria, pela última cotação, o equivalente a R\$272,4 milhões.

As operações de recompra efetuadas até 31/12/2011 somaram 2,973 milhões de ações ao preço médio de R\$ 20,11 (vinte reais e onze centavos), totalizando R\$ 59.782 em recompras de ações, registrados no Patrimônio Líquido em "Ações em Tesouraria", dentro de reserva de capital. O preço mínimo pago nas recompras de ações foi de R\$ 17,23 (dezessete reais e vinte e três centavos) e o preço máximo de R\$ 24,99 (vinte e quatro reais e noventa e nove centavos).

Notas Explicativas

(c) Reservas

A composição das reservas de patrimônio líquido era a seguinte:

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Reserva de capital (i)	959.412	959.412
Reserva legal (ii)	185.295	156.295
Reserva estatutária (iii)	1.502.611	1.265.851
Outras reservas	104.380	103.079
	<u>2.751.698</u>	<u>2.484.637</u>

(i) Reserva de capital

Em novembro e dezembro de 2004, foram emitidas 6.881.216 ações no valor unitário de R\$ 18,75, sendo R\$ 6,89 de cada ação destinados à conta “Ágio na subscrição de ações”, totalizando R\$ 47.412. Em 2010 foi registrado nesta conta o montante de R\$ 912.000 referentes à Combinação de Negócios (conforme o IFRS 3) da Itaú Auto e Residência.

(ii) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(iii) Reserva estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados. Serão destinados a essa reserva, em cada exercício, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado à reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/76.

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido (da controladora) do exercício ajustado. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da Lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) é imputado ao dividendo mínimo obrigatório. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no Patrimônio Líquido, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 28/10/2011 e 26/12/2011, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R\$ 216.750 (R\$ 150.450 em 2010), líquidos de imposto de renda. O JCP imputa-se ao valor de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos e os adicionais propostos (a serem aprovados na AGO de 29/03/2012) foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Lucro líquido do exercício	580.084	623.091
Ajustes de IFRS	(76)	821
(-) Reserva legal – 5%	(29.000)	(31.196)
Ajustes de diferença de GAAP	1.140	1.154
Lucro básico para determinação do dividendo	552.148	593.870
Dividendos mínimos obrigatórios (*)	138.037	150.450
JCP complementar - líquido	78.713	-
Dividendos complementares propostos	59.324	87.099
Total de dividendos/JCP complementares	138.037	87.099
Total de dividendos	276.074	237.549
Total por ação (R\$)	0,84513	0,72503

(*) Aos dividendos mínimos obrigatórios destacados na DMPL estão inclusos R\$ 38.250, referentes ao imposto de renda (15%) sobre os R\$ 255.000 (R\$ 216.750 líquido) aprovados pelo Conselho de Administração a título de JCP.

Notas Explicativas**23. Prêmios de seguros auferidos e contribuição de plano de previdência - consolidado**

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres e contribuições de planos de previdência. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2011			Dezembro de 2010		
	Premios auferidos	Premios cedidos (resseguro)	Prêmio líquido emitido	Premios auferidos	Premios cedidos (resseguro)	Prêmio líquido emitido
Automóvel	5.748.464	(2.812)	5.745.652	5.434.768	(8.572)	5.426.196
DPVAT	300.289	-	300.289	268.839	-	268.839
Saúde	852.054	-	852.054	715.114	-	715.114
Pessoas	351.516	(7.247)	344.269	320.096	(6.394)	313.702
Patrimonial	685.289	(16.140)	669.149	610.939	(12.027)	598.912
Transportes	117.781	(250)	117.531	92.610	(988)	91.622
Responsabilidades	17.332	(578)	16.754	11.186	(1.178)	10.008
Riscos financeiros	248.940	(4.492)	244.448	196.206	(3.819)	192.387
Outros	26.496	(17.653)	8.843	48.755	(43.193)	5.562
Uruguay	78.375	(509)	77.866	66.973	(367)	66.606
	8.426.536	(49.681)	8.376.855	7.765.486	(76.538)	7.688.948
Prêmios de VGBL	136.101	-	136.101	114.302	-	114.302
	8.562.637	(49.681)	8.512.956	7.879.788	(76.538)	7.803.250
Contribuições de plano de previdência	157.068	-	157.068	138.320	-	138.320
	8.719.705	(49.681)	8.670.024	8.018.108	(76.538)	7.941.570

Notas Explicativas**24. Outras receitas operacionais - consolidado**

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Cobrança de custo de apólices	404.168	359.122
Receitas - seguros	75.579	53.140
Outras receitas - cartão de crédito	106.757	74.225
Mora e multa - cartão de crédito	22.082	16.227
Receitas - previdência	16.178	9.947
Outras	24.642	7.553
	649.406	520.214

25. Variações das provisões técnicas - consolidado

	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	180.755	190.962	372.391	352.197
Provisão de planos de previdência	179.961	179.961	137.375	137.375
Provisão matemática	4.305	4.305	4.099	4.099
Provisão de riscos não expirados	530	530	6.253	6.253
Outras provisões	138.206	138.206	110.650	110.650
	503.757	513.964	630.768	610.574

Notas Explicativas**26. Sinistros retidos - consolidado**

Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas. A tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro e cosseguro e bruto de salvados e ressarcimentos.

	Dezembro de 2011		Dezembro de 2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	3.981.794	3.975.528	3.424.617	3.414.506
Saúde	663.166	663.166	511.930	511.930
Patrimonial	257.739	238.822	208.698	203.745
Pessoas	100.486	98.736	103.166	98.943
Riscos financeiros	83.532	83.063	86.408	86.687
DPVAT	267.596	267.593	235.586	235.589
Outros	64.494	59.488	64.497	54.130
Porto Seguro Uruguay	32.485	32.485	30.027	30.027
	5.451.292	5.418.881	4.664.929	4.635.557

27. Benefícios com planos de previdência complementar - consolidado

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Plano tradicional	3.577	2.718
PGBL	2.480	2.633
VGBL	1.375	1.152
	7.432	6.503

Notas Explicativas**28. Amortização dos custos de aquisição diferidos - consolidado**

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Automóvel	1.219.359	1.089.744
Patrimonial	199.065	177.999
Pessoas	92.104	79.981
Saúde	78.417	67.241
Riscos financeiros	58.602	46.596
DPVAT	4.367	3.861
Outros	27.396	20.660
Uruguay	14.059	11.803
	1.693.369	1.497.885

29. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Pessoal e benefícios pós-emprego	1.074	845	819.048	675.640
Serviços de terceiros	1.044	1.101	286.463	211.862
Localização e funcionamento	301	259	374.796	302.694
Amortização combinação de negócios - Itaú Auto e Residência	59.822	59.822	59.822	59.822
Publicidade e publicações legais	-	-	146.456	102.825
Participação nos lucros	1.605	-	139.830	126.366
Donativos e contribuições	7	26	15.721	20.377
Outras	1.078	794	58.311	81.793
	64.931	62.847	1.900.447	1.581.379

Notas Explicativas**30. Despesas com tributos**

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
COFINS	12.765	11.762	215.664	179.638
PIS	2.771	2.554	36.853	25.962
ICMS (sobre a venda de GPS - Proteção e Monitoramento)	-	-	1.243	984
Outras	146	134	37.448	31.255
	15.682	14.450	291.208	237.839

31. Outras despesas operacionais - consolidado

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Despesas com dispositivo antifurto	94.605	127.902
Inspeção de riscos e ações preventivas	64.499	52.882
Constituição de provisão para riscos de créditos - financeiras	53.661	53.688
Despesas com bonificação - Porto Socorro	45.920	43.857
Despesa de intermediação financeira	40.471	31.167
Encargos sociais de operações com seguros	32.448	29.280
Despesas com produção	18.526	16.733
Transmissão eletrônica	19.367	15.284
Supervisão e cobrança	79.452	58.707
Contingências cíveis	4.628	4.066
Constituição de provisão para riscos de créditos - seguros	892	5.258
Outras	116.796	87.639
	571.265	526.463

Notas Explicativas**32. Receitas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Ganhos líquidos de variação de valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:	52.495	35.987	727.320	608.689
Receita de juros de:				
- Ativos financeiros disponíveis para a venda	73	-	73	41.354
- Fracionamento de prêmios de operações de seguros	-	-	238.792	229.285
Operações de PGBL	-	-	93.171	63.632
Variações monetárias dos depósitos judiciais	-	-	46.640	27.325
Outras	1.120	835	53.994	24.422
	53.688	36.822	1.159.990	994.707

33. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Operações de previdência	-	-	50.921	88.560
Operações de PGBL/VGBL	-	-	91.681	63.555
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	-	-	100.177	86.274
Operações de seguro	-	-	36.448	41.619
Outras	1.418	150	10.432	4.976
	1.418	150	289.659	284.984

34. Benefícios a empregados - consolidado**(a) Plano de previdência complementar**

Em 1994 as controladas Porto Seguro, Porto Vida, Porto Saúde, Porto Consórcio, Proteção e Monitoramento, Portoseg, Portopar, Crediporto, Serviços Médicos, Porto Atendimento e Itaú Auto e Residência implantaram um plano de previdência complementar classificado como plano de contribuição definida, segundo os critérios do IAS 19, para os empregados por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desse plano, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das

Notas Explicativas

aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2011, a Companhia contava com 4,3 mil (3,0 mil em dezembro de 2010) participantes ativos que efetuaram contribuições no total de R\$ 8.669 (R\$ 5.696 em dezembro de 2010).

(b) Benefícios pós-emprego

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Saldo inicial	40.300	32.931
Custo do serviço corrente	4.333	2.975
Custo de juros	4.715	3.655
Benefícios pagos	(2.176)	(37)
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	(5.792)	776
Saldo final	41.380	40.300

Os valores de benefícios pós-emprego reconhecidos na demonstração do resultado em 2011 foram de R\$ 1.080.

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas foram as seguintes:

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Taxa de desconto	10,00%	10,67%
Retorno esperado sobre os ativos do plano	10,00%	10,67%
Aumentos salariais futuros	7,64%	7,64%
Aumento dos custos médicos	8,68%	8,68%
Taxa de inflação de longo prazo	4,50%	4,50%
Taxa de variação anual da TR	4,55%	4,55%
Capital segurado de vida	R\$ 29,5	R\$ 25,0

Notas Explicativas**(c) Outros benefícios**

	Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Vales-alimentação e refeição	107.618	75.044
Assistências médica e odontológica	52.866	45.419
Vale-transporte	15.252	10.363
Instrução	5.709	3.823
Auxílio-creche	4.947	4.213
	186.392	138.862

35. Lucro por ação - controladora

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas pela Companhia durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido da Companhia.

Durante o período de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo IAS 33) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação “básico” que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação “diluído” segundo os requerimentos do IAS 33. O cálculo do lucro por ação “básico” é demonstrado na tabela apresentada a seguir:

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	580.084	623.091
Média ponderada do número de ações durante o exercício	326.582	327.642
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	1,7762	1,9017

36. Transações com partes relacionadas

As operações comerciais da Companhia e suas controladas são efetuadas a preços e condições normais de mercado: essas operações foram eliminadas na consolidação. As principais transações são:

- (i) contas administrativas repassadas pela controlada Porto Seguro pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) aluguéis dos prédios cobrados pelas controladas Porto Seguro e Porto Vida;
- (iii) prestação de serviços do seguro-saúde contratados da controlada Porto Saúde.
- (iv) prestação de serviços de monitoramento efetuado pela controlada Proteção e Monitoramento;

Notas Explicativas

- (v) convênio de rateio de custos administrativos da controlada Itaú Auto e Residência com empresas do Conglomerado Itaú Unibanco, principalmente em razão da utilização de estrutura comum e despesas de pessoal;
- (vi) prestação de serviços de administração de carteiras contratados da controlada Portopar.

(a) Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Ativo		
Circulante		
Dividendos a receber		
Azul Seguros	530	11.520
Portoseg	-	2.444
Itaú Auto e Residência	2.305	1.526
Porto Serviços	168	
Portomed S.A.	13	
Contas a receber		
Porto Seguro	286	-
Porto Odonto	22	-
	3.324	15.490
Passivo		
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	142.028	153.026
Contas a pagar - Porto Seguro	-	223
	142.028	153.249

Notas Explicativas

Demonstração do resultado	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Controladora				
Porto Seguro S.A.	-	-	235	457
Controladas diretas				
Porto Seguro	274.235	162.176	41.081	40.996
Azul Seguros	-	-	78.646	52.673
Itaú Auto e Residência	-	-	68.950	38.687
Proteção e Monitoramento	5.933	8.774	16.656	11.156
Porto Consórcio	-	-	15.724	13.593
Portoserv	-	-	1.929	2.069
Portoseg	-	-	20.127	8.039
Portopar	3.125	3.540	12.241	10.681
Crediporto	-	-	802	639
Serviços Médicos	-	-	1.437	2.375
Portomed S.A.	-	-	239	-
Porto Seguro Serviços	-	-	3.603	1.391
Porto Atendimento	-	-	6.471	2.266
Porto Telecomunicações	-	-	137	-
Controladas indiretas				
Porto Vida	13.120	12.676	15.494	13.849
Porto Saúde	45.044	37.524	57.685	25.819
	341.457	224.690	341.457	224.690

(b) Transações com pessoal-chave da administração incluem conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo, conforme demonstrado a seguir:

(i) A remuneração paga ou a pagar por serviços está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Participação nos lucros - administradores	1.605	-	64.345	66.223
Honorários de diretoria e encargos	1.074	845	15.009	14.722
	2.679	845	79.354	80.945

Notas Explicativas**37. Outras informações - consolidado****(a) Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que abrange, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em conta a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros em valores é assim demonstrada:

Itens	Tipos de cobertura	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações de máquinas e equipamentos	150.000	147.916
Veículos	Incêndio, roubo e colisão - responsabilidade civil facultativa	7.258	7.333
		157.258	155.249

(b) Programa de recompra de ações 2012

Em 17 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social;
- Vigência do programa: início em 22 de fevereiro 2012 e término em 20 de fevereiro 2013;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 5 milhões de ações;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º Andar, Itaim Bibi – São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria da Porto Seguro S.A. é órgão estatutário que se reporta ao Conselho de Administração, composto por membros independentes, de acordo com as melhores práticas de governança corporativa adotadas pelas companhias com ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e atende ao que estabelece a legislação aplicável, especificamente a Resolução nº 118/04, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as sociedades do conglomerado Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o conglomerado.

Cabe à Administração da Porto Seguro S.A. a responsabilidade pela elaboração, apresentação e integridade das demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas, bem como pela implementação e manutenção de controles internos adequados à complexidade das operações, com estrita observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS – emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB)

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes audita as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas, inclusive as demonstrações financeiras consolidadas. Por meio do exame de auditoria, conduzido de acordo com as normas de auditoria adotadas no Brasil, o Auditor Independente emite opinião se elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro S.A. e de suas controladas, na data das demonstrações financeiras, o desempenho das operações e os fluxos de caixa do período examinado, consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações financeiras individuais e, para as demonstrações financeiras consolidadas também consoante as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente, avaliar, acompanhar e recomendar, de forma independente: (i) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) o atendimento a dispositivos legais e normativos aplicáveis à Porto Seguro S.A. e às suas controladas, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; (iv) os trabalhos desenvolvidos pelas

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

auditorias interna e externa e (v) a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Tomando por base o disposto no seu Regulamento, no período, o Comitê de Auditoria desenvolveu, dentre outras, as seguintes atividades: (a) análise e aprovação do plano anual de atividades de auditoria interna para o ano de 2011; (b) realização de reuniões com diversas áreas da organização; (c) solicitação, análise e acompanhamento de informações e relatórios sobre a estrutura e o funcionamento do ambiente de controles internos e de gerenciamento de riscos; (d) avaliação do nível dos trabalhos realizados pela auditoria interna e externa, bem como da política de independência mantida; (e) solicitação e análise de documentos relacionados aos aspectos contábeis e financeiros do conglomerado e aos processos judiciais em andamento; (f) análise do cumprimento das normas especificamente aplicáveis aos setores de atuação da Porto Seguro S.A. e de suas controladas.

O Comitê reuniu-se com o Auditor Independente e tomou conhecimento do relatório sobre as demonstrações financeiras de 31.12.2011 da Porto Seguro S.A. e da Porto Seguro S.A. e suas controladas (consolidado).

Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê entende que as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e da Porto Seguros e suas controladas (consolidado) em 31.12.2011 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2012.

Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto

Evandro César Camillo Coura

Ricardo Baldin

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Porto Seguro S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.2.(b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Porto Seguro S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria ao custo ou valor justo.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Os Senhores JAYME BRASIL GARFINKEL, MARCELO BARROSO PICANÇO e LENE ARAÚJO DE LIMA, na qualidade de Diretores da PORTO SEGURO S.A., declaram, nos termos do que dispõem os incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009 que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

JAYME BRASIL GARFINKEL
Diretor Presidente

MARCELO BARROSO PICANÇO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Os Senhores JAYME BRASIL GARFINKEL, MARCELO BARROSO PICANÇO e LENE ARAÚJO DE LIMA, na qualidade de Diretores da PORTO SEGURO S.A., declaram, nos termos do que dispõem os incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009 que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

JAYME BRASIL GARFINKEL
Diretor Presidente

MARCELO BARROSO PICANÇO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor